

CAIU NA REDE, É PEIXE (?)

PROPOSTA PARA UM NOVO MERCADO DO PEIXE DAS ROCAS

CAIO CESAR MAIA DE ANDRADE

CAIO CESAR MAIA DE ANDRADE

CAIU NA REDE, É PEIXE (?)

PROPOSTA PARA UM NOVO MERCADO DO PEIXE DAS ROCAS

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Prof. Dr. Renato de Medeiros.

Coorientadora: Prof. Dra. Amíria Bezerra Brasil.

**NATAL/RN
2019**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - -CT

Andrade, Caio Cesar Maia de.

Caiu na rede é peixe (?): proposta para um novo mercado do peixe das Rocas / Caio Cesar Maia de Andrade. - Natal, RN, 2019. 133f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Renato de Medeiros.

Coorientadora: Amíria Bezerra Brasil.

1. Mercado público - Monografia. 2. Arquitetura e urbanismo - Monografia. 3. Projeto de arquitetura - Monografia. 4. Mercado do peixe das Rocas - Monografia. 5. Canto do mangue - Monografia. I. Medeiros, Renato de. II. Brasil, Amíria Bezerra. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 725.56

CAIO CESAR MAIA DE ANDRADE

CAIU NA REDE, É PEIXE (?)

PROPOSTA PARA UM NOVO MERCADO DO PEIXE DAS ROCAS

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Prof. Dr. Renato de Medeiros.

Coorientadora: Prof. Dra. Amíria Bezerra Brasil.

Aprovação em 26 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

RENATO DE MEDEIROS

Orientador

AMÍRIA BEZERRA BRASIL

Coorientadora

GLAUCE LILIAN ALVES DE ALBUQUERQUE

Examinador Interno

TEREZA CRISTINA VIEIRA PIRES

Examinador Externo

“CONHECER UMA CIDADE É CONHECER SEU MERCADO”

- Nicolas Guillén

*Aos meus pais, família e amigos, pelo amor e apoio incondicional
em todas as etapas da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, em especial aos **meus dedicados pais**, cujo apoio incondicional à minha escolha de buscar seguir a carreira de arquiteto e urbanista foi imprescindível para que a conclusão desse curso fosse possível. Obrigado também a meu irmão **Pedro**, por dividir comigo as adversidades e contratempos de morar sozinho e longe do restante da família. E também às minhas avós **Nininha** e **Balila**, pelo amor infinito; aquelas que talvez sejam as minhas maiores fãs.

Agradeço à **Renato Medeiros** e à **Améria Brasil**, meu orientador e minha coorientadora, pela generosidade e acolhida ao aceitar trilhar comigo essa jornada.

Aos meus **professores do Departamento de Arquitetura da UFRN**, cujos ensinamentos e contribuições foram fundamentais para o meu aprendizado e evolução nos últimos cinco anos.

Aos meus queridos amigos do QUEENS: **Beth, Dani, Demi, Filipe, Gabi, Hanlis, Jasmine e Lari**. Minha segunda família, gente do bem, que me motiva e inspira diariamente. Gente com quem tive a sorte e o prazer de compartilhar alguns dos melhores momentos da minha vida, dentro e fora da universidade.

Aos artistas da ARQCAVERNA, meus colegas de estágio. Em especial à **Allan, Jaci, Lara e Saulo**, pelo apoio, confiança, diálogos e debates sobre a cidade.

À **Dayana e Victor**, amigos de longa data, que estão sempre ao meu lado e na reta final me ajudaram a repensar decisões e ter mais confiança em mim mesmo. Sem vocês, muita coisa não teria sido possível.

À minha quase alma gêmea, **Jéssica do Anjos**, pela sintonia, cumplicidade, conversas e inspirações.

À **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, pela acolhida e por oferecer uma das melhores estruturas de ensino superior do país.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a elaboração de uma nova proposta, em nível de estudo preliminar, para o Mercado do Peixe das Rocas, buscando adequá-lo de forma satisfatória às suas demandas comerciais e culturais. Para tanto, foram realizados neste trabalho: a) um estudo de referencial teórico acerca do surgimento e evolução das diferentes tipologias de mercado e feiras; b) um levantamento histórico da área de intervenção; c) estudos de referência que contribuíram com a fase projetual; d) uma análise das condicionantes existentes para implantação do projeto. A intenção por trás deste exercício, além do estudo desta tipologia de mercado, é colocar em pauta a necessidade de haver mais ações e projetos na cidade que contemplem os espaços mais populares de forma a celebrar suas atividades preexistentes e não tentar apagá-las. Além disso, este trabalho busca evidenciar a necessidade de aliar a Arquitetura do local ao uso proposto, onde parte-se da ideia que o atual edifício que comporta as atividades comerciais do Mercado do Peixe (morfologicamente pouco acessível e que tem seu interior impermeável visualmente) desfavorece o comércio de caráter popular, principal característica daquele lugar.

Palavras-Chave: **Arquitetura e urbanismo. Projeto de arquitetura. Mercado público. Mercado do Peixe das Rocas. Canto do Manguê.**

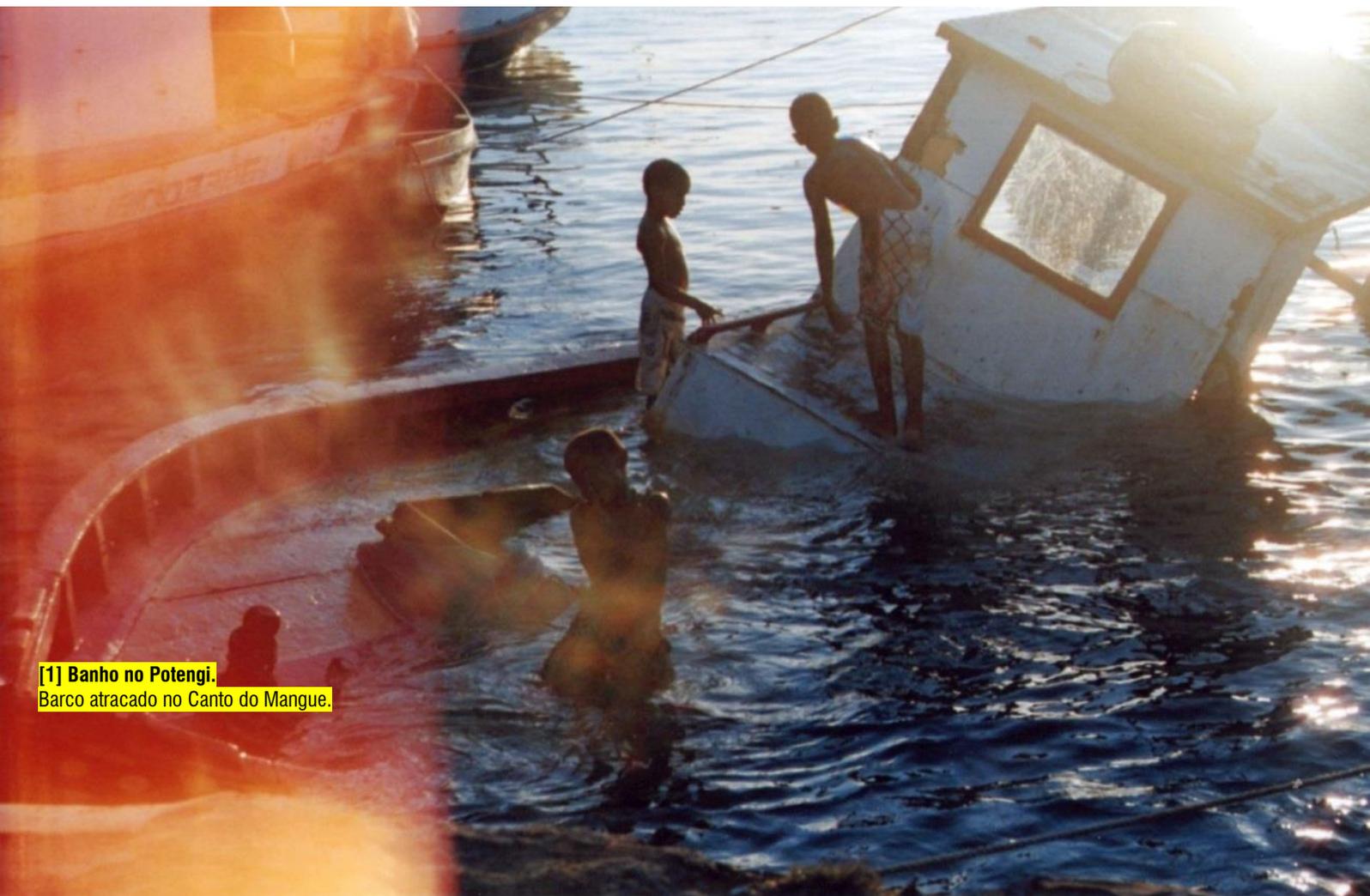
ABSTRACT

This work aims to elaborate a new project proposal, at preliminary study level, for the Fish Market of Rocas, seeking to adequately adapt to its commercial and cultural demands. To this end, the following work was carried out: a) a theoretical reference study on the emergence and evolution of different market typologies and fairs; b) a historical survey of the intervention area; c) reference studies that contributed to a project phase; d) an analysis of existing conditions for project implementation. The intention behind this exercise, in addition to studying this market typology, is to raise the need for more actions and projects in the city that contemplate the most popular spaces in order to celebrate their pre-existing activities and not try to erase them. In addition, this search highlights the need to combine the architecture of the place with the proposed use, where it starts from the idea of what is currently the construction that includes the commercial activities of the Fish Market (morphologically poorly accessible and whose interior is impermeable visually) disadvantages the commerce of popular character, main characteristic of that place.

Keywords: Architecture and urbanism. Architectural design. Public market. Rocas Fish Market. Canto do Manguê.

SUMÁRIO

- 0 | APRESENTAÇÃO 11
- 1 | REFERENCIAL TEÓRICO 18
- 2 | CARACTERIZAÇÃO 51
- 3 | ESTUDOS DE REFERÊNCIA 74
- 4 | CONDICIONANTES 88
- 5 | A NOVA PROPOSTA 99
- 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS 106



[1] Banho no Potengi.
Barco atracado no Canto do Mangue.

O. APRESENTAÇÃO

Este capítulo introdutório apresenta a temática, a problemática e os objetivos gerais e específicos deste trabalho. Diante disso, apresenta ao leitor um breve contexto sobre o tema abordado, assim

como também, expõe o universo de estudo, o recorte espacial, a relevância e as motivações de contemplar a temática escolhida dentro de um Trabalho Final de Graduação. Por fim, ainda nessa seção, evidencia-se a estrutura do trabalho e os assuntos discutidos em cada seção adiante.

APRESENTAÇÃO

O mercado público surgiu ainda na organização das primeiras civilizações, e ao longo da história, foi se consolidando com um espaço não somente de caráter econômico, mas também político e social. Desde as primitivas trocas de excedentes, passando pelos bazares árabes e evoluindo sua forma até chegar ao modelo de mercado conhecido atualmente, a tipologia de mercado se apresenta como um espaço democrático (VARGAS, 2001). Trata-se de uma característica que o diferencia do seu principal concorrente, o supermercado, que, surgido no século XX, globalizou relações e distanciou o consumidor das tradições locais. (BATISTA, 2016; CAVALCANTE, 2017; VARGAS, 2001).

Em quase todos os lugares do mundo o mercado público se abre como um espaço de copresença, abrigando variadas posições e classes sociais e se colocando como palco para as mais diversas formas de interação sociocultural de uma sociedade. Quando inserido no tecido urbano, respeitando as condicionantes urbanísticas, sociais e ambientais existentes, o mercado, assim como as feiras livres, pode atuar para além das suas funções primordiais e passar a ser um local de articulação dentro do bairro/região do qual faz parte. Há inúmeros exemplos no Brasil e no mundo que demonstram o mercado sendo operado como espaço potencializador de urbanidades e legitimador de coletividades. Exemplos disso são o Mercado da Ribeira e o Mercado São Miguel, respectivamente, localizados em Lisboa e Madri. Ou ainda, o chamado Complexo do *Ver-o-Peso*, região histórica de comércio popular em Belém do Pará.

Desejando ir de encontro a este contexto, apresenta-se o Mercado do Peixe das Rocas, localizado na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, de construção recente e pensado para abrigar o comércio pesqueiro que se desenvolve desde a metade do século passado no Canto do Mangue, localidade inserida entre os bairros das Rocas e Ribeira, região central da capital potiguar. Imprescindível comentar que esse local possui uma íntima relação com

um dos mais significativos elementos paisagísticos da cidade: o rio Potengi. Interessa-nos conhecer mais de uma área desconhecida ou pouco vivenciada para a grande maioria daqueles que percorrem a cidade, sejam moradores ou visitantes. De acordo com a arquiteta e urbanista Maria Cecília Barbieri Gorski, as orlas fluviais de cidades que rompem suas relações físicas e/ou sociais com os seus rios acabam, em geral, tornando-se espaços marginalizados que apresentam infraestrutura precária e acessibilidade prejudicada (GORSKI, 2010). No caso do recorte escolhido, esses problemas somam-se ainda à dificuldade de atrair interesse público e/ou privado em relação a sua área de interesse histórico, fazendo com que os projetos e iniciativas de reabilitação urbana para a área permaneçam estagnados. A partir disso, ao observar os principais elementos que compõem o cenário do local, percebe-se a relevância de criar ou requalificar espaços e equipamentos públicos do entorno que reconhecessem e reconectassem rio e cidade. E é neste plano de fundo que se evidencia o prédio que hoje abriga o Mercado do Peixe das Rocas.

Embora funcione há apenas uma década (teve suas atividades iniciadas naquele edifício em 2008), o prédio possui um programa arquitetônico que, segundo os comerciantes e visitantes do local, não satisfaz completamente todas as atividades realizadas pelos diversos atores responsáveis pela atividade pesqueira da região. E ainda, a forma sobre a qual foi concebido não atende às demandas da tipologia à qual se propõe, já que a relação do edifício com espaço público é deficiente e acaba sendo um entrave ao tipo de comércio popular ali praticado.

O poder público tenta "vender" a implementação do projeto como um grande sucesso, mas a realidade é que uma década após sua inauguração, o mercado soma problemas que se apresentam como frutos de uma proposta produzida de forma improvisada, com pouca participação popular e leitura rasa acerca da realidade local.

A realidade de quem vivencia o local é outra. O espaço tem aspecto de abandonado. A praça de alimentação, quase sempre vazia, é pouco atrativa e arquitetonicamente mal resolvida, pois mesmo estando "voltada para o Rio Potengi" pouco se aproveita deste enorme potencial. Falta manutenção de pintura e equipamentos, e melhores soluções de conforto

ambiental para a ventilação do local, imprescindível para minimizar os efeitos do forte odor do tipo de mercadoria ali comercializado.

Uma nova proposta de edifício para o Mercado de Peixes das Rocas se apresenta como uma importante ação para a localidade do Canto do Mangue - assim como para a cidade de Natal - pois se mostra como uma aposta de ferramenta capaz de estimular a revitalização do seu entorno e fortalecer sua permanência.

Dentre os fatores que **justificam** este trabalho, destacam-se duas questões distintas: **a)** a necessidade do reconhecimento e valorização de uma área como patrimônio histórico e/ou cultural da cidade; **b)** o estudo de concepção de uma edificação para abrigar uso de comércio popular de pesca.

Essas questões dizem respeito a uma inquietação pessoal acerca da atual situação de abandono e falta de zeladoria pública a qual se encontra o Mercado do Peixe das Rocas, assim como também a localidade do Canto do Mangue. Atualmente, a área - a partir da praça - atende, ao mesmo tempo, funções de lazer e atividade pesqueira, servindo como um atracadouro e estaleiro improvisado de barcos. Como alerta, diversos veículos de comunicação têm noticiado ao longo dos anos inúmeras reivindicações em relação à falta de estrutura local para o desenvolvimento da pesca.

Intenciona-se neste trabalho iniciar uma discussão a respeito do resgate da memória do Canto do Mangue e a atividade pesqueira lá desenvolvida, evidenciando sua importância para a população daquela área e para o restante da cidade. O objetivo é contribuir com uma proposta de estudo preliminar para dar nova cara ao espaço que hoje abriga o Mercado do Peixe das Rocas, a qual atenda às suas principais demandas (baseadas no usuário) convertendo-o em um edifício conectado ao espaço público e entorno sobre o qual está inserido, e ainda, que seja agradável e atrativo para os mais diversos perfis de usuários.

A localidade do Canto do Mangue, assim como o entorno ao qual está inserido (os bairros da Ribeira e Rocas), são áreas da cidade de Natal que ainda possui uma lógica e escala de comércio opostas àquelas praticadas nos bairros mais enobrecidos e, ao longo dos anos, tentam manter essas características mesmo com os grandes problemas lá identificados. Ainda, aquele local tem o seu surgimento intimamente conectado com a atividade pesqueira

natalense, e por isso, pensar um espaço que ajude a desenvolver e preservar essas práticas, é antes de tudo, apreciar e contribuir para a valorização da sua história.

Por fim, aspira-se que esse tipo de trabalho possa contribuir para inspirar o desenvolvimento de outros similares, os quais objetivem colaborar com o debate sobre o uso e apropriação dos espaços e edifícios públicos tendo como agenda os interesses da população compreendida e a garantia da função social dos diversos espaços.

À vista disso, o **Objetivo Geral** consiste em elaborar uma nova proposta de edifício – a nível de estudo de preliminar – para o Mercado do Peixe das Rocas, localizado no Canto do Mangue, considerando as demandas dos seus usuários, e principalmente, a lógica de comércio popular ali praticada.

Diante disso, são almejados os seguintes **Objetivos Específicos**:

- a) *Desenvolver proposta de estudo preliminar para um mercado público de pescados que valorize e fortaleça as práticas e personalidades do local ao qual está inserido;*
- b) *Propor edificação com tipologia de mercado público simples, mas que atenda às necessidades dos seus usuários – sejam comerciantes ou visitantes – e que adeque-se às características físicas e bioclimáticas do sítio ao qual está inserido.*
- c) *Conceber um espaço físico que mantenha constante diálogo com seu entorno imediato para que tente funcionar como uma extensão do espaço público e aproveite-se das principais potencialidades do local.*

Como já dito anteriormente, o **Universo de Estudo** deste trabalho é a localidade conhecida popularmente como Canto do Mangue e que está localizada na Região Administrativa Leste da cidade de Natal.

Este trabalho está estruturado em cinco partes, sendo as duas primeiras dedicadas à construção do referencial teórico e histórico acerca do tema e área de intervenção e as três últimas, dedicadas às análises, estudos de referência, desenvolvimento e apresentação da proposta projetual. A seguir, apresenta-se uma breve síntese do que poderá ser encontrado em cada capítulo.

Capítulo **UM**:

O primeiro capítulo deste trabalho tem o objetivo de apresentar um breve embasamento teórico acerca da temática abordada: Arquitetura de Mercados. Apresenta-se, de forma sintética, a origem e evolução das diferentes tipologias de feiras e espaços de compras, bem como discute-se a relevância desses locais para a construção da vida urbana.

Capítulo **DOIS**:

O segundo capítulo busca compreender a caracterização da área onde insere-se o objeto de estudo, através da análise do processo de formação do universo de estudo, e conta como ele foi importante para legitimar as práticas e vivências encontradas atualmente no Canto do Mangue, local onde está inserido o Mercado do Peixe das Rocas. Para isso, é realizada uma leitura urbana, que aborda breve contexto histórico da área e as principais configurações e características urbanísticas existentes sobre aquele recorte.

Capítulo **TRÊS**:

Refere-se aos estudos de referências realizados com foco na tipologia e lógica de comércio do projeto idealizado. Apresenta estudos feitos tanto de maneira direta como indireta, e que explora aspectos formais, funcionais, espaciais e estéticos, características essenciais para pensar estratégias que foram inseridas no projeto, ou aspectos que seriam evitados.

Capítulo **QUATRO**:

No quarto capítulo busca-se explorar as condicionantes físico-ambientais da área de intervenção. Para tanto, considerou-se análises de terreno e seu entorno, nas quais se inserem questões físicas, ambientais e legais para implantação de uma tipologia de mercado.

Capítulo **CINCO**:

A parte final do trabalho considera a apresentação da proposta projetual pensada para o novo Mercado do Peixe das Rocas. Ela inclui soluções de desenho que tomam como base as informações e dados retratados nos capítulos anteriores. Em síntese, apresenta o conceito, ideias de implantação e distribuição de ambientes internos, soluções de conforto ambiental e perspectivas com volumetria da proposta arquitetônica.

Em derradeiro, serão comentados os resultados alcançados com o processo de construção do trabalho, além de apontar encaminhamentos futuros para outras pesquisas e estudos sobre o tema.



[2] Comércio popular.
Centro comercial em cidade japonesa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de compreender a origem e evolução das feiras e mercados públicos, este capítulo propõe-se a abarcar os principais aspectos acerca da temática deste trabalho. Para tanto, apresenta investigação sobre como era expressa a forma da arquitetura naqueles espaços, assim como também faz uma breve apresentação sobre a lógica de comércio popular.

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS PÚBLICOS

Ao observar os primórdios da história humana torna-se fácil perceber a importância do processo de sedentarização do homem, possibilitado pela dominação de técnicas de agricultura e agropecuária, para o surgimento das primeiras atividades de trocas comerciais do mundo. De acordo com Oliveira Júnior (2006), ao longo do tempo, as técnicas de cultivo criadas e apreendidas pelos humanos garantiram um incremento significativo na produção agrícola, que por sua vez, geraram uma larga margem de excedentes. Estes passaram a ser trocados por bens de consumo, o que acabou originando, desta forma, o comércio.

Por outro lado, o desenvolvimento das cidades teve sua origem ao longo dos vales dos rios, e o seu aparecimento está relacionado ao aperfeiçoamento da navegação e do transporte aquático de massa. A partir disso, outras práticas como a domesticação de animais para carga, o uso de veículos de rodas e a implantação de estradas calçadas permitiram a ampliação dos transportes, o que contribuiu de forma decisiva na distribuição dos excedentes, assim como para a obtenção de outros produtos produzidos em locais antes muito distantes (OLIVEIRA JÚNIOR, 2006). Essas eram ações desempenhadas por uma nova instituição urbana que foi denominada de Mercado.

Ainda segundo Oliveira Júnior (2006), em sua origem, o mercado teve suas funções de fornecimento, armazenagem e distribuição de produtos, realizadas próximas aos templos religiosos e acontecia sempre de forma temporária, num formato que remete às feiras livres conhecidas hoje em dia por ocorrer em algum dia ou horário específico da semana. Posteriormente, por consequência do seu tamanho e crescimento populacional, e ainda, por causa da sua produção local, as cidades passaram a implantar mercados com lugar permanente em sua malha urbana.

Interessante notar como o desenvolvimento da atividade comercial e dos mercados está intimamente relacionado com o desenvolvimento da própria cidade e essa correlação apresenta-se em variados formatos e configurações nos diferentes centros urbanos ao redor do mundo e ao longo da história. De acordo com Mumford (*apud* OLIVEIRA JUNIOR, 2006, p. 21) “as duas formas clássicas, a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de

barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.C. (...)"

Segundo Vargas (2001), os mercados, e posteriormente as feiras, possuíam outras funções além do que simplesmente fornecer e comercializar mercadorias. Eles eram também espaços de distração e divertimento urbano. Detinham um importante papel para as diversas populações, não apenas na atividade econômica da cidade, mas especialmente para sua vida social. Principalmente por isso, torna-se imprescindível, para entender a real natureza e a lógica desses locais, conhecer - ainda que de forma breve e com apenas alguns exemplos sendo aqui expostos - a origem e as formas em que eles se apresentaram ao longo da história e os seus diferentes contextos. São mercados com atributos de "*espaço público, abertos, cobertos e semicobertos que mudam de nome no tempo e no espaço, mas não perdem essa característica de elemento focal da vida social*" (VARGAS, 2001). Entre eles estão: o *Bazaar*, a *Ágora*, o *Fórum*, a *basílica*, as feiras, igrejas, entre outros. E outros com configurações de espaços semipúblicos surgidos a partir do final do século XVIII: as galerias ou arcadas comerciais, os *grand magasins*, as lojas de departamento, o super e hipermercado e os *shopping centers*.

[3] **Ágora de Atenas.**
Ilustração de como seria a espacialização da
Ágora na antiga Atenas.



As trocas comerciais ocorridas ainda na Grécia Antiga é uma dessas expressões supracitadas. Lá, inicialmente, a atividade comercial acontecia nas proximidades da Acrópole, mas à medida que o movimento do comércio crescia, os gregos passaram a organizar o seu mercado na **Ágora**, espaço público que passou a ser reconhecido como lugar dos encontros cívicos e do comércio varejista grego. Vargas (2001) conta que procurava-se fazer a implantação desses espaços sempre próxima à principal fonte de água da cidade, e que eles eram reconhecidos por serem locais barulhentos - em especial pelo som dos gritos dos comerciantes ao oferecerem seus produtos - e de muita cor, resultado da mistura dos produtos expostos. Estas são combinações - sons, cores e cheiros - que podem ser encontradas, ainda hoje, nos mercados públicos e feiras livres de todo o mundo. Ainda sobre a Ágora, Mumford (2004) expõe que:

Antes de mais nada, [...] é um espaço aberto de propriedade pública, que pode ser ocupado para finalidades públicas, mas não necessariamente fechado. Muitas vezes, os edifícios adjacentes

são lançados ao redor numa ordem irregular, aqui um templo, ali uma estátua de um herói ou uma fonte: ou talvez, numa fileira, um grupo de oficinas de artífices, abertas para o transeunte: enquanto que, no meio, as barracas ou cobertas temporárias indicariam talvez o dia de feira, quando o camponês levava seu alho, suas verduras ou azeitonas para a cidade e comprava um pote ou mandava consertar seus sapatos pelo sapateiro (MUMFORD, 2004, p.167).

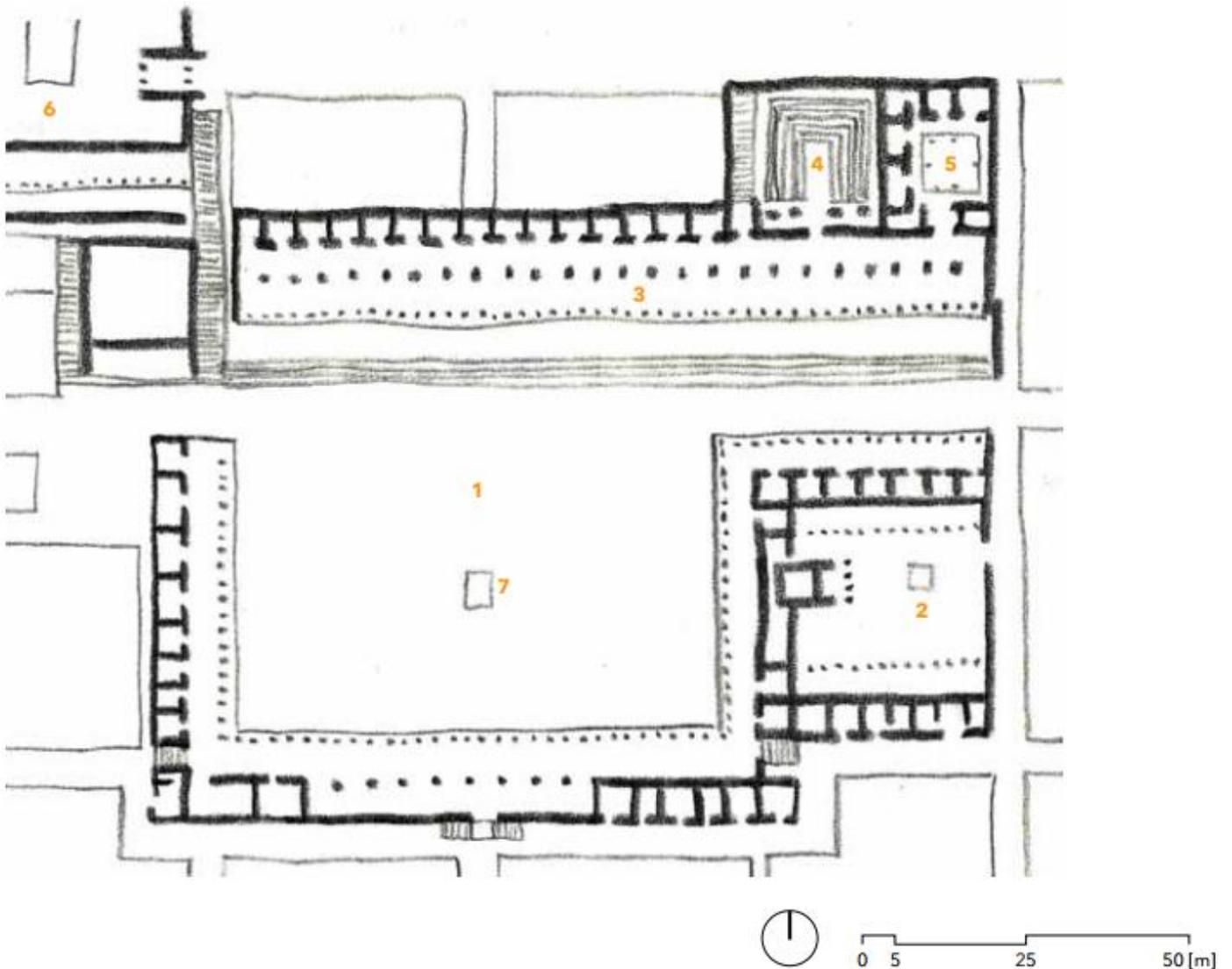
Nascido como um espaço livre, a *Ágora* foi se transformando, ao longo de sua história, em espaço de caráter mais fechado onde passou a ser cercada por edifícios. Estes, cada vez mais monumentais, acabaram isolando a *Ágora* do seu entorno urbano. Sua forma irregular, dominada por condicionantes geográficos até o século V a.C., adotou uma forma retangular, como decorrência do próprio traçado viário de suas cidades (FONSECA, 2015).

A *Ágora* em formato de U, rodeada por colunatas em três de seus lados, conforme mostra a planta de Priene, é uma evolução do formato retangular que adiciona permeabilidade ao centro, através de acessos criados por um conjunto de escadas e vias. Enquanto as pessoas podem facilmente alcançar a *Ágora*, os elementos construídos no entorno imprimem-lhe uma sensação de fechamento. Esta integração com o entorno urbano fazia parte do conceito grego de cidade que se perde com a influência romana posterior. Esta influência vai fazer surgir as colunatas nos quatro lados da *ágora* sem nenhuma passagem através delas, como mostrado na planta da *Ágora* de Mileto, modificada por volta do século II a.C.¹

Kato, 1993, *apud* VARGAS, 2011, p.70.

1

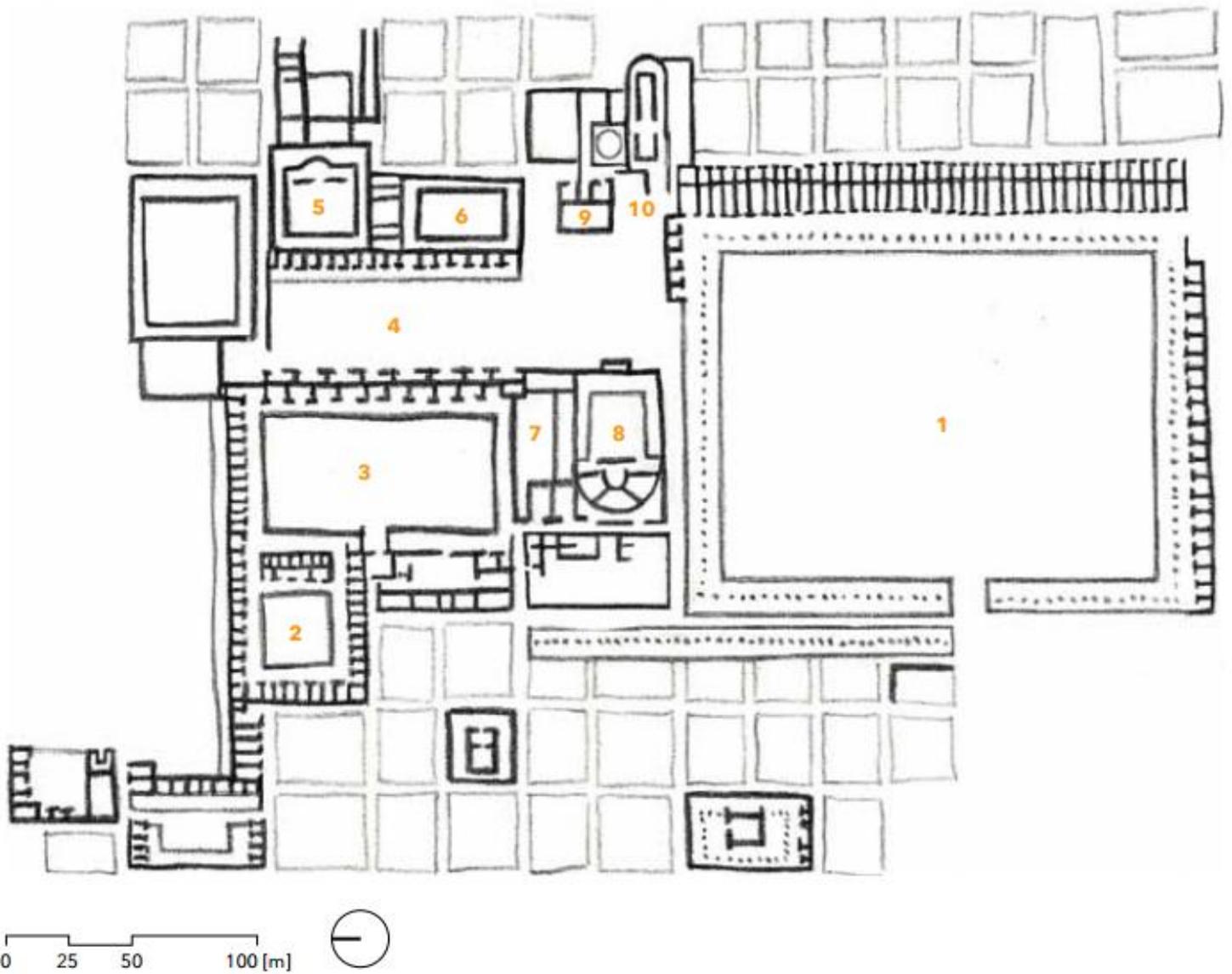
ÁGORA PRIENE



1. ágora
2. templo de *asklepeion*
3. *stoa*
4. *ecclesiasterium* (troca de ouro e prata)
5. *prytaneion* (reunião de oficiais e governantes)
6. templo de athena
7. fonte

▲
[4] A Ágora Grega.
Configuração da Ágora de Priene e seu entorno urbano.

ÁGORA MILETO



- | | |
|----------------|---|
| 1. ágora sul | 6. templo de <i>asklepeion</i> |
| 2. mercado | 7. <i>buleterium</i> (conselho de cidadãos) |
| 3. ágora norte | 8. <i>nymphaeum</i> (monumento às ninfas) |
| 4. banhos | 9. igreja cristã |
| 5. ginásio | |



[5] A Ágora Grega.

Configuração da Ágora de Mileto e seu entorno urbano.

Dentro de um outro universo, a principal expressão dos espaços destinados ao comércio varejista no Oriente Médio é o *Bazaar*, que de acordo com Vargas (2001), significa 'mercadoria' na língua árabe. Em português, Bazar, era o lugar fixo de compras e trocas nas vilas e cidades da antiga civilização islâmica. Inicialmente, o comércio só era praticado ao redor das mais importantes rotas e estradas que interligavam os países e regiões da Europa e Ásia. Ainda, somente ocorria quando as condições do tempo eram favoráveis. Eventualmente, áreas específicas dentro das cidades árabes foram sendo definidas como centros de troca e ficaram conhecidas como "Bazar".

Reconhecidas como grandes centros de convergência comercial desde o mundo antigo, as cidades de Meca e Medina eram visitadas e celebradas por mercadores de diferentes regiões que visitavam seus bazares em busca dos mais variados produtos. Os bazares eram lugares de grande mistura de classes e até hoje são apontados como uma importante referência especial da cultura islâmica. A ocupação da Espanha pelos Mouros, ao longo de um período de mais de 700 anos, ajudou a popularizar a ideia dos bazares pelo continente europeu, e a palavra foi assimilada por diferentes línguas europeias com variadas formas de escrita e pronúncia, ou por vezes, substituída por outro termo: em Italiano, tornou-se "*Bazzara*", em Espanhol "*Feria*", em Português "*Mercado*", em Sueco "*Marknad*", em Alemão "*Basar*", em Turco "*Pazar*", em Grego "*Ayopa*", e em Inglês "*Bazaar*".

Os principais centros urbanos do Oriente Médio surgiram a partir das atividades comerciais ali praticadas, favorecidas, principalmente, pela sua posição geográfica. Nos bazares era comum a copresença, onde aqueles lugares eram descritos como espaço de convívio de diferentes classes sociais. O Bazar, geralmente localizado no coração da cidade, era o lugar das múltiplas atividades e serviços. Naquele espaço abrigava-se lojas, bancos, escritórios, locais de alimentação, centros educacionais, salas de banho, facilidades públicas para higiene, hospital, proteção para sem tetos, espaço para promulgação de leis, espaços para culto e Mesquitas (FONSECA, 2015). O *Kapali Carsi* ou "Grand Bazaar", localizado em Istambul-Turquia, tido como um dos maiores e mais antigos mercados cobertos do mundo, é uma expressão importante dessa diversidade de usos (VARGAS, 2001). O Grande Bazar é um grande mercado, que possui um misto de áreas cobertas e abertas, iniciou suas

atividades no ano de 1461 e possui mais de 60 ruas cobertas por onde se distribuem milhares de lojas – organizadas por setores –, as quais são conhecidas, principalmente, pela joalheria, cerâmica, especiarias e tapetes comercializados.

A configuração espacial original dos bazares islâmicos é marcada pela organização de várias lojas enfileiradas e voltadas para as principais ruas de tráfego. Estas lojas eram estreitas, abertas para a rua, possuíam toldos para a proteção e podiam ser fechadas por várias pranchas de madeira. Na parte posterior ou no pavimento superior, podiam haver escritórios e/ou depósitos.

Depois da conquista islâmica, o povo começou a instalar tendas ao acaso ao longo das principais vias, até as calçadas com colunatas desapareceram completamente. Estes primeiros *souqs* não tinham nada em comum com a rede de edifícios complexa de hoje. Se eles eram cobertos, eram apenas por tendas provisórias. Foi apenas no final da Idade Média que os arcos e abóbodas foram construídos como proteção permanente contra o tempo e o fogo. Este foi o momento quando os bazares adquiriram sua aparência atual.²

Um local que conseguiu preservar a maioria das características originais dos bazares, que tem a rua como ponto central do desenvolvimento do comércio, é o *Al-Hamidiyah Souq*, o qual está localizado na antiga cidade murada de Damasco. Considerado um dos maiores mercados da Síria - atualmente coberto por uma estrutura metálica –, ele se arranja ao longo de um eixo, com uma extensão de 422 metros, que se inicia na rua *Al-Thawra* e tem seu fim na praça da Mesquita *Umayyad*.

Fazer compras em um 'Bazaar' continua sendo uma característica central da vida cotidiana em muitas cidades e vilas do Oriente Médio e do Sul da Ásia. O 'Bazaar' ainda atua como um "coração pulsante" nesses locais. Alguns antigos bairros e distritos de bazar localizados em diferentes cidades árabes foram listados como Patrimônio da Humanidade da UNESCO³,

² Weiss, 1998, apud VARGAS, 2001, p.66

³ A Medina de Fez, no Marrocos, com suas ruas labirínticas de ruas cobertas, foi classificada como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1981. Al-Madina Souq, localizada na parte antiga da cidade de Aleppo, é outro Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1986. O complexo do Bazar de Tabriz, no Irã, foi listado em 2010. O Bazar de Qaisyariye em Laar, Irã, está na lista provisória de Patrimônios Mundiais da UNESCO.

devido à sua importância histórica e arquitetônica. Visitar um bazar ou *souq* – outra definição de bazar na língua árabe – se tornou um passatempo turístico popular.

Ainda que a natureza do comércio desenvolvido naqueles locais e a sua distribuição interna tenha se modificado ao longo dos anos – houve a substituição de grande parte das oficinas tradicionais de artesanato por lojas para turistas –, conta-se, ser evidente o espírito de diversidade e vitalidade do local. Não à toa, é tido como importantes pontos turísticos em suas cidades.



[7] Medina de Fez.
Registro da atividade comercial
na Medina de Fez no Marrocos.

GRAND BAZAAR



1. fonte
2. pátios cobertos
3. pátios abertos
4. mesquita



[9] Bazaar dos comerciantes da seda no Cairo.
Pintura de David Roberts - 1855.

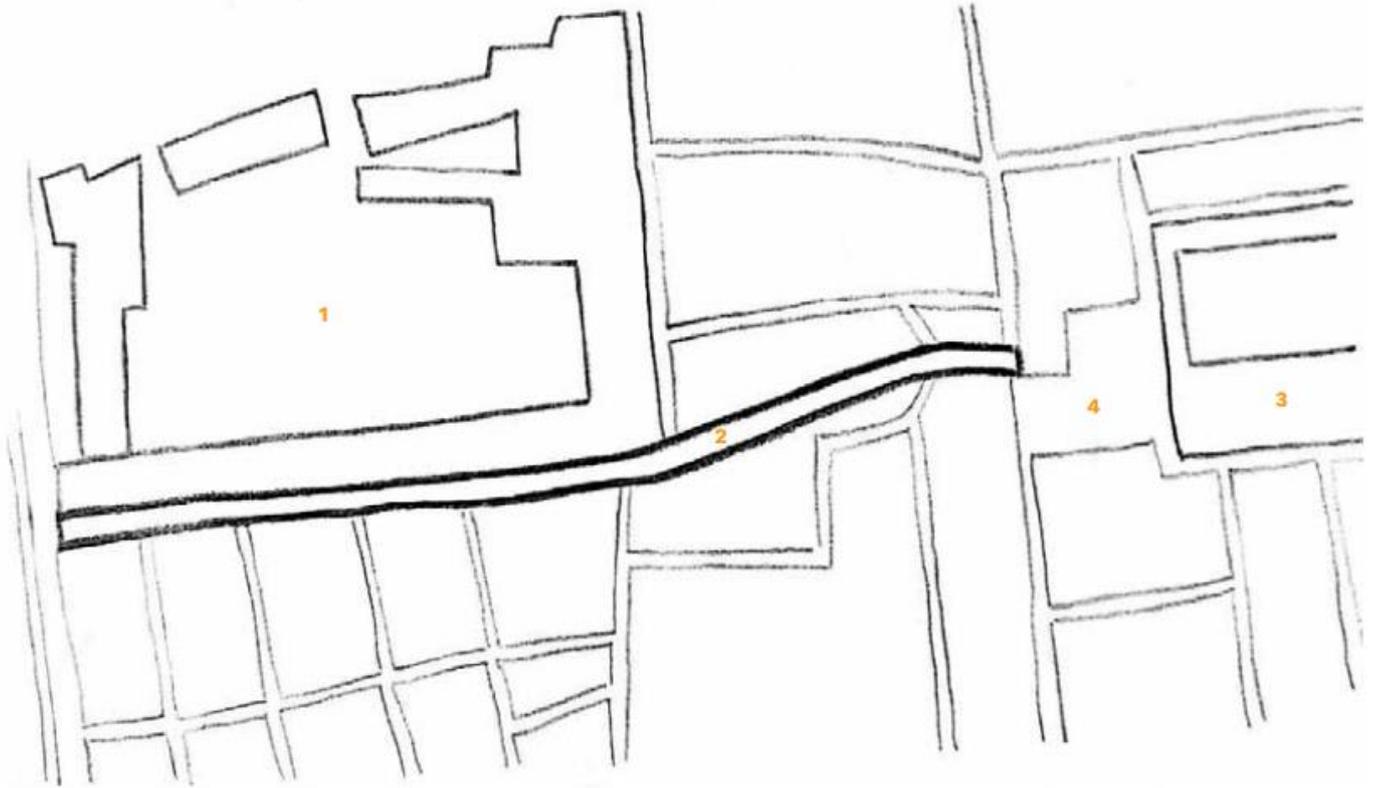
▲ [8] Configuração espacial do 'Grand Bazaar' e seu entorno, Istanbul – Turquia.



[10] Kapali Carsi, o "Grand Bazaar".
Grande mercado localizado na parte histórica de Istanbul – Turquia

AL-HAMIDIYAH SOUQ

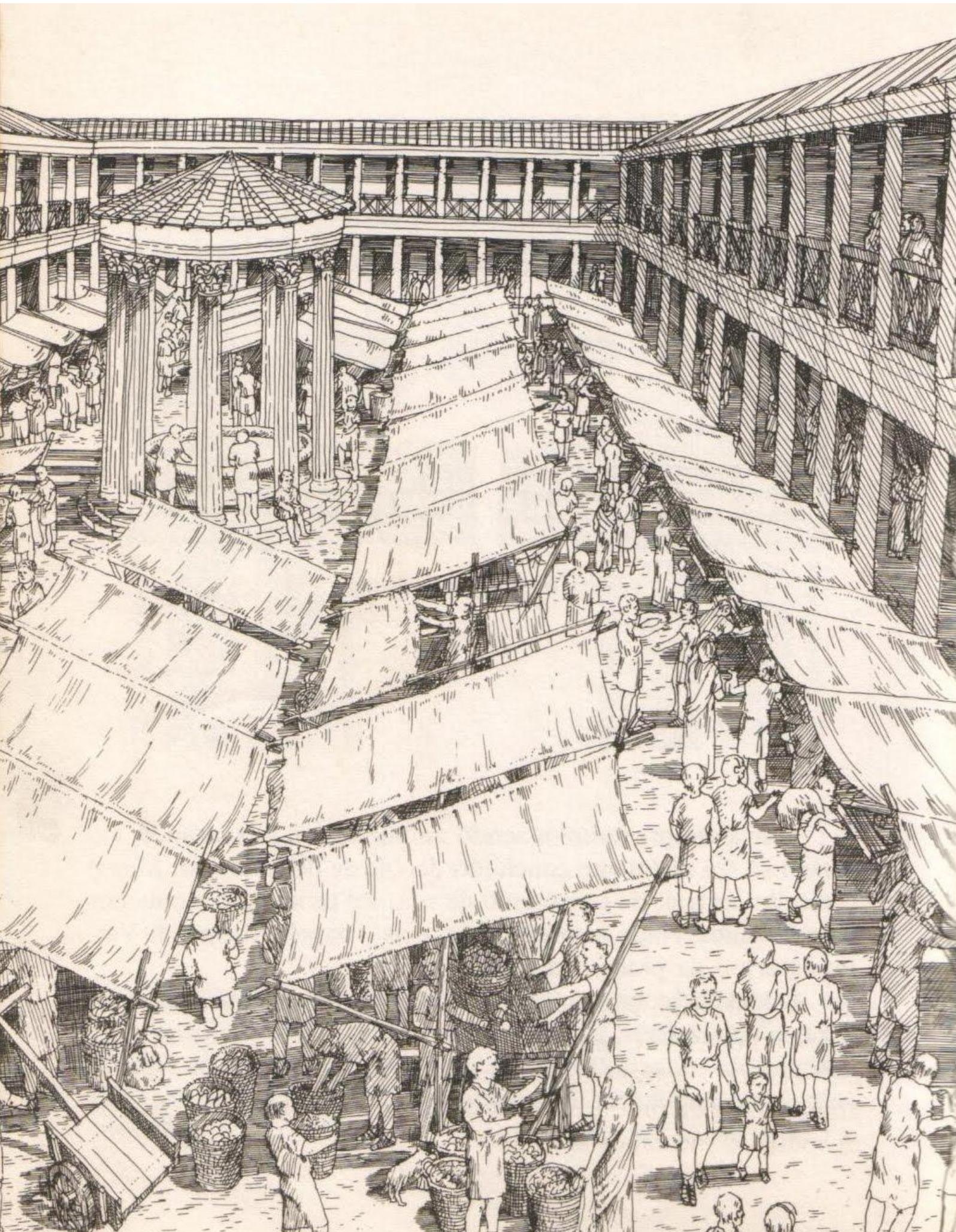
1. cidadela
2. mercado
3. mesquita *Umayyad*
4. praça de mesquita



▲ [11] Configuração do Al-Hamidiyah Souq e seu entorno.



[12] Al-Hamidiyah.
Imagem interna do Bazaar Al-Hamidiyah, em Damasco – Síria.



Na Roma antiga, o principal palco das atividades comerciais eram os *Fóruns*. O Império Romano, conquistado com a força do seu poderio militar e edificado através da construção de cidades nos territórios ocupados, teve as suas funções comerciais do espaço incorporadas à lógica das suas estruturas urbanas. Essa característica era visivelmente observada nas novas cidades periféricas, devido a importância da distribuição. Segundo Oliveira Junior (2006), as atividades sociais, comerciais, religiosas e políticas foram concentradas nos Fóruns, os quais eram caracterizados como edificações monumentais definidas por um espaço público descoberto ladeado pelo edifício do Senado e da Justiça numa posição contrária ao mercado.

Também encravado no coração da cidade, esse tipo de mercado era um espaço aberto envolto por colunatas que projetavam um espaço de circulação ao longo das lojas e escritórios. Ademais, possuía uma fonte de água pública no centro, e em volta desta, eram distribuídas as barracas dos comerciantes e camponeses. Por volta do ano 113 d.C., começou a funcionar o mercado do Fórum de Trajano na cidade de Roma, então centro do império na época e que já contava com aproximadamente um milhão de habitantes na época (PINTAUDI, 2006).

Conforme explica Oliveira Junior (2006), as lojas se organizavam no pavimento térreo com suas mercadorias expostas penduradas tanto no teto quanto em suas próprias fachadas, oferecendo uma imagem caótica e colorida muito semelhante à ambiência dos locais varejistas mais populares de hoje em dia. No pavimento superior ou na parte posterior se distribuía as residências dos artesãos. A lógica espacial do Fórum do Império Romano é similar àquela estabelecida nos modernos *shopping centers* da atualidade, no que refere ao variado número de atividades desenvolvidas simultaneamente e a existência de elementos geradores de fluxos – como é o caso da presença de lojas-âncoras e dos edifícios públicos – que se articulavam ao longo das vias de circulação (GOSLIM *apud* VARGAS, 2001).

Os fóruns eram espaços públicos abertos por excelência onde abrigava-se edifícios públicos monumentais que concentravam múltiplas funções. Centro urbano das cidades romanas, esses lugares, além de servir tradicionalmente como mercado, era também um ponto de encontro de grande importância social, palco de diferentes atividades, como

reuniões, discussões e debates políticos. Ali, eram desenvolvidas as transações da cidade e as negociações entre comerciantes e banqueiros.

Nas cidades romanas mais jovens, o fórum costumava se localizar no cruzamento entre as ruas principais do eixo norte-sul e leste-oeste (conhecidas como *cardo* e *decumano*). Os fóruns romanos eram compostos geralmente pelo prédio do Senado e da Justiça, o templo de Júpiter e outros templos, além da basílica, e evidentemente, os espaços específicos para as trocas comerciais. Neste contexto, destacam-se o já mencionado Forum de Trajano (século II d.C) e o Fórum de Pompeia (século VI a.C). Sobre a configuração espacial destes locais, Fonseca (2015) relata:

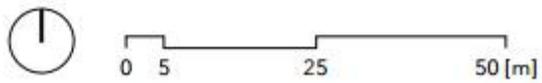
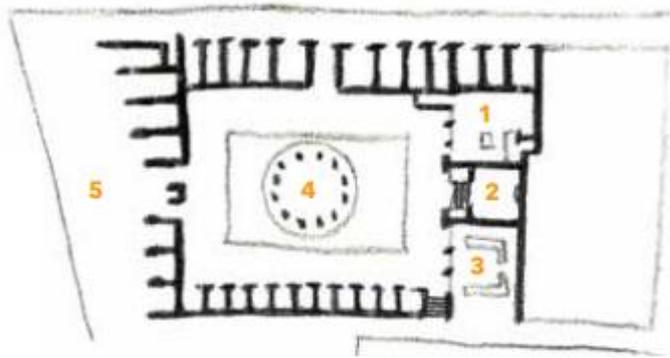
No Fórum de Trajano, em Roma [...] havia um mercado em sua parte posterior, no lado oriental, formado por um semicírculo de lojas em dois andares. As lojas do térreo se abriam diretamente para a rua e as do primeiro andar, para um corredor coberto. Posteriormente, foram sendo acrescentados mais andares ao mercado (FONSECA, 2015, p. 29).

E especificamente sobre o Fórum de Pompeia, a mesma autora informa que o lugar era:

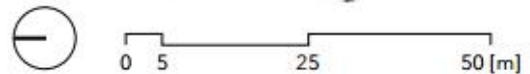
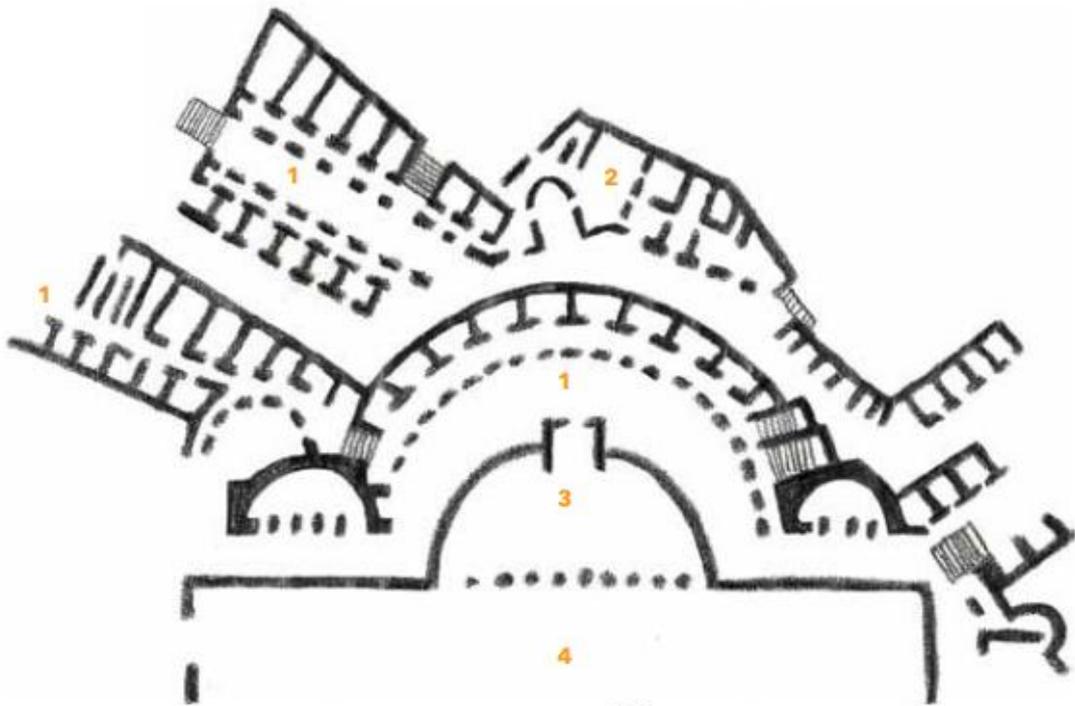
[...] Fechado em três dos seus lados por um pórtico, que unificava o espaço da praça, possuía, em uma das extremidades, o Templo de Júpiter. Entre os equipamentos do fórum também estavam o Templo de Apolo, basílica, edifícios municipais, *comitum* (local de votação), *eumacchia* (espécie de edifício das guildas de tintureiros, alfaiates, tecelões), entre outros. Do lado oeste, havia o mercado de cereais, que se constituía basicamente por uma linha de lojas voltadas para a rua (FONSECA, 2015, p. 29).

O mercado, ou *macellum*, locado no lado leste, era um espaço aberto, de planta quadrada, e dava lugar às bancas de camponeses e comerciantes. No centro havia um *tholos*, estrutura circular rodeada por colunas suportando um telhado. Este local abrigava o mercado de peixes, o qual recebia água da fonte pública e possuía um sistema de drenagem. O *macellum* era rodeado por colunatas com fácil acesso às lojas e aos escritórios de comerciantes localizados nos pavimentos superiores. Por sua vez, as lojas abriam-se para o pátio do mercado, assim como também davam acesso ao Fórum e às ruas da cidade.

1. refeitório
2. capela
3. carnes e peixes
4. *tholos* (espécie de coreto com fonte)
5. fórum



- ▲ [14] Mercado do Fórum de Pompéia.
Planta esquemática.
- ▼ [15] Mercado do Fórum de Trajano.
Planta esquemática.



1. lojas
2. habitação
3. exhedra (local semicircular com bancos para discussões)
4. fórum

Com a derrocada do Império Romano, as práticas comerciais perderam força dentro do contexto dos seis séculos da Idade Média. A produção de alimentos daquele período se limitava a atender as necessidades locais e a troca de excedentes era desencorajada pelo sistema feudal implantado. Este cenário irá mudar a partir do século XI quando começa a emergir uma economia ligada à indústria, aos transportes e ao comércio. Oliveira Junior (2006) afirma que mercado e cidade eram intrinsicamente ligados na Idade Média. Inicialmente, as trocas comerciais aconteciam fora das muralhas da cidade, ao longo das vias de circulação mais importantes, mas com o tempo, esses locais se consolidaram como praças de mercado e passaram a ser vistas como principal palco do espaço urbano, onde eram exercidas a maior parte das funções coletivas.

No final do século XVIII, o contexto socioeconômico passou a promover diversas mudanças no comércio. As feiras e praças de mercado começam a perder função de encontro e compra na medida em que são substituídas pelos estabelecimentos privados, promovidos pela nova classe social emergente: a dos comerciantes (BATISTA, 2016; VARGAS, 2001). Conseqüentemente, os mercados passaram a se especializar em produtos básicos alimentícios, fundamentais para o abastecimento da população, além de ganharem novas formas com grandes espaços cobertos e edificação própria.

Mais tarde, começam a ser introduzidas ideias e políticas de regulamentação dos mercados com o propósito de promover melhorias e higienização desses espaços, marcados por serem os principais responsáveis pelo abastecimento alimentício da população. Tem início, em toda a Europa, e posteriormente ao redor do mundo, a implantação de grandes edifícios pensados para abrigar os mercados e suas atividades plurais.

Seja na Ágora grega, nos bazares árabes, no fórum romano ou nos espaços de mercado da cidade medieval e moderna, inúmeras transformações ocorreram na sociedade. O contexto tecnológico e social em diferentes períodos da história humana contribuiu de forma direta na evolução morfológica e uso dos espaços onde se desenvolveram o comércio. Contudo, de acordo com Vargas (2001), o caráter essencialmente público desses lugares, onde o comércio convive harmonicamente com as demais atividades coletivas, foi preservado em sua essência. Importante notar que, independente da sua escala e especialização, os

mercados continuam a estabelecer uma relação de tradição com seu povo, incentivando, de diversas formas, as variadas relações socioculturais e urbanas.



[16] Mercado do Fórum de Trajano.
Vista do Mercado de Trajano, Roma – Itália.

ARQUITETURA DOS MERCADOS E FEIRAS

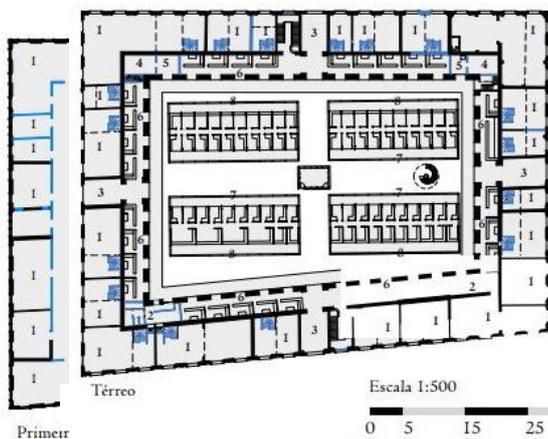
As atividades mercantis, como visto anteriormente, aconteceram ao longo de muitos anos dentro do espaço urbano das mais diferentes sociedades e eram expressadas com diferentes configurações e costumes. No entanto, a forma edificada de mercado só veio surgir a partir do século XIX. Os projetos dessas novas edificações eram pautados pelos pensamentos higienistas, que surgiram naquela época e foram perpetuados até meados do século XX. Os variados surtos epidêmicos deste período acabaram por despertar o interesse pela investigação de melhorias da saúde pública nos mais diversos campos do conhecimento, e isso incluía os profissionais da engenharia e da arquitetura. Nesta seção faz-se uma breve apresentação das mais eminentes propostas construtivas para mercados públicos lançadas ao longo da história e baseia-se para isso, principalmente, no trabalho de Murilha e Salgado (2011) sobre a arquitetura desses espaços.

MERCADO FECHADO COM PATIO INTERNO ABERTO

Estes tipos de mercado eram referências antigas em cidades europeias como Amiens e Florença. Murilha e Salgado (2011) comentam que em um dos tratados de Jean Nicolas Louis Durand – denominado *Recueil et Parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes* – apresenta-se, já em 1822, exemplos da tipologia arquitetônica de mercados fechados com pátio interno aberto. Estes mercados possuíam plantas simétricas de forma quadrada ou retangular e detinham um pátio interno descoberto o qual era acessado por um conjunto de arcadas nas laterais, apresentando fachadas estilo neorromânico.

Este era um estilo que lembrava o átrio romano e tinha sua origem tipológica na antiguidade clássica. Victor Baltard citado por Murilha e Salgado (2011) observou que este tipo de construção de mercado era um modelo bastante difundido pela França e descreve-o como sendo um mercado fechado, retangular, em madeira ou alvenaria, com clerestórios, dispostos ao longo de uma praça quadrada aberta, com um chafariz no meio. O arquiteto responsável pelo projeto do *Les Halles*, cita como exemplo deste tipo, o mercado da cidade Nevers, construído na França em 1825.

Este tipo de mercado também foi difundido em diversas cidades brasileiras, sendo o maior exemplo o Mercado Público da Candelária, construído na cidade do Rio de Janeiro em 1834, e que é considerado o primeiro mercado público edificado no Brasil. Ele é, talvez, a principal referência para os projetos de mercado com pátio interno que foram pensados para outras cidades posteriormente (MURILHA e SALGADO, 2011). É o caso do Mercado da Carne em Belém (1867), do Mercado Público de Florianópolis (1851) e do Mercado Público de Porto Alegre (1844). Este foi o tipo de projeto de mercado mais recorrente até meados do século XIX, antes do uso do ferro nas construções e o aparecimento de um novo modelo de mercado, o qual será exposto a seguir.



1. Loja
2. Banheiros
3. Acesso
4. Câmara Fria
5. Lavagem de vísceras
6. Alimentação
7. Venda de carne
8. Vendas diversas
9. Administração

[19] Mercado Público de Porto Alegre, 1844.
Vista área do Mercado Público de Porto Alegre – RS



MERCADO COBERTO EM ESTRUTURA DE FERRO

Esta nova tipologia de mercado surgiu na metade do século e é marcada pelo uso do ferro na construção civil. O uso deste material passou a ser comum nos mais diversos edifícios. De acordo com Geraldo Gomes da Silva:

Há um momento na História em que o ferro passa a ser empregado com tão diversificados fins, dentre eles a construção de edifícios, que é inevitável o registro desse material como um fator essencial para as transformações de toda ordem por que passou a sociedade. Este momento é o século XIX (SILVA, 1985, p. 13).

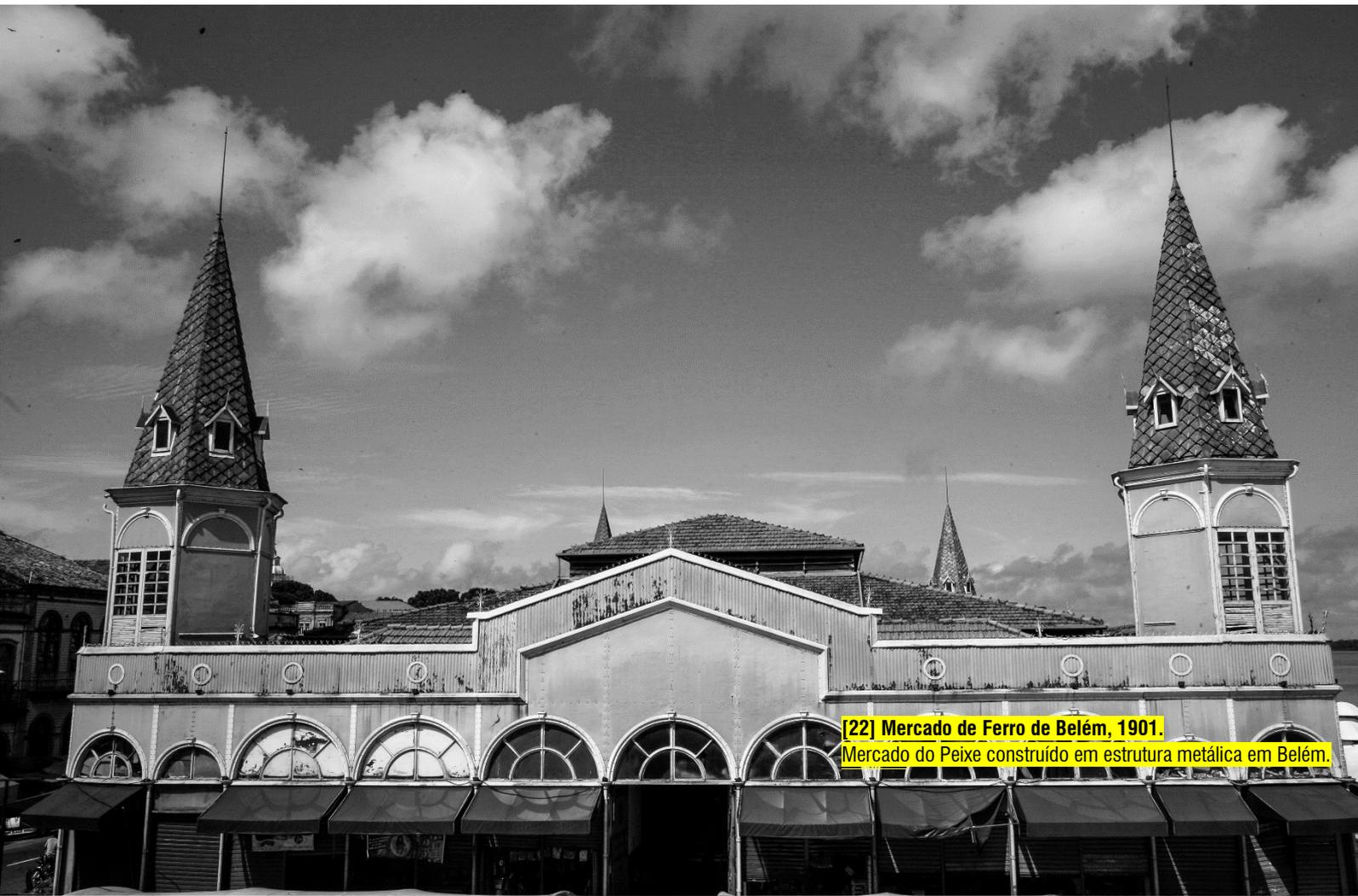
O ferro trouxe aos projetistas uma série de vantagens na construção das grandes edificações. Dentre estas vantagens, pode-se citar a quantidade na produção deste tipo de material, ou seja, a produção em série e o barateamento do custo de sua produção. Posteriormente tornar-se-ia comum comercializar grandes estruturas pré-moldadas em ferro para exportação ao redor do mundo inteiro (MURILHA e SALGADO, 2011).

Com a Revolução Industrial, e conseqüentemente com o surgimento e aplicação do ferro nas construções, houve a possibilidade de se construir mercados públicos com maiores vãos, e assim, abrigar maior quantidade de boxes internamente. Estes novos edifícios eram cobertos em estruturas de ferro e recebiam iluminação através de lanternins fechados com vidro.

Os mercados centrais de Paris, conhecidos como *Les Halles*, se constituíram como o modelo mais difundido deste novo tipo de mercado. Edificado em ferro e vidro, estes mercados se destacam por possuir aspectos de leveza e amplitude, gerados pelos grandes vãos abertos, possibilitados pela estrutura em ferro. Os fechamentos em vidro permitiam espaços visualmente abertos e iluminados (VARGAS, 2001).

Muitos mercados de ferro foram construídos no Brasil, os quais, de acordo com a escala das cidades que os abrigavam, mudavam suas configurações e dimensões. Entre os principais exemplos estão o Mercado Público de São José, em Recife (1875) e os pavilhões do Mercado do Peixe, em Belém (1901).





[22] Mercado de Ferro de Belém, 1901.
Mercado do Peixe construído em estrutura metálica em Belém.



MERCADO COBERTO COM TORREÕES LATERAIS

Por fim, o terceiro tipo de mercado público aqui exposto é o que apresenta sistema construtivo misto entre os dois modelos comentados anteriormente. Ou seja, são os mercados construídos em alvenaria de tijolos de barro maciços e estrutura em ferro e madeira. De acordo com Murilha e Salgado (2011), a estrutura desta tipologia de mercado é composta por colunas de ferro, fechamentos externos em alvenaria e cobertura sustentada por tesouras de madeira.

Além das características mistas, este tipo se evidencia por possuir um diferencial na composição volumétrica de sua arquitetura: o emprego de torreões. Estes, localizados nas laterais dessas edificações, eram mais altos e se destacavam impondo uma marca especial no desenho do mercado.

O Mercado Central de Berlim, construído em 1886, é uma das principais referências desta tipologia. Murilha e Salgado (2011) afirmam que ele serviu como principal modelo para a construção desta tipologia em algumas cidades brasileiras. Como exemplo, temos o Mercado Municipal de Santos (1900), o Mercado Municipal do Rio de Janeiro (1903) e o Mercado Central de São Paulo (1933).

[24] Mercado Central de Berlim, 1896.
Vista do Mercado Central de Berlim – Alemanha.



[12] Mercado Central de Berlim.

Vista do Mercado Central de Berlim – Alemanha.



[26] Mercado Municipal de São Paulo, 1933.

Vista do Mercado Central de São Paulo – SP.



MERCADOS PÚBLICOS E FEIRAS LIVRES NO BRASIL

Conforme afirma Mott (2000, *apud* Oliveira Júnior, 2006), os mercados públicos e feiras livres foram introduzidos no Brasil ainda no período colonial pelos portugueses, e seguiam os mesmos padrões dos equipamentos e espaços similares implantados em todo o Império Português. Em geral, ficavam localizados nos grandes centros urbanos, cercados usualmente por feiras. Nessa época, o abastecimento de alimentos na cidade do Rio de Janeiro era realizado por meio de um comércio informal, o qual era praticado nas ruas e praças públicas da capital carioca. Atividades como essas foram autorizadas em 1771, pelo Marquês de Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil, adquirindo a morfologia das atuais feiras livres. Além das feiras mistas, havia os locais especializados, como é o caso da que ocorria nas imediações do porto, atual Praça XV, que tinha como principal característica a venda de pescados, abastecida pelas embarcações que atracavam ali perto.

De acordo com Bonduki (2010), a partir de meados do século XIX surgem no Brasil os primeiros mercados fechados, os quais coexistiam com a venda de mercadorias nas ruas e feiras a céu aberto⁴. A melhoria das condições de transporte e deslocamento estimulou o crescimento da oferta de produtos, o que acabou por beneficiar a organização do comércio. Fez-se necessária a instalação de espaços cobertos e especiais, onde os comerciantes puderam começar a armazenar suas mercadorias.

Durante o intenso período da notável reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, no início do século passado, na cidade do Rio de Janeiro, houve uma tentativa de regulamentação daqueles espaços que abrigavam as feiras, a qual tinha o propósito de definir novos parâmetros de ordem e higiene que buscavam seguir os padrões europeus da

⁴ O primeiro mercado construído no Brasil foi, provavelmente, o Mercado da Candelária, também chamado Praça do Mercado e Mercado da Praia do Peixe, inaugurado em 1835 no largo do Paço, junto à praia do Peixe, no Rio de Janeiro. Segundo Bonduki (2010), este mercado era projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, o qual era tido como um edifício de dois pavimentos (construídos em duas etapas) e que possuía um esquema que foi utilizado em numerosos mercados públicos: planta retangular, implantação junto ao alinhamento das ruas, pátio interno aberto, portas comerciais abrindo-se para dentro e fora do edifício, acesso ao pátio através de um pórtico situado no centro das quatro fachadas, formando um sistema de circulação em cruz.

época. O objetivo era garantir que esses locais, para continuar existindo, passassem por mudanças que seriam capazes de adequá-las ao novo perfil da cidade almejado.

De acordo com Oliveira Junior (2006), Pereira Passos promoveu inúmeras ações de remodelação no Rio de Janeiro procurando redefinir a paisagem da cidade e suas práticas sociais. Entre elas, operou-se a exclusão dos velhos quiosques e quitandas instalados principalmente pelo centro da cidade para, em seguida, promover a implantação de mercados públicos cobertos, os quais seriam explorados pela iniciativa privada. Essas ações possibilitaram um controle mais eficaz do poder público sobre o comércio varejista, que a partir daquele momento, ficou condicionado às novas regras de organização e higiene preestabelecidas. Não demorou muito para que esse modelo fosse incorporado em outras cidades brasileiras.

Bonduki (2010) relata que o primeiro mercado construído no Brasil foi, provavelmente, o Mercado da Candelária, também conhecido como Praça do Mercado e Mercado da Praia do Peixe, ele foi inaugurado em 1835 no largo do Paço, no Rio de Janeiro. Projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, o edifício de dois pavimentos – que foram construídos em duas etapas – possuía um esquema que foi replicado em inúmeros mercados públicos brasileiros: planta retangular, implantação junto ao alinhamento da rua, pátio interno aberto, portas comerciais abrindo-se para dentro e fora do edifício, acesso ao pátio através de um pórtico situado no centro das quatro fachadas, formando um sistema de circulação em cruz. Este importante mercado compreendia uma área de 5.187 m² e acabou sendo destruído pelo fogo em 1899 (ROMAN, 2004; BONDUKI, 2010).

Contudo, a principal referência internacional de tipologia arquitetônica de mercado, como já dito anteriormente, era o antigo *Les Halles*, projeto do arquiteto Victor Baltard, construído em Paris no ano de 1855, no contexto da administração de Haussmann. Como já mencionado, este modelo de mercado possuía como destaque o uso de grande estrutura pré-fabricada de ferro e lanternins e janelas de vidro, os quais promovem a iluminação e ventilação natural. O primeiro exemplar deste tipo implantado no Brasil foi o Mercado de São José, construído em 1875, na cidade do Recife (SILVA, 1986 *apud* OLIVEIRA JUNIOR, 2006).

Seguindo esta tendência, depois do mercado São José, diversos outros mercados de ferro foram instalados em diversas regiões do Brasil. O Mercado São João, implantado em São Paulo (1890), o Mercado da Carne Francisco Bolonha em Belém do Pará (1901), o Mercado Municipal de Manaus (1883), o Mercado Municipal de Fortaleza (1897), são alguns dos principais exemplos. Todavia, é possível identificar outros importantes mercados brasileiros que não seguiram esse padrão construtivo supracitado. É o caso do Mercado Modelo de Salvador e do Mercado Municipal de São Paulo. Este último, inclusive, após importante projeto de requalificação arquitetônica promovida pelo poder público do município de São Paulo dentro da gestão de Marta Suplicy, tornou-se um notável ponto de atração e turismo da cidade (BATISTA, 2016; OLIVEIRA JUNIOR, 2006).

O comércio varejista de alimentos foi dominado pelos Mercados Públicos durante grande parte do século XX no Brasil até ser superado pelo advento dos supermercados e o surgimento dos sistemas de autosserviço. Atuando como um elo entre o consumidor e a grande indústria global de alimentos, o supermercado fez com que o interesse público pelos mercados e feiras livres diminuísse gradativamente, o que acabou por impulsionar a decadência desses espaços em muitas cidades brasileiras. Como aponta Gonçalves (2017), os supermercados, extremamente incorporados na vida cotidiana do habitante urbano, funcionam como grandes estações de serviço de caráter impessoal e são idealizados como espaços de paradas e fluxos rápidos. Tais características são antagônicas aos Mercados que eram reconhecidos, como já comentado anteriormente, como sendo locais palco de encontros e de grande incentivo à vida pública. Nesse sentido, os Mercados Públicos e Feiras Livres tem usado desses atributos para fazer frente à vasta concorrência dos supermercados.

De acordo com Pintaudi (2006), quando se passou a questionar o mercado como única forma de abastecimento, ele iniciou um processo de metamorfose com o objetivo de tentar resistir ao tempo e ao espaço. Para a autora, o mercado, que ainda está presente na paisagem urbana, passou a querer se apegar à imagem da tradição.

[...] surgem como possibilidades a metamorfose do mercado público, que passa a ser apropriado como lugar “tradicional”, onde

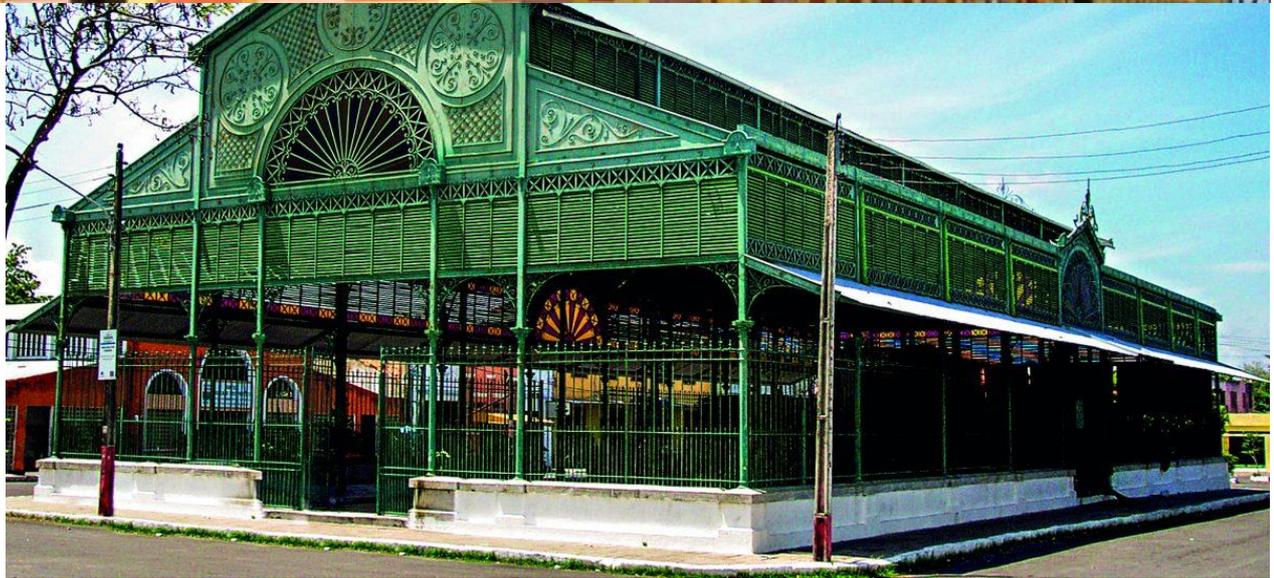
se pretende produzir uma "identidade" para a sociedade, ou então o desaparecimento dessa forma da paisagem urbana e, conseqüentemente, do imaginário. Essas possibilidades concretizam-se como tendências já que nada se efetua de modo pleno. (PINTAUDI, 2006, p. 82).

Ou seja, os mercados passam a tentar evidenciar suas peculiaridades destacando-as como sendo os seus diferenciais. Ao promover o ato de comprar itens e mercadorias originárias de onde se habita ele almeja aproximar o consumidor, estimulando o seu sentimento de pertencimento e identificação com o local onde vive.

Por fim, é notório que os mercados brasileiros possuíram grande relevância, assim como os espaços de comércio e feira livre no continente europeu, como locais que reuniram funções não somente de compra e venda, mas também de grande convívio social. Nessa perspectiva se destacaram por conseguir agregar em um mesmo lugar valores comerciais, culturais e sociais. Por último, os mercados se apresentam como edificações que exigem atenção para conhecimentos acerca de aspectos urbanos, arquitetônicos, construtivos e comportamentais para idealizar seus projetos.

[27] Mercado Municipal de São Paulo.
Fachada.







[30] Mercado Municipal de Florianópolis, 1851.
Vista do Mercado Municipal de Florianópolis – SC.

[29] Mercado Municipal de Fortaleza, 1897.
Vista do Mercado Municipal de Fortaleza – Ceará.



[31] Feira livre no sertão nordestino.
Feira na cidade de Palmeira dos Índios – AL.

O MERCADO COMO EXTENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Foi debatido e exposto até aqui a relevância dos espaços dos mercados e feiras livres com relação à expansão das cidades e as relações sociais originadas das suas atividades comerciais. O mercado, independentemente do tipo de produto ao qual se dedica, é lido como um ambiente catalizador da vida social e urbanidade no espaço urbano. Como apresentado anteriormente, esses locais, e suas diferentes configurações, sempre se mostraram como parte importante das dinâmicas urbanas e atuam como extensão do espaço público.

O espaço público é definido de diferentes formas por variados autores e instituições, e grande parte dessas definições conclui que o espaço público é elemento chave para desenvolvimento da cidade e da cidadania. De acordo com Carrion (2005), o espaço público é o cenário do conflito social, podendo ter diferentes funções, as quais variam conforme a conjuntura e a cidade em que se encontra. Por outro lado, Borja (2000), entende o espaço público como possuidor de uma dimensão jurídica, separando o que é privado do que é público, assim como também, o compreende como tendo uma dimensão sociocultural, pois é palco de distintas relações humanas, onde as diferentes comunidades se expressam. Para este autor, o espaço público não seria apenas o espaço residual entre os edifícios e o sistema viário, mas sim um espaço capaz de ordenar a cidade, independente da sua escala. É um espaço que possibilita variados usos e funções e tem o poder de ordenar um bairro, articular uma cidade, ou ainda, estruturar uma região (BORJA, 2000).

De acordo com os artigos de 98 e 99 do capítulo III do Código Civil - Lei nº 10.406/2002, um bem público é definido como sendo um bem de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias. Estes são divididos em: a) Bens de uso comum do povo; b) Bens de uso especial; e c) Bens dominicais.

Como descrito por Dias (2017), os bens de uso comum (a), destinam-se à utilização geral da coletividade e não podem ser adquiridos como bem próprio, como as ruas, estradas e rios, por exemplo. Aqueles de uso especial (b), destinam-se à execução dos serviços

administrativos e serviços públicos em geral, tais como os hospitais públicos ou escolas estaduais. E por último, os bens dominicais (c), são aqueles que não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico como, por exemplo, os prédios públicos desativados.

Nesta perspectiva, os espaços públicos se configuram como bens públicos de uso comum, inerentes à coletividade, que podem ser utilizados por todos. Conforme Luiz Castro (2013, s/p), o termo é compreendido como sendo “os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum”. Além de presentes em nosso cotidiano, os espaços públicos possuem ligação direta com o reconhecimento e a apropriação do lugar por parte das pessoas. Sobre este aspecto, Rogério Leite (2002), pondera que:

Embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, devemos entendê-lo como algo que ultrapassa a rua; como uma dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas (2002, p.116).

De forma similar, Oscar Sobarzo (2006), acredita que a introdução do conceito de lugar nestas reflexões torna possível visualizar a influência que a vida cotidiana e as apropriações do espaço possuem em relação a construção da identidade das pessoas. Em outras palavras, de acordo com o pensamento de ambos autores, para que um espaço urbano seja reconhecido como espaço público, é necessário que as pessoas se identifiquem e se apropriem deste. No fim, tais ações permitem criar identidade e um sentimento de pertencimento ao lugar.

Equipamentos urbanos são classificados, segundo a Lei Federal nº 6.766/79, como bens públicos ou privados destinados ao uso público que objetivam prestar serviços necessários ao funcionamento da cidade. Neste sentido, os mercados são lidos como equipamentos urbanos que ajudam a suprir as demandas por abastecimento alimentar de um bairro, região, ou ainda de uma cidade inteira.

Por fim, Borja (2000 *apud* Batista, 2016) afirma que tudo aquilo que é construído na cidade: centros comerciais, escolas, vias ou equipamentos culturais, é suscetível a tratamento

urbanístico que estimule usos coletivos. Nessa perspectiva, cabe ao poder público incentivar o uso desses espaços como direito intrínseco dos seus habitantes.

SÍNTESE

A partir do que foi exposto neste capítulo, é imprescindível considerar a importância de pensar projetos de mercados que estejam conectados com o espaço público, pois eles podem e devem dialogar. Como visto, desde o seu surgimento a natureza de espaços como os mercados é marcada pela sua capacidade de combinar atividade comercial, tradição e cultura local.

Neste contexto, os mercados se mostram como equipamento urbano dotado de grandes potencialidades para estimular e consolidar relações econômicas, sociais e urbanas em ambientes de uso coletivo dentro das cidades. Seus benefícios podem incluir aspectos socioambientais, estéticos, culturais e econômicos do local onde está inserido, fazendo destes, importantes artifícios para a conservação, socialização e valorização daquele meio urbano.

Por fim, o contexto histórico, termos e conceitos apresentados neste primeiro capítulo, utilizados como referencial teórico, serão considerados para embasar as estratégias projetuais relacionadas à promoção da vitalidade urbana e apropriação do espaço que serão rebatidas na proposta do novo Mercado do Peixe das Rocas.

2. CARACTERIZAÇÃO

Esta seção busca compreender a caracterização da área e do objeto de estudo através da análise do processo de formação do universo de estudo e conta como ele foi importante para legitimar as práticas e vivências encontradas atualmente no Canto do Mangue, local onde está inserido o Mercado do Peixe das Rocas. Para isso, é realizada uma leitura urbana, que aborda breve contexto histórico da área e as principais configurações e características urbanísticas existentes sobre aquele recorte.

À MARGEM DA CIDADE: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CANTO DO MANGUE

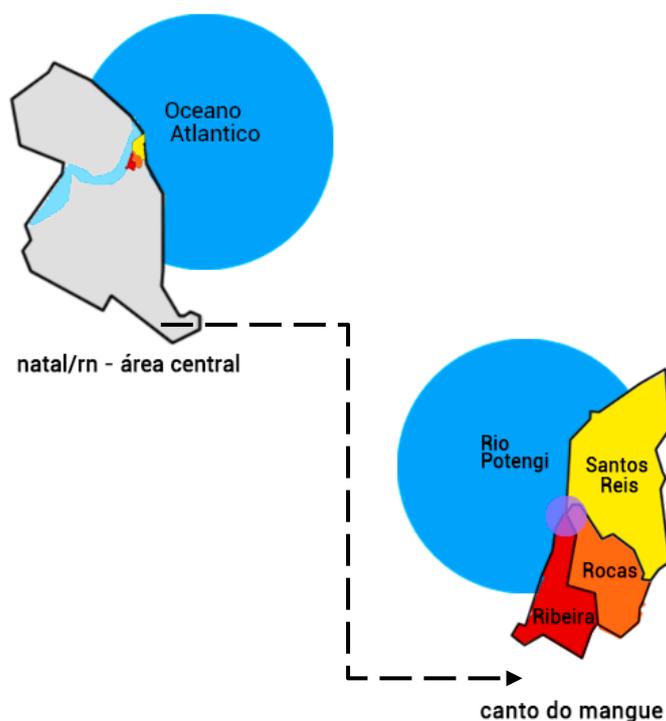
Com o objetivo de entender a realidade acerca do objeto de análise e intervenção, assim como também situar espacialmente o leitor sobre a área de estudo, apresenta-se neste capítulo a sua leitura urbana, a qual destaca, essencialmente, os seus respectivos aspectos históricos, urbanísticos, sociais e físico-ambientais. Esta observação irá evidenciar a localidade do **Canto do Mangue** e o seu entorno imediato, o qual compreende frações de três diferentes bairros: Ribeira, Rocas e Santos Reis, e que, ao longo do tempo, foi alvo de apropriações que ajudaram a formar um caráter de centralidade para a área, e ainda, colaboram para desenvolver as atividades que hoje compõem um perfil bem característico para aquele local.

Entende-se que esse tipo de reconstituição é um exercício relevante para tentar estabelecer relações entre a configuração espacial lá encontrada e as dinâmicas socioeconômicas vivenciadas. Para isso, lançamos mão de consultas a textos de outros autores que realizaram estudos sobre a localidade e os bairros supracitados, publicados física ou digitalmente. São apresentadas breves informações e dados referentes à infraestrutura do local; sua morfologia urbana (baseada em observações *in loco* e a ferramenta *Street View* do Google Maps). No fim, essas leituras permitiram conceber uma leitura urbana fiel da área.

O LUGAR DO RIO E DO COMÉRCIO DE PEIXE: HISTÓRICO E CONTEXTO URBANO DO CANTO DO MANGUE

A localidade conhecida como Canto do Mangue está institucionalmente localizada no bairro da Ribeira - Centro Histórico do município de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte -, o qual faz parte da Região Administrativa Leste da cidade. Trata-se de um local com limites fluidos, já que está locado numa região de divisa entre três bairros, sendo eles: a Ribeira (ao Sul), do qual faz parte oficialmente, Rocas (à Leste) e Santos Reis (ao Norte). Ainda, o Canto do Mangue é delimitado à Oeste pelo Rio Potengi, um elemento natural de grande importância para o nascimento e desenvolvimento não só deste espaço, mas do

núcleo de origem urbano - constituído pelos bairros da Ribeira e Cidade Alta -, e consequentemente, da cidade do Natal.



[32] Localização da localidade do Canto do Mangue em Natal-RN

Apesar da análise apresentada neste trabalho utilizar-se de informações e aspectos históricos dos bairros de entorno já comentados, ela não compreenderá suas superfícies completamente pois dará foco ao recorte estudado. Essa é uma decisão tomada por perceber que o Canto do Mangue, como será demonstrado mais adiante, desenvolveu uma centralidade e lógica de crescimento particular, mais distanciada do bairro da Ribeira e

aproximando-se do bairro das Rocas, local que abriga o Mercado do Peixe, objeto de intervenção deste trabalho.

O local hoje denominado de Canto do Mangue, compreendia parte da antiga várzea afogada do Rio Potengi e tinha o mangue como vegetação predominante. Além da Ribeira, a área de alagamento adentrava os limites do atual bairro das Rocas e integrava parte da Rua da Campina (atual Av. Duque de Caxias), a Rua da Praia (atual Esplanada Silva Jardim), o pátio da Feira das Rocas, a Comunidade do Maruim, a Praça Engenheiro José Gonçalves - também conhecida como Praça do Pôr do Sol - e o ancoradouro das embarcações, pertencente ao Porto de Natal. De acordo com o geógrafo Dário de Araújo Lima (1995), ao longo da primeira metade do século passado, a criação de aterros para construção de habitações e a derrubada dos manguezais fizeram com que, na preamar, o nível da água do Rio Potengi não ultrapassasse o atual ancoradouro.

A implementação desses aterros, executados principalmente em parte do bairro das Rocas, foi sugerida pelo médico e sanitarista Januário Cicco, em diagnóstico publicado em 1920, que pontuava esse tipo de obra como solução para enfrentamento dos principais problemas de saúde que acometiam a população daquele local (febre amarela e disenteria) e que eram causados pelos alagamentos das cheias do rio e a água das chuvas empoçada no terreno naturalmente acidentado (PANTOJA, 2006).

Desde o início da sua formação o Canto do Mangue nasceu com a vocação natural – inclusive pela sua configuração física e espacial – de ser um local de pesca e logo se estabeleceu como fonte de abastecimento para a cidade (Casculo *apud* Silva, 2003). De acordo com Lima (1995), as primeiras feiras permanentes de peixe foram efetivadas na área ainda na década de 1960, favorecidas pelo uso do gelo para conservação dos produtos consolidando este tipo de atividade na praça. No entanto, de forma oficial e administrativa, a primeira ação para organizar a venda e extração do peixe aconteceu muito antes disso, tendo como referência a inauguração da Colônia de Pescadores José Bonifácio em 15 de novembro de 1922. O primeiro líder do grupo foi o potiguar e ex-presidente da república João Café Filho (Lima, 1995, p. 26). As atividades pesqueiras desenvolvidas naquele local resistem até hoje e geram empregos – diretos e indiretos – e renda para uma rede significativa de trabalhadores: pescadores, comerciantes das lojas de pescados e gelo e barraqueiros.

Lima (1995) apresenta o Canto do Mangue como uma área que engloba a Praça Engenheiro José Gonçalves, a faixa de areia do rio - onde ficam atracadas as embarcações - e a área da antiga comunidade do Maruim (LIMA, 1995), a qual foi uma peça de fundamental importância para a subsistência de toda a localidade, uma vez que abrigava a maioria da população que movimentava a atividade pesqueira daquela área. Além do Maruim, outros elementos destacáveis do entorno, tais quais o Porto de Natal e o Rio Potengi, merecem ser abordados dentro da leitura da área, e por isso serão retratados nos próximos itens.



[35] Vista aérea do Canto do Mangue



[36] Antiga orla do Canto do Mangue



A ANTIGA COMUNIDADE DO MARUIM

A comunidade do Maruim, declarada pelo município como uma área de favela, era reconhecida como parte do Canto do Mangue e estava fixada às margens do Rio Potengi, nas imediações do Porto de Natal. Embora haja referências bibliográficas sobre essa ocupação datados a partir da década de 1940, segundo a Arquiteta e Urbanista Flávia Lopes (2018), já existiam referências que apontam o assentamento desse grupo na área referida desde a década de 1920, indicada por exemplo, pela placa de fundação da Colônia de Pescadores José Bonifácio, marco inicial da ocupação do Maruim (LIMA *apud* LOPES, 2018, p. 25-26).

A origem da comunidade está intimamente ligada ao início da atividade pesqueira naquela área. Em linhas gerais as referências contam que um grupo de pescadores começou a ocupar o terreno vazio pertencente à União, que naquela altura despontava como o local mais apropriado para a construção de suas moradias, uma vez que era bem localizado - junto ao centro de Natal - e muito próximo ao local de trabalho, às margens do Rio Potengi. A pequena vila ribeirinha cresceu e originou a ocupação inicial da Favela do Maruim, que tem sua evolução de crescimento descrita por Tinoco, Bentes Sobrinha e Trigueiro (2008) num diagnóstico urbano desenvolvido para o bairro da Ribeira.

O terreno, pertencente ao Patrimônio da União, foi sendo ocupado a princípio por casas de taipa e palha, em precárias condições físico-ambientais, tendo sido ignorado seu risco de inundação em função da proximidade com a área de mangue. Inicialmente os moradores eram predominantemente pescadores humildes vindos em geral do interior do Estado, que tinham o rio como fonte de sobrevivência a partir da pesca artesanal. (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p.169)

Ainda, de acordo com Lopes (2018), existem registros bibliográficos que caracterizam o Maruim como uma das favelas mais antigas de Natal - junto à comunidade do Passo da Pátria (também assentada à beira do Rio Potengi) dentro do bairro da Cidade Alta - e seu crescimento, como anteriormente mencionado, está intimamente relacionado à sua localização na malha urbana, estratégica para o tipo do comércio que ali era praticado. A venda dos pescados que acontecia, sobretudo na Praça Engenheiro José Gonçalves, era beneficiada pelo poder de centralidade daquele espaço, favorecido pelos movimentos e

fluxos gerados pelo Porto de Natal e a área de abrangência (bairros da Ribeira e Rocas). Aos poucos, por causa desse comércio de pescados, a área foi sendo consolidada como um importante polo sociocultural da cidade e contribuindo para a inserção daquela localidade na paisagem urbana natalense (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008; LOPES, 2018).

Embora tivesse esse destaque como área habitacional e comercial consolidada, e ainda, desempenhasse importante função social - mesmo que em condições precárias, no caso da comunidade do Maruim - o espaço vivia em intenso conflito de interesses fundiários com a administração do Porto de Natal, o qual passou a exigir políticas de regulação do uso e ocupação do solo que desconsideravam a história da comunidade com a área e pediam sua remoção do terreno, o que aconteceu no ano de 2016 e que será brevemente comentado no próximo item.

O PORTO DE NATAL: QUASE UM SÉCULO DE EMBATE E ENFRENTAMENTOS

Diante dessa caracterização da área do Canto do Mangue como sendo espaço de grande importância para a história e desenvolvimento do bairro da Ribeira e entorno próximo (caso mais especificamente do bairro das Rocas) torna-se imprescindível evidenciar outro elemento importante para a configuração espacial daquela área: o Porto de Natal. É relevante comentar sobre a atividade portuária no bairro da Ribeira porque sua origem se confunde com a da Comunidade do Maruim, e conseqüentemente, como demonstrado, com a do Canto do Mangue. O referido embate relativo à questão fundiária provocou a remoção de uma população que segundo Tinoco, Bentes Sobrinha e Trigueiro (2008) "possuía um expressivo nível de consolidação", com tempo de existência superior a 70 anos, já que iniciou a sua ocupação em menos de uma década após o início da operação oficial do Porto.

De acordo com informações publicadas no site da Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte (CODERN) - empresa que administra o porto desde 1983 -, o projeto inicial do Porto de Natal foi aprovado em 14 de dezembro de 1922, através de decreto. No entanto, só dez anos depois, em 1932, o decreto de número 21.995, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, à frente do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, criou o Porto de Natal. Foi uma obra gerenciada pelo engenheiro Hildebrando de Góis que na época

chefiava a extinta Inspetoria Fiscal dos Portos, Rios e Canais, que tinha sede no Rio de Janeiro. O porto de Natal teve como primeiro administrador o engenheiro Décio Fonseca.

A partir de 1983, a administração do Porto passou a integrar a CODERN, mas, antes disso, foi gerido pela União (Departamento Nacional de Portos e Navegação) que posteriormente, passou para a gestão da Portobrás, criada em 1976. Atualmente, a área de influência do Porto inclui todo o Estado do Rio Grande do Norte (RN), especialmente os municípios de Mossoró, Pau dos Ferros, Areia Branca, Macau e Ceará-Mirim (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008; SILVA, 2002). Situado à margem do Rio Potengi e vizinho ao Canto do Mangue, o Porto de Natal sempre operou em área relativamente restrita e com difícil acesso para grandes veículos (carretas, caminhões, etc.), tendo o seu crescimento podado por um lado pelo conjunto histórico e arquitetônico tombado da Ribeira e por outro pelos limites do Maruim, e por isso os seus esforços foram concentrados para a remoção da favela, elemento mais vulnerável do conjunto pela sua reconhecida fragilidade fundiária (LOPES, 2018).

Ainda, segundo Lopes (2018) cerca de 180 famílias precisaram ser relocadas para dar espaço à expansão portuária e a desejada ampliação da retroárea (pátio alfandegário). Foram enfrentamentos que se desenrolaram durante vários anos entre a Prefeitura Municipal de Natal (PMN), a população do Maruim e a CODERN, e que resultaram em vantagens dadas a esta última. Uma decisão, de certo modo, apoiada pela opinião pública que sustentava a ideia de que a ampliação do porto seria como uma alavanca ao crescimento econômico do Rio Grande do Norte, assim como também num discurso de combate à insalubridade e incentivo a melhorias dos condicionantes físicos das moradias lá encontradas (SILVA, 2002; LOPES, 2018). Foram ideias que ajudaram a criar o cenário ideal para convencer os moradores e a população em geral a mudar-se do local.

O RIO SALGADO DO POTENGI

Finalmente apresentamos aquele que é talvez o elemento natural mais importante desse contexto espacial: o Rio Potengi. Com nascente na cidade de Cerro-Corá, esse curso d'água percorre cerca de 176 km até encontrar sua foz na cidade de Natal, onde deságua no Oceano Atlântico. De acordo com o arquiteto e urbanista Rubenilson Teixeira (2015) as relações estabelecidas entre a cidade Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, e o Rio Potengi

podem ser observadas desde a fundação da cidade, que nasceu à “sombra” deste rio. Ele possui uma importância histórica não somente para Natal, mas como para todo o estado do Rio Grande do Norte, a começar pelo nome:

Nos primórdios da ocupação não-indígena do território potiguar, quando da instituição das capitanias hereditárias por d. João III, em 1534, a capitania que daria origem ao atual estado foi batizada pelos colonizadores de capitania do “Rio Grande”, e alguns dos primeiros registros da cidade do Natal também a designavam cidade do “Rio Grande”, em alusão ao rio. Ainda que documentos do início do século XVII já o denominassem de Rio “Potigi”, que chegou aos nossos dias como “Potengi”, o nome Rio Grande, que não é mais usado para designar o rio, permaneceu, porém, no nome do estado do Rio Grande do Norte, cuja capital é Natal. (TEIXEIRA, 2015)

Esse mesmo autor ainda destaca o que chama de relações contraditórias entre a cidade e o rio ao descrever a natureza dos diferentes usos e atividades desenvolvidos ao longo da história entre eles, para isso ele afirma que “em sua história de mais de quatrocentos anos, a cidade ora se aproxima, ora se distancia do rio, num movimento que não é somente físico, mas também social e simbólico” (TEIXEIRA, 2015).

O Potengi se mostrou de grande importância para o desenvolvimento do primeiro núcleo urbano norte rio grandense e um dos primeiros do Brasil. A sua primeira função foi a proteção militar do território. Logo em sua chegada, a coroa portuguesa construiu o Forte dos Reis Magos em localização privilegiada entre o rio e o mar como forma de vigília e proteção das novas terras. Era uma estratégia fundamental para tentar impedir que os inimigos da época navegassem pelo rio e tivessem acesso ao interior do estado.

A segunda função, indispensável à evolução da cidade, foi a de subsistência através da exploração da agricultura, da criação e da pesca (TEIXEIRA, 2015). Esta última, inclusive, pode ser demonstrada na figura 07, a qual reproduz e comenta um mapa da foz do Rio Grande, publicado em 1609, cerca de uma década apenas após a fundação de Natal.

Como descrito por Teixeira (2015), entre outras informações dignas de nota - a indicação do sítio urbano da capital potiguar - é possível observar no mapa a localização da Fortaleza dos Reis Magos às margens do Rio Potengi, assim como as redes de pesca e portos de pescaria, em vários pontos do rio e do mar. Circunstâncias que comprovam que a pesca foi

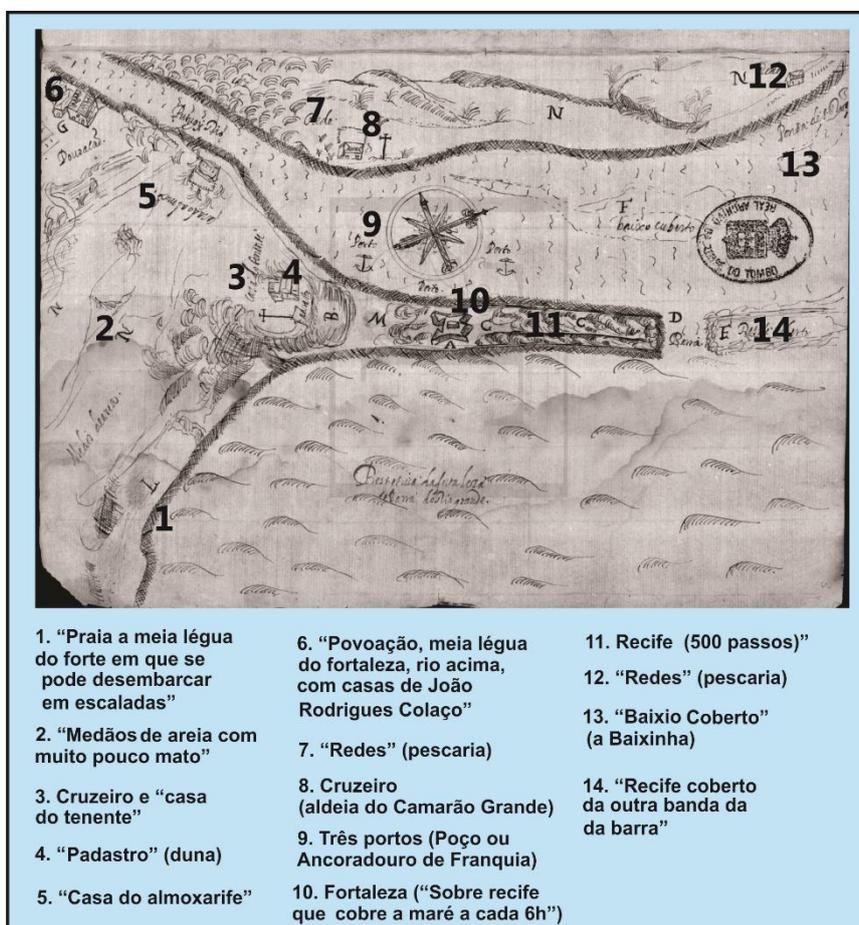
uma atividade que se desenvolveu desde muito cedo, pelos moradores de Natal e das vizinhanças.

Ainda, um relato de Domingos de Beiga, Capitão-mor do Rio Grande por volta de 1630, reforça as afirmações sobre a abundância do pescado no Potengi e sua exploração pelos habitantes da cidade, inclusive para fins de exportação:

É este rio o mais fértil de peixe que há na Bahia, digo no Brasil, e nele se faz muitas e grandes pescarias. E as mesmas pelas costas no verão de que vai muito peixe salgado à Paraíba e a Pernambuco. (Apud, LYRA, 2008, p. 58)

No século seguinte outras vocações naturais do local e atividades floresceram. É o caso, por exemplo, do uso para navegação e a exploração econômica para travessias que geravam renda àqueles que possuíam barcas ou canoas (TEIXEIRA, 2015). Havia ainda, a existência de portos, sobre os quais eram feitas as exportações de peixes e outros produtos, como o algodão - importante produto da economia potiguar entre fins do século XVIII e início do seguinte - e o sal, para Pernambuco.

[37] A foz do Rio Grande em 1609



No às

tocante formas

de apropriação atuais da orla do Rio Potengi, pode-se concluir que a margem sul do Potengi, e mais especificamente a área que corresponde a orla pertencente à Região Administrativa Leste é densamente ocupada. Foi uma experiência provocada, especialmente pelas instalações do parque ferroviário da cidade, o qual começou a ser implementado nas primeiras décadas do século XX, e diz respeito a um processo de ocupação que embora tenha aproximado fisicamente ao rio um número considerável de moradores, ao mesmo tempo os separou.

As instalações do parque ferroviário causam um impacto contraditório na relação do rio com a cidade [...] A linha férrea tende a contribuir para o desenvolvimento da Ribeira, próximo ao rio e, mais do que isso, a atrair para suas proximidades uma população operária, de baixa renda, formando, como no caso do Passo da Pátria, bolsões de pobreza no seu entorno. Esse processo aproxima fisicamente a cidade do Natal ao Rio Potengi, ao atrair a sua expansão urbana na direção do rio. (TEIXEIRA, 2015).

Inegavelmente, a linha férrea deu sua parcela de contribuição no processo de formação de periferias às margens do Rio Potengi, e essas novas áreas de ocupação correspondem a espaços e localidades dentro dos atuais bairros do Alecrim, Quintas (Guarita) e Cidade Alta (Passo da Pátria). Importante ainda considerar que além da linha de ferro, a ampliação do porto também aparece como elemento indutor da fixação de uma população de baixa renda entre os limites dos bairros da Ribeira e Rocas, referida como sendo a antiga área da comunidade do Maruim, como já mencionado anteriormente.

Esse tipo de configuração de orla com parcelas densas de ocupação, mas que são separadas fisicamente do tecido urbano, somada à falta de espaços públicos de qualidade expressa em Natal mais um dos exemplos de urbanismo que dão às costas ao rio.

A partir da década de 1920, passou a ser explorado no Rio Potengi um potencial para a aviação motivado pela já reconhecida localização de Natal: um ponto central entre os continentes americano, europeu e africano. Os hidroaviões utilizavam as águas do rio para amerrisar, o qual funcionou como uma hidrobases entre 1922 e 1945, até o final da Segunda Guerra Mundial (TEIXEIRA, 2015). A cidade passou a receber inúmeros representantes ilustres da aviação nascente: franceses inicialmente, mas também italianos, portugueses, brasileiros, alemães, americanos e de várias outras nacionalidades. Estes eram recebidos com festa e tratados como "heróis", comandantes das máquinas voadoras. Dantas (2003)

considera que esse foi um período de uma grande efervescência, expressada inclusive no interesse que a elite político-administrativa e intelectual local tinha na modernização da cidade, sobre o qual se compartilhava o sentimento na crença de que a cidade estava destinada a ser o “cais da Europa”.

Infelizmente, nos dias atuais, o Potengi tem sido marcado pelo distanciamento da cidade e a sua invisibilidade diante da população natalense, apesar de seu estuário ter sido pela primeira vez incorporado fisicamente a sua área urbana. Embora em outros tempos, o rio tenha sofrido com impactos ambientais, eles nunca foram sérios e graves como agora, resultado principalmente do grande crescimento urbano da cidade sem um acompanhamento adequado de medidas sanitárias convenientes (TEIXEIRA, 2015).

Finalmente, considera-se que falta ao rio ações e políticas de valorização tanto histórico-paisagística quanto ambiental do local, que como aponta Teixeira (2015) “é, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de crescimento da cidade nos moldes que ela vem ocorrendo”. O Potengi pode ser visualizado pelo natalense e/ou visitantes em alguns raros pontos privilegiados da cidade, como na Pedra do Rosário, no Canto do Mangue - objeto de estudo deste trabalho -, nas imediações da Fortaleza dos Reis Magos ou na Rampa. Mais recentemente, ele também pode ser contemplado na ponte Newton Navarro, inaugurada em 2007, de onde se pode ver não somente o estuário do rio, mas também o mar e a cidade do Natal. Porém, o fato é que, no dia-a-dia da cidade, ele não é normalmente visto. A população parece ter dificuldade, de fato, para apreciar aquela paisagem, a qual parece não fazer parte do cenário do espaço urbano, como acontecem em tantas outras cidades.

APRESENTAÇÃO E LEITURA URBANA DA ÁREA



Como já brevemente mencionado, o Canto do Mangue coincide com uma área de entroncamento limite entre três bairros, e por isso foram levadas em consideração as dinâmicas espaciais inerentes à localidade, e suas relações com o seu entorno mais imediato. Por se tratar de uma proposta que pretende sugerir uma intervenção para uma área urbana consolidada, era imprescindível que o estudo desenvolvido considerasse essa área de influência, já que as modificações feitas no espaço urbano causam impactos e são influenciadas por zonas de abrangência que vão além do seu entorno mais próximo.

Depois de apresentar a sua localização, breve histórico e caracterização do Canto do Mangue, este item dedica-se à interpreta-lo através dos seus aspectos físicos e urbanísticos, apresentando informações daquele local acerca da sua infraestrutura e morfologia urbana.



SISTEMA VIÁRIO

A via que cruza a localidade e delimita o espaço da praça é a Rua São João de Deus e possui uma forma sinuosa, característica do crescimento orgânico da área. Naquele ponto, esta via também é o elemento que serve de limite entre os bairros da Ribeira e Rocas. Do lado leste da rua estão localizados a maior parte das lojas que comercializam os produtos pesqueiros – inclusive o prédio público que abriga o Mercado do Peixe –, os quais fazem parte institucionalmente do bairro das Rocas, enquanto o lado oeste fica localizada a praça. Ao se prolongar seguindo o sentido norte em direção ao bairro de Santos Reis, a Rua São João de Deus passa a se chamar Coronel Flaminio. Há ainda uma rua secundária que contorna a praça e dá acesso ao píer da Petrobrás, localizado vizinho ao Porto, e à área que corresponde a antiga comunidade do Maruim. A Rua São João de Deus é classificada, de acordo com o Código de Obras de Natal, como uma Via Coletora II, ou seja, uma via de importância intermediária na articulação da malha urbana e que tem a função de estabelecer apoio a circulação para as vias estruturais. Suas dimensões são irregulares ao longo do percurso, apresentando trechos com 9,00m até 26,00m de largura. Mesmo assim, ela é uma via bastante solicitada pois recebe diariamente grande fluxo de veículos particulares, linhas de transportes público e grandes caminhões de carga, que a utilizam para ter acesso ao Porto. A via é a única ligação no entorno próximo entre os bairros da Ribeira e Santos Reis e é uma das principais portas de acesso para fluxos originados na Zona Norte com sentido ao Centro da cidade. No sentido inverso, é uma importante via de acesso à orla marítima e ao Forte dos Reis Magos. Além do intenso trânsito mencionado, a Rua São João de Deus é requisitada para comportar fluxos de carga/descarga e estacionamento gerados pelos comércios de pescados e gelo, e visitantes da praça.

FLUXOS E ACESSIBILIDADE

Com relação a sua acessibilidade, o Canto do Mangue, tal qual a Ribeira, é facilmente acessado por todas as regiões da cidade, assim como também por quem parte dos municípios da região metropolitana. Isso acontece especialmente por estarem situados no coração da cidade. Quando se observa a acessibilidade à Ribeira em relação aos bairros do entorno, em uma escala mais aproximada, percebe-se que a área preserva boa relação de

conectividade com os principais eixos viários que direcionam os fluxos para a Cidade Alta e Petrópolis, além de uma variedade de conexões por vias locais com o bairro das Rocas. No entanto, sua ligação com Santos Reis, e, portanto, com parte da Região Administrativa Norte, aparece limitada tendo apenas a já citada Rua São João de Deus, e conseqüentemente o Canto do Mangue, como o principal receptor desses fluxos. Por fim, o acesso ao Canto do Mangue, em escala local, pode ser considerado pouco acessível, apresentando pouca variedade de conexões viárias. A área só é acessada por uma via (Rua São João de Deus), por sua vez acessada à sul pelas avenidas Duque de Caxias e Hildebrando de Gois e à norte pela rua Coronel Flaminio.





USO DO SOLO

Para a leitura do uso do solo foram consideradas as características específicas do local e sua relação com a atividade pesqueira nas adjacências da área analisada. Deste modo, foram elencadas as seguintes categorias de análise: residencial, comercial, comercial relacionado à pesca, serviço, misto, misto relacionado à pesca, institucional e desocupado. O mapa a seguir revela a predominância do uso comercial e de serviços relacionados à pesca, e ainda o uso residencial, tanto na área que compreende o Canto do Mangue como em seu entorno próximo. Com relação especificamente ao uso residencial, este se apresenta exclusivamente como do tipo unifamiliar, uma vez que não há edificações de características verticais (que permitisse o adensamento e seu uso multifamiliar), ou ainda, tipologias que sejam classificadas como condomínios horizontais. As principais ofertas de serviço e comércio relacionados à pesca estão localizadas em frente à Praça do Pôr-do-Sol, entre as quais destacam-se as peixarias (lojas que oferecem variedade de pescados: peixes, camarões, lagostas, ostras, siris, caranguejos, entre outros tipos de frutos do mar), as lojas de gelo e o Mercado do Peixe. Além destes, encontra-se no local bares, oficinas,

conveniência, lavanderia e o uso institucional da Escola São José, do Museu da Rampa e da garagem de containers do Porto.

[42] Uso de serviço das oficinas



[43] Uso institucional da Escola São José



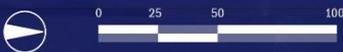
[44] Uso de comércio relacionado à pesca



[45] Uso comercial do Mercado do Peixe

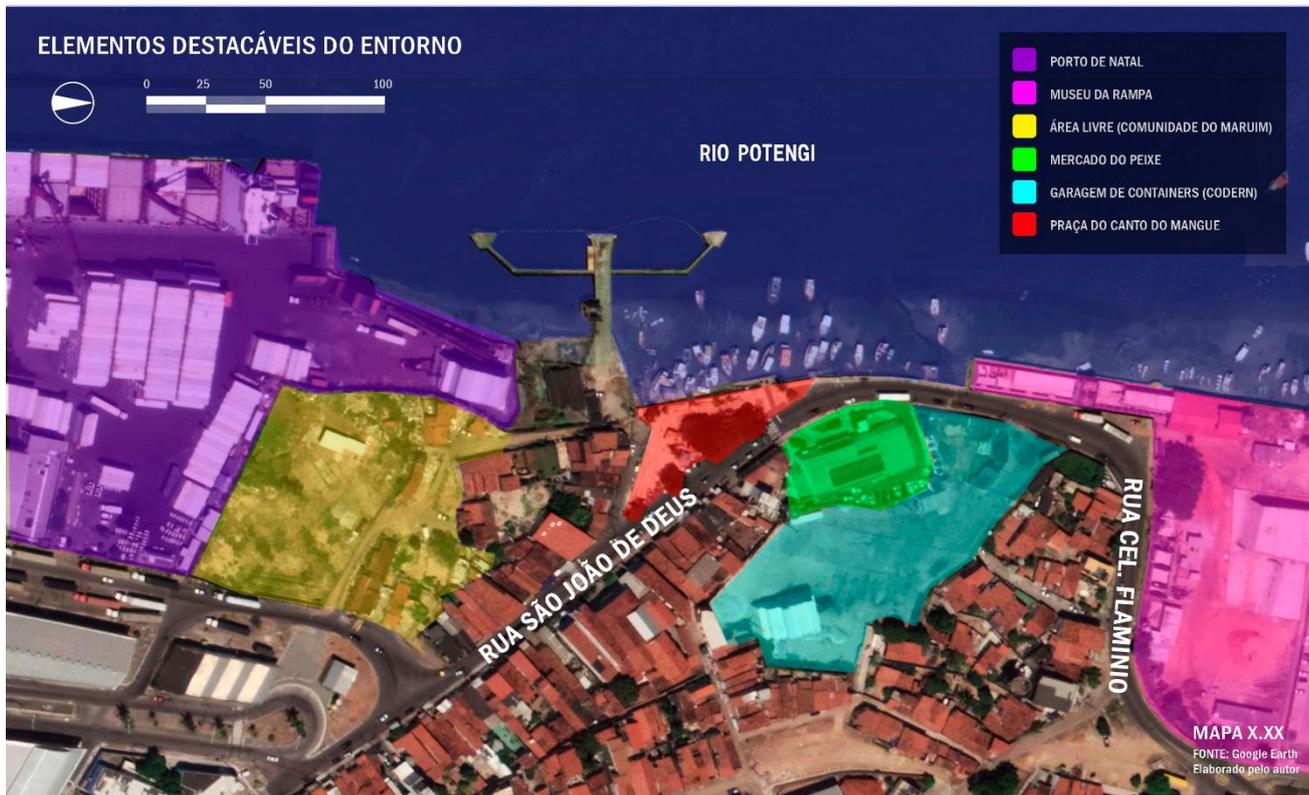


ELEMENTOS DESTACÁVEIS DO ENTORNO



- PORTO DE NATAL
- MUSEU DA RAMPA
- ÁREA LIVRE (COMUNIDADE DO MARUIM)
- MERCADO DO PEIXE
- GARAGEM DE CONTAINERS (CODERN)
- PRAÇA DO CANTO DO MANGUE

RIO POTENGI



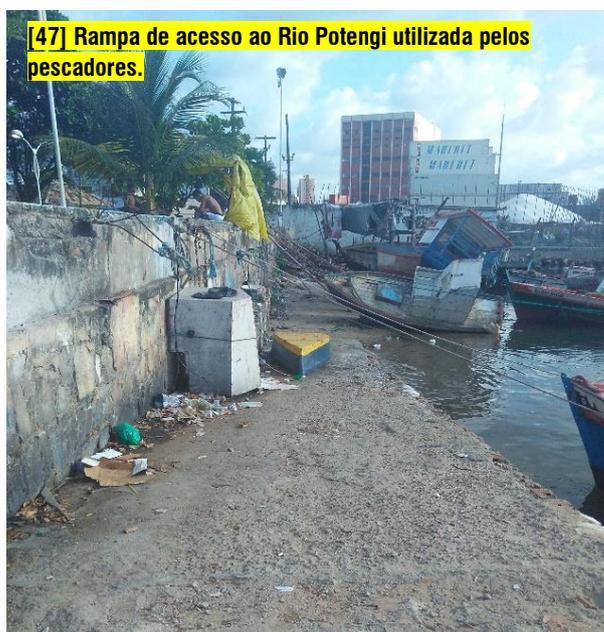
MAPA X.XX
FONTE: Google Earth
Elaborado pelo autor

[46] Mapa de Elementos do Entorno

ATIVIDADE PESQUEIRA E O MERCADO DO PEIXE

A área do Canto do Mangue é reconhecida na cidade como lugar especial da apropriação da atividade pesqueira. O local acolhe o único acesso que os pescadores possuem para chegar até os barcos ancorados à beira do rio. Em diferentes pontos da praça se desenvolvem variadas formas de apropriação realizadas relacionadas à pesca. Há atividades como conserto de barcos, remendo e confecção de redes de pesca, limpeza e tratamento de peixes (ainda que sem nenhuma estrutura pra isso).

O Canto do Mangue destaca-se por ser um dos únicos locais da cidade referência para a compra de peixes e outros pescados frescos. Até os dias de hoje, em época de Semana Santa, a praça fica cheia de consumidores que lotam as barracas improvisadas em busca de preços e opções diferentes dos praticados nos supermercados. Há relatos de comerciantes, segundo matéria veiculada na Tribuna do Norte, que afirmaram faturar até R\$ 2.000 no final de semana do feriado supracitado. No entanto, no dia-a-dia, a falta de estrutura para beneficiamento de pescados não permite que o comércio se desenvolva e alcance todo o seu potencial. Os pescadores reclamam da falta de espaço para tratamento e limpeza dos produtos e mesmo com toda a história e relação do local com a pesca – como comentado anteriormente – até hoje não existe, por exemplo, uma infraestrutura de ancoradouro para os barcos dos pescadores, que precisam improvisar na hora de transportar os produtos para a terra firme. Sem um píer adequado, muitas embarcações se amontoam em frente à orla disputando espaço com barcos que passam por reparos e outros que estão velhos e abandonados.



[47] Rampa de acesso ao Rio Potengi utilizada pelos pescadores.



[48] Venda de pescado no período da Semana Santa no Canto do Mangue.

Para cuidar deste tipo de demanda que a Prefeitura de Natal, sob a gestão do Prefeito Carlos Eduardo Alves, inaugurou em 2008 o prédio que abriga o atual Mercado do Peixe das Rocas. De acordo com o documento elaborado por Márcia Maria Duarte, responsável pelo projeto na época, onde listava "Subsídios para a elaboração de Instrumento Jurídico de Doação", descreve como justificativa para implementação do Mercado do Peixe: "O Projeto Arquitetônico do Mercado do Peixe teve seu programa fundamentado nos anseios da comunidade e dos pescadores e suas associações; que há muito solicitavam um equipamento e resultou numa concepção arquitetônica interna, externa e com detalhes construtivos de nível elevado, a fim de tornar esta edificação diferenciada, visando uma demanda de turismo nacional e internacional, sendo este equipamento urbano um dos mais relevantes inserido no Projeto Urbanístico de Revitalização da Ribeira; projeto este que marca sobremaneira a Administração Municipal." Ao concluir o documento a projetista ainda afirma que o empreendimento apresentava-se como equipamento de fundamental importância para o Poder Público Municipal pois desempenha múltiplas funções no tocante a atividades comerciais como também a função social, pois é um equipamento gerador de emprego e renda. Antes deste uso, funcionava no local uma fábrica de gelo, que teve seu prédio adaptado para receber o atual mercado.

Embora se reconheça o empenho da Prefeitura e da SEMSUR à época para implantar este equipamento, garantindo a segurança e higienização da atividade, o projeto apresentado não foi bem adaptado ao uso ao qual se propõe e há reclamações dos comerciantes em relação ao baixo fluxo e queda nas vendas de produtos em comparação com o período em que as vendas aconteciam na Praça do Canto do Mangue. De acordo com os responsáveis por boxes de vendas no local, o movimento é muito fraco e poucas são as pessoas que, ao transitar pela Rua Coronel Flaminio, param para entrar no Mercado. O comércio de característica mais popular parece que se beneficia quando fica localizado ao alcance do olho do transeunte que ao visualizar o produto garante ao comerciante uma maior chance de venda. É por este motivo que este trabalho se dispõe a apresentar uma proposta de novo Mercado do Peixe que tenha relação com a lógica de comércio ali praticada. Vale ressaltar que a proposta aqui exposta se baseia em variadas visitas e conversas realizadas pelo autor deste trabalho com os usuários e visitantes no local que hoje abriga o Mercado do Peixe atual. Considerou-se que, por se tratar de um estudo preliminar, as informações levantadas, seriam suficientes para ajudar a conceber um primeiro desenho. Acredita-se que a partir do

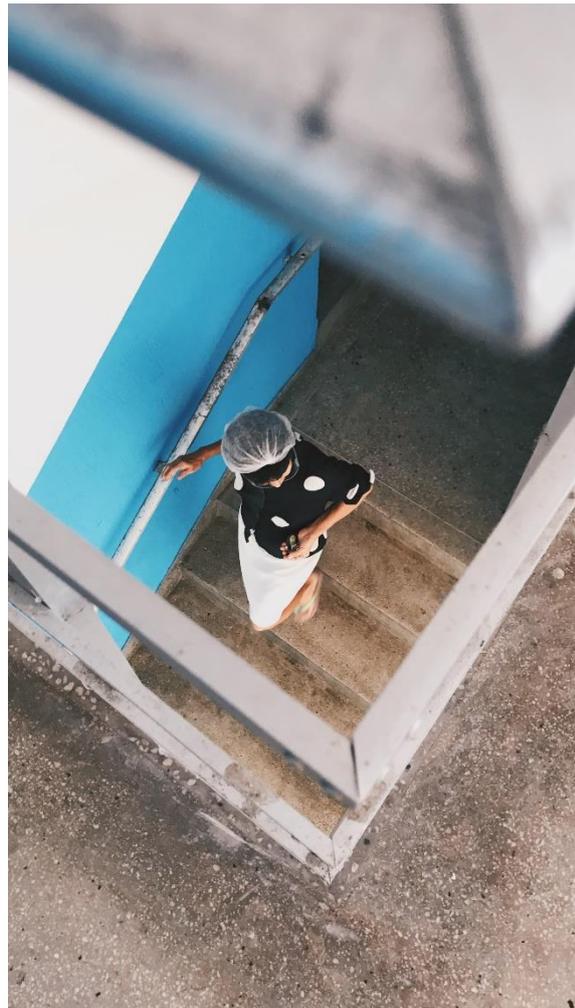
final deste exercício, seria oportuno expor as ideias finais deste trabalho à comunidade local para assim construir um projeto final.

Além dessa justificativa, faz necessário fazer um rearranjo do programa arquitetônico lá disposto. Se as lojas do pavimento térreo, mais acessíveis ao público, não tem tido grande fluxo de vendas, os quiosques do piso superior são vulneráveis ainda à invisibilidade. Soma-se a isso o fato de que as lojas de cima, que em geral comercializam refeições e bebidas, precisam seguir o horário delimitado e estabelecido pela administração do mercado, o que impossibilita que funcionem em horários noturnos, os quais são mais utilizados pelas pessoas para o lazer e entretenimento.

Por fim, esta proposta de mercado se justifica também pela necessidade de fazer uma nova manutenção no local, melhorando a estrutura física dos boxes de vendas e lojas de alimentação, assim como também os espaços de convivência. Atualmente, infelizmente, o espaço se encontra com aspecto sujo e mal cuidado, alguns boxes estão fechados; aparentemente sem uso frequente; plataforma elevatória não funciona; os banheiros estão com equipamentos danificados e a câmara fria não é utilizada pois está com defeito.

[49] Entrada principal do Mercado do Peixe das Rocas





[51] Faces internas do Mercado do Peixe



3. ESTUDOS DE REFERENCIA

Este capítulo apresenta os estudos de referências realizados com foco na tipologia e lógica de comércio do projeto idealizado. Apresenta estudos feitos tanto de maneira direta como indireta, e que explora aspectos formais, funcionais, espaciais e estéticos, características essenciais para pensar estratégias que foram inseridas no projeto.



MERCADO PÚBLICO DA REDINHA . NATAL/RN

O mercado público da Redinha está localizado na orla do Rio Potengi, nas proximidades da praia da Redinha, na cidade de Natal. Este é um local frequentemente citado como sendo o berço da tradicional ginga com tapioca, principal produto comercializado pelos bares e restaurantes existentes no espaço. Segundo informações da página oficial na internet da SEMSUR (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos), responsável pela administração dos mercados e feiras livres natalenses, o Mercado da Redinha ocupa uma área de aproximadamente 1739 m², sobre a qual estão implantados bares, quiosques de alimentação e lojas de pescados. O espaço foi inaugurado em 1949, e desde então se converteu em um dos marcos mais tradicionais daquela área, assim como um dos principais pontos turísticos da cidade (SILVA, 2018). De acordo com Arimateia (2001), os veranistas, que se apropriaram da área ainda no século passado e possuíam certa influência, induziram a construção do Mercado Público nas margens do rio Potengi com certa distância de suas casas. Essa foi uma estratégia usada para tentar garantir que a visual da praia a partir delas fosse preservada (DANTAS, 1997 apud ARIMATEIA, 2001, p.21; SILVA, 2018 p. 67).

De acordo com a SEMSUR (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos), o mercado da Redinha passou por reforma em 2014, a qual foi realizada com recursos próprios com um

investimento total de R\$ 150 mil reais, os quais foram usados para reformar quiosques e ainda realizar reparos na iluminação do mercado e seu entorno. Segundo notícia veiculada na página oficial da SEMSUR, a obra possibilitou que o mercado tivesse suas paredes reformadas, a construção de um novo meio-fio de concreto pré-moldado, novo telhado, assentos para sanitários, lixeiras ecologicamente corretas, pavimentação e rampas de acessibilidade. Ainda, foram recuperados banheiros, esgotamento sanitário do local, substituição das pias, colação de piso tátil, instalação de caixas d'água, além de uma redistribuição dos boxes para melhor fluidez do público que visita o local. Uma parceria público-privada com uma grande cachaçaria ofereceu uma nova pintura ao mercado, a qual foi marcada pelo registro da logomarca da empresa na fachada e paredes internas do prédio.

A área do mercado é marcada por uma configuração peculiar, onde é possível identificar o antigo edifício no centro da ocupação – núcleo original do espaço –, e a partir daí os bares, quiosques e lojas que foram se estabelecendo ao seu redor. Estas pequenas edificações estão dispostas de forma contígua, num emparelhamento que faz com que o terreno quase não possua áreas permeáveis. O prédio original é uma construção de alvenaria comum possuindo uma tipologia de galpão com acessos em suas quatro fachadas. O programa arquitetônico (possui apenas quiosques em seu interior, banheiros foram construídos posteriormente na área externa) se resolve em apenas um pavimento e, assim como a maioria das moradias do entorno, a cobertura foi resolvida em telha colonial sobre estrutura simples de madeira. Dentro do mercado, a planta livre é parcelada por quiosques de pequenas dimensões divididos por meias paredes de alvenaria. Estratégias desse tipo são interessantes para preservar permeabilidade visual em locais já muito confinados como é o caso deste mercado.

Enquanto uma das maiores fachadas do edifício teve sua visual para o Rio Potengi obstruída pela implantação de uma grande estrutura de cobertura para mesas e cadeiras, a outra se abre para um pequeno pátio onde se distribuem os quiosques responsáveis pela venda de pescados frescos e também os banheiros que dão suporte aos usuários do local.

[53] Mercado da Redinha.
Fachada principal e imagens dos espaços interiores do edifício do Mercado Público da Redinha.





O COMPLEXO DE MERCADOS DO “VER-O-PESO” E O MERCADO DE FERRO . BELÉM/PA

Desde o final da década de 1990 a cidade de Belém, no Pará, vem sendo alvo de inúmeras ações com o objetivo reabilitar seus principais espaços históricos e de valor patrimonial. Nessa perspectiva houve uma proposta de intervenção em alguns dos seus mercados públicos, fruto de um processo de planejamento urbano abrangente comandado pela prefeitura da cidade através de um plano integral de reabilitação do seu centro histórico – chamado “Ver Belém (Plano Setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém)”. Este plano possuía uma concepção considerada bastante avançada de preservação, e buscava,

entre outros aspectos, associar a recuperação física dos edifícios com o resgate da rica história e identidade dos seus seculares mercados.

De acordo com Bonduki (2010), a feira a céu aberto do Ver-o-Peso existe desde o século XVII, mas apenas na segunda metade do século XIX, dentro de um contexto de grandes transformações urbanísticas na cidade de Belém, é que são edificadas os imponentes edifícios de tijolo e ferro dos mercados do Peixe e da Carne, que formam, com a feira das farinhas, ervas e temperos, um dos mais expressivos e significativos conjuntos de mercados em atividade nos núcleos históricos do país.

Ao longo do tempo, o Ver-o-peso adquiriu importância vital para a cidade de Belém, possibilitando a transmissão cultural dos hábitos tradicionais dos paraenses, em especial os alimentares, ao comercializar peixe, carne, farinha, frutas regionais, verduras, legumes, camarão, caranguejo, siri, artesanato, artigos religiosos, ervas e remédios populares, entre outros produtos. A permanência dessa atividade naquele local, mesmo após a chegada das modernas redes de supermercados na cidade, e o contínuo movimento de seus frequentadores – famílias das diferentes classes sociais, principalmente dos setores populares –, mostram sua força e resistência, profundamente entranhada na cultura da cidade (BONDUKI, 2010).

Entre 1999 e 2003, várias intervenções foram feitas, orientadas pela ideia de resgatar a memória e ampliar a consciência quanto à importância do centro histórico e dos seus mercados. Entre os principais projetos estão a recuperação do Mercado do Peixe, do Solar da Beira e da praça do Pescador, a reurbanização da praça dos Estivadores e a abertura de 130 metros de orla (BONDUKI, 2010; VARGAS, 2006).

No Ver-o-Peso, instalaram-se novas barracas e tabuleiros padronizados, organizando os vários setores da feira: ervas, plantas medicinais, hortifrutigranjeiros, caranguejo, raízes, maniva, tucupi, artesanato e polpa de fruta. Na extensa faixa ao longo do rio estão instaladas cerca de duas mil barracas que empregam por volta de cinco mil feirantes (LIMA, 2010 apud LEITÃO, 2013) que se encarregam da comercialização dos inúmeros tipos de mercadorias supracitadas.

Como resultado, a intervenção possibilitou criar novas áreas para alojar mais feirantes e barracas para a comercialização de refeições. A feira também foi iluminada. As novas barracas ganharam cobertura de lona tensionada, com previsão de durabilidade de vinte anos. Consolidou-se assim a existência da feira, mostrando ser possível qualificar esses espaços públicos e melhorar as condições de comercialização e higiene de gêneros alimentícios, sem promover processos de gentrificação (BONDUKI, 2010).

Após as ações de reabilitação realizadas no Mercado do Peixe e na feira, a intervenção proposta – viabiliza através do Programa Monumenta – se concentraria no Mercado da Carne Francisco Bolonha, dando sequência às iniciativas anteriores, na mesma perspectiva. A reabilitação desse mercado foi o maior projeto previsto pelo programa na capital paraense. No entanto, o processo de implantação das obras de restauro foi dificultado pela resistência dos concessionários, que se opuseram à realocação temporária, temerosos de não poder voltar ao mercado nas mesmas condições, depois das obras. Além disso, os comerciantes acreditavam ser impossível parar suas atividades, sobre as quais tiravam seu sustento, por qualquer tempo que fosse. De acordo com Bonduki (2010) depois de muitas discussões e anos de impasse, chegou-se a uma solução: na parte interna do mercado, sob a estrutura de ferro, a obra seria feita em duas partes. Enquanto a primeira metade fosse reformada, os comerciantes ocupariam os corredores e passagens do outro lado, de modo a não excluir ninguém. Na segunda etapa, as posições se inverterm.

As dificuldades encontradas para a reforma desses estabelecimentos em Belém representam, na verdade, o conflito entre duas perspectivas, as quais também se manifestam – ainda que em menor escala – no Canto do Mangue e uma possível proposta de requalificação do Mercado de Peixes das Rocas. De um lado, enfatiza-se a manutenção dos ocupantes tradicionais, vinculados ao comércio ou à prestação de serviços de cunho muito popular. Estes realizam atividades que expressam a cultura, a identidade e os costumes dos grupos sociais que habitam há décadas estes locais. De outro, por vezes, considera-se a utilização do espaço reabilitado para atividades vinculadas ao turismo e lazer, destinados aos visitantes e às faixas de renda mais altas, que têm maior capacidade de gerar um retorno econômico para viabilizar a própria manutenção e conservação do

edifício. Segundo Bonduki (2010), no caso da proposta no Mercado da Carne, buscou-se, corretamente, compatibilizar esses dois usos, o que, a depender da maneira como o espaço vier a ser gerenciado, poderá ser uma iniciativa bem-sucedida.



[55] Mercado do 'Ver-o-peso'.



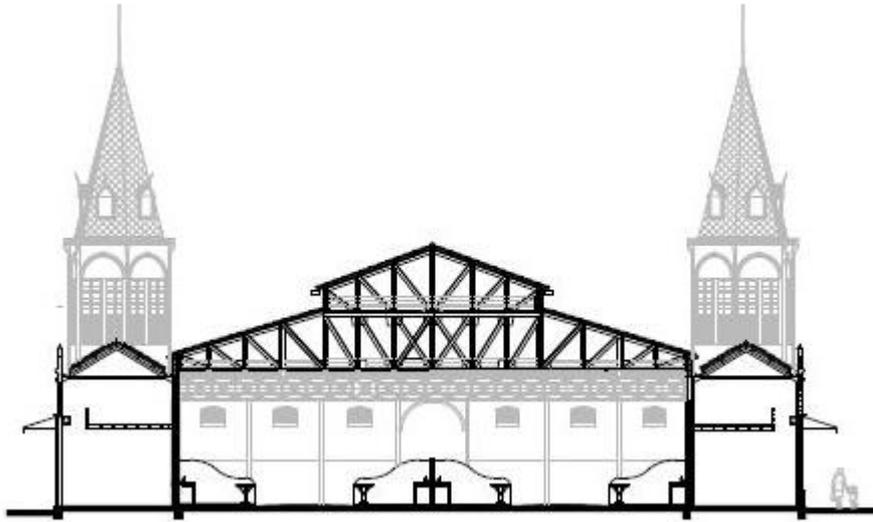
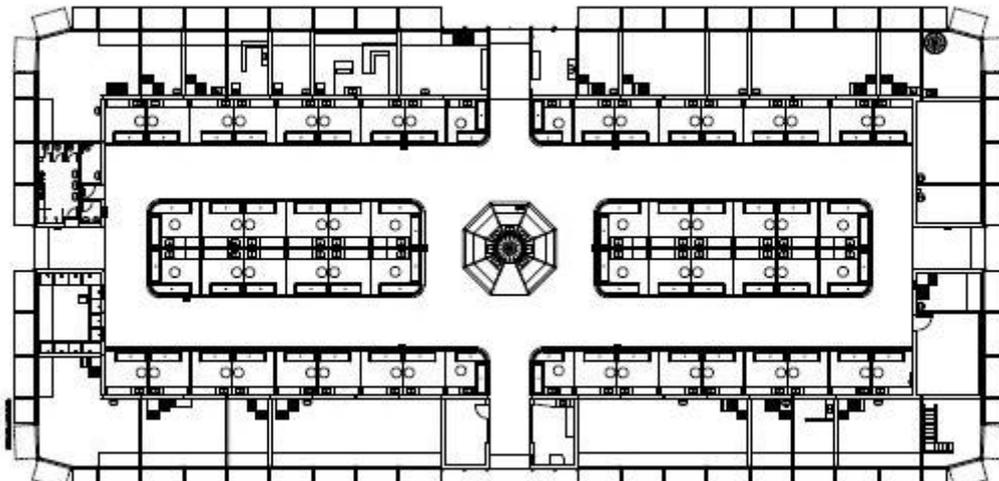
[56] Barracas na Orla e ao fundo o Mercado de Ferro.

O MERCADO DE FERRO

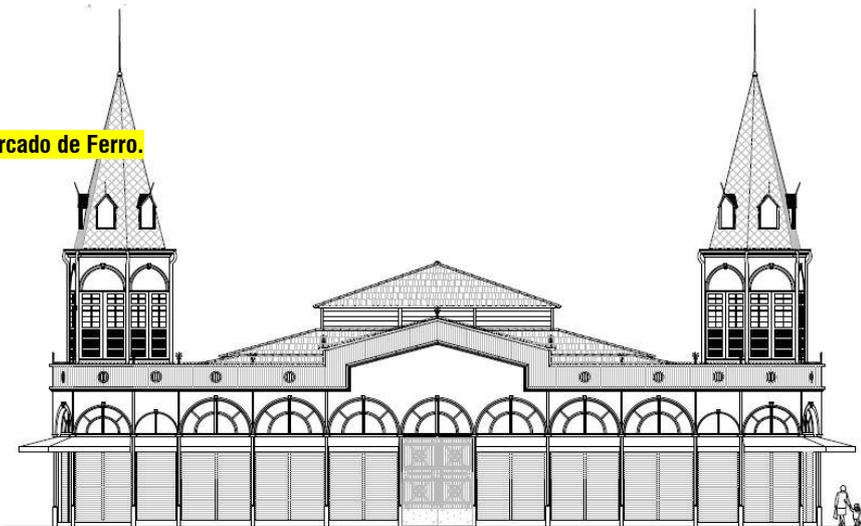
O Mercado de Ferro - também conhecido como Mercado de Peixe – é uma das principais referências imagéticas quando se pensa no complexo do “Ver-o-peso”. Ele foi construído no local onde antes funcionava a “Casa do Haver o Peso”, um posto de fiscalização e tributos dos gêneros trazidos à Belém para o controle do peso das mercadorias, desativado na década de 1840 e, posteriormente, demolido. Após urbanização da área, a partir do aterramento e da construção do cais do porto que seguia pelas atuais avenidas Portugal e XVI de Novembro até o igarapé do Piri (atualmente Av. Tamandaré), foi construída a doca do Ver-o-Peso, e nela iniciada, no final do século XIX, a construção dos dois mercados de abastecimento da cidade: o de carne e o de peixe.

A obra do mercado de peixe foi autorizada pela Lei Municipal nº 173, de 30 de dezembro de 1897. A construção, melhor seria dizer, a montagem da estrutura - importada dos Estados Unidos e da Inglaterra -, teve início em 1899, segundo projeto de Henrique La Rocque e sob a responsabilidade dos engenheiros Bento Miranda e Raimundo Viana, com inauguração realizada em 1º de dezembro de 1901.

O mercado é um edifício eclético, construído predominantemente em ferro, que apresenta elementos de composição arquitetônica de linguagem clássica, como o eixo de simetria, fachadas simétricas, equilíbrio na relação entre cheios e vazios e disposição ritmada dos vãos em arco. Esteticamente, as fachadas ressaltam a influência *Art Nouveau* - estilo marcante durante a *Belle Époque* -, definidora dos motivos decorativos existentes, como as molduras nos arcos dos vãos, e os adornos sinuosos e frisos na platibanda do mercado. A volumetria regular do edifício, o qual possui um grande salão com elevado pé-direito, é interrompida por quatro frontões sobre os acessos principais e que seguem as linhas de contorno das fachadas; e marcada pela verticalidade das quatro torres cujas coberturas piramidais são revestidas por telhas de zinco.



Planta baixa, corte e fachada do Mercado de Ferro.





MERCADO DE PEIXES DE BERGEN . NORUEGA

O Mercado de Peixes, também conhecido como Fisktorget, é tido como a peça central da identidade da cidade norueguesa de Bergen. Conta-se que as atividades comerciais de pescados neste local acontecem desde o século XII, onde os pescadores vendiam o peixe fresco de dentro dos seus barcos atracados no cais histórico. O mercado fica à beira-mar no centro da cidade, próximo à área do cais de Bryggen e é descrito como um dos maiores e mais famosos mercados ao ar livre da Noruega.

Em 2012, foi inaugurado um moderno edifício na área que tinha o objetivo de abrigar e consolidar a atividade comercial da área e dar mais conforto aos seus usuários. Como o mercado funciona o ano todo, – não fecha as portas nem no período do inverno rigoroso norueguês – era necessário oferecer níveis de conveniência e higiene de forma permanente. A proposta apresentada queria enfrentar estes desafios.

O novo edifício vai de encontro às demandas conceituais e, ao mesmo tempo, consegue conversar com o contexto histórico criando uma imagem através da arquitetura moderna. A fachada transparente de vidro no térreo conecta visualmente o entorno e o interior do

mercado, diminuindo ao máximo as chances de segregação entre a edificação e o espaço urbano.

De forma semelhante ao objeto de intervenção deste trabalho, o Mercado de Peixes de Bergen está localizado próximo à frente de água onde os barcos atracam para abastecê-lo e a configuração deste espaço faz surgir uma praça.

A ideia por trás do projeto era criar um edifício que funcionasse como uma cobertura e proteção aos comerciantes, mas que ao mesmo tempo não se fechasse ao ambiente externo, mantendo assim sua relação com o espaço público. Em dias mais quentes de verão as fachadas de vidro são abertas conectando as atividades de dentro com as externas criando um espaço homogêneo.

O programa arquitetônico do edifício é simples e objetivo, além de um amplo espaço para usos diversos no térreo junto aos boxes e bancas, o Mercado conta ainda com um bloco de serviços de três pavimentos que contêm depósito, câmara fria e freezer, produção de gelo, vestiário, banheiro e outras funções. No pavimento superior, abriga o "Centro de Gastronomia Norueguesa" e um balcão de informações com vista panorâmica.

Com relação aos detalhes construtivos tem-se uma fachada que dá a forma à edificação, mas que dialoga com contexto do entorno ao qual o edifício está inserido. Apesar de possuir traços mais contemporâneos, as cores e materiais se comunicam com os prédios vizinhos. As origens históricas são reinterpretadas com o uso de vidro e painéis de madeira usados em cores típicas da cidade de Bergen - ocre, vermelho escuro e branco, com diferentes ritmos e densidades. Estas escolhas acabam agregando vida à fachada e movimento à fachada.

Este mercado, embora possua um desenho supermoderno, ajuda a definir a imagem consolidada do espaço como local especial de venda de pescados. A atividade agora ocorre em um cenário especialmente projetado. À noite o edifício ilumina o entorno. O Mercado de Bergen, como tem sido ao longo de séculos de história, torna-se o centro da vida da cidade, só que com a intenção de oferecer mais polivalência, atratividade e conforto.

QUADRO RESUMO COMPARATIVO DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA

A partir daqui é apresentado quadro resumo o qual possui o objetivo de destacar as principais características observadas entre os projetos selecionados. Sobre os aspectos analisados, evidencia-se: a) inserção no contexto urbano; b) aspecto formal; c) as estratégias bioclimáticas; e d) o programa arquitetônico.

QUADRO 3.1: Quadro resumo dos estudos de referência

PROJETO	MERCADO PÚBLICO DA REDINHA. NATAL/RN	O COMPLEXO DE MERCADOS DO “VER-O-PESO” E O MERCADO DE FERRO. BELÉM/PA	MERCADO DE PEIXES DE BERGEN. NORUEGA
INSERÇÃO NO CONTEXTO URBANO	Possui boa inserção junto à comunidade local; Está locado junto à frente d'água, porém sua configuração espacial acaba desprivilegiando algumas partes do edifício que não possui vista para o Rio Potengi; Apresenta um gabarito baixo com boa relação com o entorno, mas pouca ou nenhuma vegetação/áreas verdes.	Uma das principais referências imagéticas do complexo do “Ver-o-peso”; possui boa relação com o entorno de uso predominantemente comercial e está locado à beira da orla fluvial.	Edifício à beira-mar no centro da cidade, próximo à área do cais da cidade onde está localizado; bom diálogo da obra com o contexto urbano histórico; a fachada transparente de vidro no térreo conecta visualmente o entorno e o interior do mercado, diminuindo ao máximo as chances de segregação entre a edificação e o espaço urbano.
ASPECTO FORMAL	Volume simples com forma tradicional. Edifício central rodeado de anexos construídos em outros momentos históricos.	Volumetria regular com um grande salão central de elevado pé-direito.	Arquitetura com espaço térreo aberto e flexível; a fachada dá a forma à edificação e seus elementos verticais impõe ritmo à obra.
ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS	Ventilação cruzada possibilitada pelo uso de múltiplos acessos ao edifício principal. Pela falta de estratégias de aberturas nas paredes ou cobertura, a edificação principal é pouco iluminada.	Ventilação natural potencializada pela permeabilidade espacial dentro do edifício. O átrio central com lanternim na cobertura ajuda a exaurir o ar ajudando em sua renovação.	Uso maciço de vidro para fechamento externo ajuda a trazer a luz natural para dentro do ambiente, solução bem pensada para o projeto em questão, mas que não se adequa ao clima de Natal; Bancas e boxes colocados em vão livre

			onde a estrutura do edifício funciona como uma grande cobertura para os boxes e bancas protegendo-os das intempéries.
PROGRAMA ARQUITETÔNICO	Programa simples e enxuto com planta livre parcelada por quiosques de pequenas dimensões e divididos por meias paredes de alvenaria	Programa arquitetônico prático com a distribuição de lojas na parte central e extremidades da planta; áreas administrativas e banheiros de apoio complementam o programa.	Programa simples e objetivo com amplo espaço para usos diversos no térreo junto aos boxes e bancas, e funções de serviço inerentes a um projeto de mercado de peixes: depósito, câmara fria e freezer, produção de gelo, vestiário e banheiros.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2019.

4. CONDICIONANTES PROJETUAIS

Neste capítulo são apresentadas as condicionantes relacionadas à área de intervenção e à tipologia proposta. Para isso, foram reunidos dados que possibilitaram realizar uma leitura do terreno e seu entorno próximo, as quais contemplam questões físicas, ambientais e legais a respeito do presente projeto, bem como o programa de necessidades.

O TERRENO E SEU ENTORNO PRÓXIMO

A localização do Mercado do Peixe das Rocas, assim como sua relação com o entorno, configura-se como um dos pontos mais importantes a serem observados neste trabalho. O Mercado do Peixe está estabelecido na localidade conhecida como Canto do Mangue, dentro do bairro das Rocas. Trata-se de uma área especial, a qual possui limites com os bairros de Santos Reis e Ribeira, que por sua vez, pertencem à Região Administrativa Leste da cidade de Natal.

O terreno possui uma forma poligonal irregular com mais de 6 lados, tem uma área aproximada de 3039,53 m² (somados os 2.008,10 m² do terreno original + acréscimo de 1031,43 m² do acréscimo necessário do terreno da CODERN já comentado) e está situado na Rua Coronel Flaminio, nº 03, em frente ao Rio do Potengi.



LEGENDA

- ÁREA DE ACRÉSCIMO
- ÁREA ORIGINAL

Sua localização é próxima de algumas das maiores referências daquela área, como é o caso da Praça do Pôr do Sol (também chamada de Praça do Canto do Mangue), o Museu da Rampa e o Rio Potengi. Este último pode ser destacado como uma das maiores potencialidades do espaço por causa do seu apelo visual e paisagístico. Ainda, o entorno se constitui prioritariamente por tipologias comerciais de baixo gabarito e possui grande movimentação de pessoas, a qual é percebida pelo alto fluxo de veículos que passa na Rua Coronel Flaminio, onde o terreno está situado e que também é a única via de acesso a ele.

A Avenida é atendida por transporte público e também é tida como um dos principais pontos de acesso entre o centro da cidade – bairros da Ribeira e Cidade Alta – e a faixa litorânea situada entre a Praia do Meio e a Ponte Newton Navarro. O Canto do Mangue é acessível por transporte público desde a Zona Sul até a Zona Norte, com linhas que conectam a localidade a diferentes bairros e regiões da cidade. A área também está à aproximadamente 300 metros do terminal de ônibus da Ribeira.

Por outro lado, a microacessibilidade do local é deficiente. Os trajetos realizados por pedestres são desconfortáveis, com calçadas com dimensões estreitas ou que possuem barreiras e materiais inapropriados. Os conflitos entre pedestres e o grande fluxo de automóveis que recorta o local são facilmente percebidos.

Excetuando-se o trecho da Rua Coronel Flaminio que compreende o Canto do Mangue e concentra usos comercial e institucional, no entorno próximo encontra-se prioritariamente o uso residencial. Além disso, observa que a área possui uma escassa cobertura vegetal, onde a presença de vegetação se limita à Praça do Pôr do Sol.

LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Para que a proposta para o novo Mercado de Peixes das Rocas apresentada ao final deste trabalho fosse viável foi necessário consultar a legislação pertinente e os principais instrumentos urbanísticos que incidem sobre este tipo de projeto arquitetônico. São eles: Plano Diretor de Natal (Lei complementar nº 082, de 21 de junho de 2007); Código de Obras de Natal (Lei complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004). Além destes, por se tratar de uma edificação que buscar ter caráter essencialmente público e de fácil acesso a todos os

cidadãos, foi relevante considerar também o Código de Segurança e Prevenção Contra Incêndio e Pânico do RN, as normas de acessibilidade da NBR 9050/2015. Por último, abordou-se as recomendações contidas na RDC 2016/2004, as quais dizem respeito às normas gerais de vigilância e cuidado com relação a ações de controle sanitário na área de alimentos em ambientes públicos.

PLANO DIRETOR DE NATAL

O Plano Diretor de Natal, por meio da Lei Complementar nº 082, de 21 de junho de 2007, define o bairro das Rocas, onde está inserido o Mercado de Peixes das Rocas, como uma zona adensável, considerando, desse modo, de acordo com o Art. 11 do PDN, que trata-se de um local que apresenta “condições do meio físico, disponibilidade de infraestrutura e necessidade de diversificação de uso, possibilitarem um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos de coeficiente de aproveitamento” (NATAL, 2007).

Sobre o bairro das Rocas também incide a definição de AEIS (área especial de interesse social), que é configurada a partir da dimensão socioeconômica e cultural da sua população. Segundo o PDN as famílias desses locais possuem renda predominante de até 3 (três) salários-mínimos e é definida pela Mancha de Interesse Social (MIS), e pelos atributos morfológicos dos assentamentos. Nestas áreas, a não ser em casos de áreas onde já ocorreram regulamentação, são proibidos “A) novos desmembramentos ou remembramentos, exceto para os usos institucionais e áreas verdes; B) gabarito superior a 7,5m.” (NATAL, 2007).

Ainda, de acordo com o PDN, o bairro das Rocas, e conseqüentemente o Canto do Manguê e o Mercado de Peixes das Rocas, não faz parte de nenhuma das Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), não é área prevista em ações de Operação Urbana, não é Zona Especial de Interesse Histórico, assim como também não é Zona Especial de Interesse Turístico. Por fim, PND estabelece ainda as prescrições quanto aos recuos, coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e permeabilidade para o bairro das Rocas. As tabelas a seguir mostram resumo das prescrições utilizadas para este projeto que considera apenas a construção de 2 pavimentos.

QUADRO 4.1 – Prescrições para recuos previstos para a proposta do MPR.

RECUOS	FRONTAL	LATERAL	FUNDOS
	2 pav.	2 pav.	2 pav.
	3m	1,5m*	não obrigatório

*Exigido apenas em um dos lados do lote

Fonte: PDN, 2007 (adaptado pelo autor).

QUADRO 4.2 – Prescrições urbanísticas previstas para a proposta do MPR.

LIMITE DE GABARITO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁX.	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍN.
7,5m	2,5	80%	20%

Fonte: PDN, 2007 (adaptado pelo autor).

CÓDIGO DE OBRAS DE NATAL

O Código de Obras de Natal (CON), instituído pela Lei Complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004, define parâmetros com relação a aspectos que interferem na insolação, iluminação e ventilação das edificações, bem como traz recomendações a serem implementadas no desenho de acessos e estacionamentos para de novos edifícios. Estes preceitos são importantes para possibilitar o mínimo de conforto para projetos dos mais diversos âmbitos. Quando bem atendidos, as normas ajudam esses novos lugares a inserir-se dentro das diferentes dinâmicas urbanas, de tráfego e de acessibilidade.

De acordo com o CON, todos os compartimentos devem possuir aberturas diretas para logradouro, pátio ou recuo, devendo as superfícies voltadas para o exterior apresentar ao menos 1/6 da área de ambiente de uso prolongado e de 1/8 da área de ambientes de uso transitório. Em relação aos acessos, estes devem ser criados no sentido de evitar a criação ou agravamento de problemas de congestionamento nas vias decorrente do fluxo de entrada e saída de veículos. Por sua vez, os estacionamentos devem possuir dimensão mínima de 2,40m por 4,50m e apresentar número de vagas segundo a classificação da via de acesso. Ao considerar que a Rua Coronel Flaminio, onde está situado o Mercado de Peixes das Rocas, é definida como Via Coletora do tipo II (Apoia circulação das estruturais) e levando em consideração a classificação de "Mercado" como tipo de uso previsto no CON, será necessária 01 vaga a cada 40 m² construídos, além de área para carga e descarga, táxi, embarque e desembarque e casa de lixo.

CÓDIGO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO RN

Com relação ao Código de Segurança e Preservação Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio Grande do Norte, é preciso, antes de tudo, buscar a classificação do Mercado de Peixes das Rocas dentro dos parâmetros de uso descrito por esta legislação. Não existem, porém, os termos "mercado" ou "mercados públicos" incluídos em nenhum dos grupos de classificações de edificações do supracitado documento. No entanto, considerou-se que o

MPR estaria enquadrado como uma edificação de OCUPAÇÃO COMERCIAL, a qual reúne os seguintes tipos: *“edificações destinadas a usos de escritórios, incluindo agências bancárias, serviços de assessoria, consultoria, lojas, magazines, centros de compras (“shopping centers”), depósitos, supermercados, restaurantes (sem possuir “boite”), bares, lanchonetes, oficinas sem pátio de permanência, depósitos, centros atacadistas, transportadoras, serviços diversos e similares.”*

Dessa forma, sendo desta categoria, foram consideradas as características físicas do mercado (gabarito e área construída). De acordo com o código, precisam ser considerados no processo de elaboração do projeto arquitetônico:

- A) Prevenção fixa (hidrantes);
- B) Prevenção móvel (extintores de incêndio);
- C) Chuveiros automáticos (*sprinkler*) nas circulações e áreas comuns;
- D) Iluminação de emergência;
- E) Sinalização;
- F) Escada convencional;
- G) Instalação de hidrante público.

NBR 9050/2015

A Norma Brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelece 58 critérios e parâmetros visando a utilização segura dos espaços de forma democrática por toda e qualquer pessoa. Dentre as recomendações, destacam-se adiante as mais significativas para o projeto proposto:

- A) **Com relação à informação e sinalização:** deve ser autoexplicativa, perceptível e legível, com textos complementados por símbolos; classifica-se como informativa, direcional ou de emergência e também como sonora, visual ou tátil;
- B) **Com relação aos acessos e circulação:** o projeto deve considerar pelo menos uma rota acessível, a qual é definida como trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que

possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas; a circulação pode ser horizontal ou vertical, podendo esta ser realizada por meio de escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e sendo considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de deslocamento vertical; os corredores de uso público devem apresentar no mínimo 1,50 m; as portas devem possuir vão livre de pelo menos 80 cm; os estacionamentos devem prever vagas para veículos que conduzam ou sejam conduzidos por idosos ou pessoas com deficiência, as quais devem ser posicionadas próximas das entradas, garantindo o menor percurso de deslocamento;

- C) **Com relação aos sanitários, banheiros e vestiários:** a localização dos dispositivos acessíveis deve ser dada em rotas acessíveis, próximas ou integradas aos demais, estando devidamente sinalizados; a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível deve ser de até 50 m; o número de instalações acessíveis considerar no mínimo 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários, com entrada independente; o boxe sanitário acessível deve possuir área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária;
- D) **Com relação ao mobiliário:** todo o mobiliário interno deve ser acessível e atender aos princípios do desenho universal.

RDC 216/2004

De acordo com a Resolução-RDC nº 216 da ANVISA, de 15 de setembro de 2004, é necessário que se estabeleça normas e recomendações que considerem a necessidade de vigilância e aperfeiçoamento com relação a ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população.

Como o uso específico do projeto foco deste trabalho é um mercado, estas normas foram refletidas sobre o estudo das condicionantes legais para o projeto em virtude da comercialização e práticas de beneficiamento de pescados assim como o preparo de

alimentos realizados nas cozinhas do restaurante e quiosques propostos. Sendo assim, abaixo lista-se as principais diretrizes que podem ser aplicadas a este projeto:

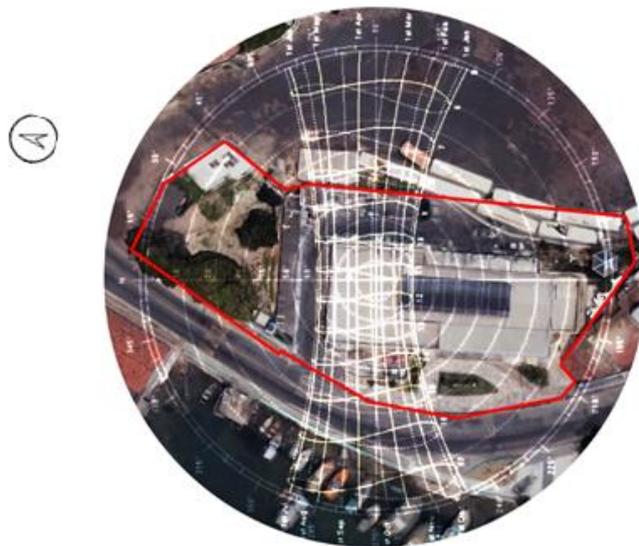
- Pisos, paredes e tetos com revestimento liso, impermeável e lavável;
- Telas milimetradas nas janelas e no sistema de exaustão;
- Ralos sifonados e grelhas que permitam o seu fechamento;
- Iluminação apropriada e protegida contra explosão e quebras acidentais;
- Garantir a renovação do ar;
- Lavatórios exclusivos para higiene das mãos;
- Superfícies dos equipamentos, móveis e utensílios devem ser lisas, impermeáveis, laváveis e estar isentas de rugosidades, frestas e outras imperfeições.

CONDICIONANTES FÍSICAS E AMBIENTAIS

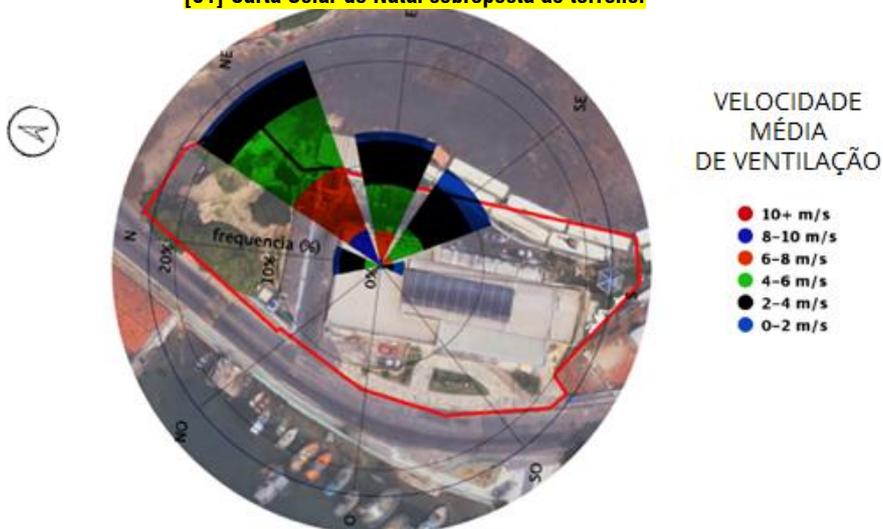
Como já comentado anteriormente neste capítulo, o terreno do Mercado de Peixes das Rocas possui uma área de aproximadamente de 2.008,10 m². O local possui um único acesso – a partir da Rua Coronel Flaminio – e apresenta topografia plana, característica que favorece as questões de acessibilidade. Sua forma poligonal possui uma testada frontal de 63,75 m, enquanto as outras dimensões laterais são de 30,68 m e 27.26 m, aproximadamente.

Com relação às condicionantes ambientais, foi levada em consideração a NBR 15220-3/2003, a qual apresenta recomendações quanto ao desempenho térmico de edificações em fase de projeto de acordo com sua localidade. Por causa do seu clima quente e úmido, esta norma destaca o município de Natal como parte da Zona Bioclimática 8 e, com o objetivo de favorecer o conforto no interior dos edifícios, sugere o uso de ventilação cruzada permanente, grandes aberturas sombreadas, assim como paredes e cobertura leves e refletoras. Estes critérios foram importantes para nortear decisões que levaram em conta a análise da direção dos ventos – com o objetivo de conseguir o melhor aproveitamento da

corrente de ar natural – assim como o percurso solar – com o intuito de proporcionar um sombreamento efetivo às porções mais expostas do edifício, em especial durante os períodos mais quentes do dia. Sabe-se que o sol poente, responsável pelo período onde os raios solares incidem de forma mais direta e intensa sobre as superfícies, se localiza na direção Oeste, por essa razão, faz-se necessário ter atenção na hora de se pensar a composição de elementos de proteção e/ou sombreamento para este lado do edifício. O terreno do Mercado de Peixes das Rocas é pouco privilegiado em relação a estes aspectos de conforto ambiental. A sua única testada está voltada justamente para o Oeste e a sua porção Sudeste, direção de maior predominância de ventos na cidade Natal, é cercada por muros das edificações vizinhas.



[61] Carta Solar de Natal sobreposta ao terreno.



[62] Rosa dos Ventos sobreposta ao terreno.

A trajetória solar, com a maior incidência do sol nascente e poente nas fachadas leste e oeste definiu a cara que estes lados do edifício ganharam. A fachada principal, voltada à Rua Coronel Flaminio, e seu lado posterior, demandaram ajustes mais atenciosos em relação à elementos de proteção e anteparos para proteção do sol. Estes aspectos da incidência solar também acabaram por influenciar a configuração final da planta baixa e sua implantação, uma vez que ajudou a definir a localização das áreas molhadas, os boxes de vendas, o pátio mirante, assim como o local do uso de vegetação e outros elementos sombreares.

A ventilação natural do terreno, compreendida através da Rosa dos Ventos da cidade de Natal, se distribui com uma maior incidência a partir da direção Sudeste, embora apresente oscilações nos sentidos Leste e Sul. Por causa disso, atenta-se para a criação de corredores, elementos e espaços que possibilitem potencializar a ventilação cruzada na edificação que sejam implementadas nestes locais a fim de aproveitar o máximo estes ventos predominantes. Evidencia-se, ainda, que apesar dos muros existentes que cercam o terreno, este é ladeado por edificações de baixo gabarito e em seu maior lado localiza-se um outro grande terreno pertencente ao Porto de Natal que serve de depósito de contêineres e não possui maiores barreiras à permeabilidade dos ventos.

Ao final, a ideia era que o mercado tivesse ventilação e iluminação naturais e que a necessidade de outras alternativas para gerar conforto ambiental fosse a mínima possível. O grande beiral criado pela cobertura do pavimento superior protege suas fachadas, impedindo que a luz do sol incida diretamente sobre as paredes que envolvem o edifício e os boxes de venda. No entanto, as estruturas vazadas permitem a entrada da luz indireta e dos ventos que promovem a desejada ventilação cruzada.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

A partir da compreensão exposta no referencial teórico de como os mercados podem vir a ser um catalisador do espaço público, e ainda, a partir da leitura do local e dos estudos de

referência apresentados, foi construído o programa de necessidades. Foram consideradas as potencialidades e vivências preexistentes do Canto do Mangue. Procurou-se atentar-se, antes de tudo, para a dinâmica do local, a partir disso, potencializar os usos existentes e fortalecer as práticas coletivas da cultura e identidade daquele local. Para tanto, fez-se necessário investir no emprego de ambientes que possam vir estimular a economia local praticada e o espaço urbano do Canto do Mangue. O programa está composto em três áreas distintas:

A **área pública** evidencia os espaços livres do Mercado, focando nos espaços de convívio criados, a nova área pública com os quiosques (está incluso neste segmento o espaço de bares e lanchonetes), pequenos jardins e estacionamento simples para motos e carros.

A **área de infraestrutura** compreende os espaços cuja organização é fundamental para apoio ao funcionamento do mercado, como é o caso da área de abastecimento com carga e descarga, área administrativa, armazenamento e conservação, banheiros, vestiários e depósitos de lixo.

A **área de comercio** que é destinada a área molhada de venda de artigos pesqueiros, como peixes, camarões, lagostas, mariscos, entre outros frutos do mar. Esta área necessita de um tratamento especial para higiene e escoamento da água.

No quadro, a seguir estão listados todos os espaços pertinentes ao projeto e sua quantidade.

QUADRO 4.3 – Programa de Necessidades e Pré-dimensionamento para a proposta do MPR.

	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
PÚBLICA	SANITÁRIO	01	14.40
	BAR /LANCHONETES	08	115.20
	PLAYGROUND	01	32.98
	MIRANTE	01	210.05
	ÁREA DE MESAS	02	154.54
	ESTACIONAMENTO	-	-
	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
COMÉRCIO	BOX DE VENDAS – TIPO 01	8	13.97
	BOX DE VENDAS – TIPO 02	8	13.89

	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
INFRAESTRUTURA	SANITÁRIOS M e F	02	22.16
	SANITÁRIOS PNE M e F	02	6.46
	LAVABO	01	3.23
	DML	02	7.42
	DEPOSITO DE LIXO	03	11.13
	CASTELO D'ÁGUA	01	3.35
	CÂMARA FRIA	01	58.16
	ANTECAMARA	01	14.52
	VESTIÁRIOS M e F	02	68.04
	HIGIENIZAÇÃO	02	10.80
	DEPÓSITO	01	3.71
	SALA MULTIUSO	01	69.85
	SECRETARIA	01	12.31
	ADMINISTRAÇÃO	01	17.77
	SALA DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES	01	37.60

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. A NOVA PROPOSTA

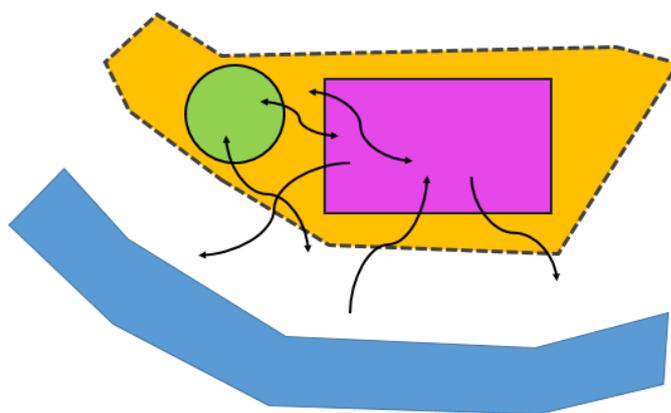
A parte final do trabalho considera a apresentação da proposta projetual pensada para o novo Mercado do Peixe das Rocas. Ela inclui soluções de desenho que tomam como base as informações e dados retratados nos capítulos anteriores. Em síntese, apresenta o conceito, ideias de implantação e distribuição de ambientes internos, soluções de conforto ambiental e perspectivas com volumetria da proposta arquitetônica.

CONCEITO

A intenção por trás desta proposta é que o novo Mercado do Peixe das Rocas funcione como uma extensão do espaço público do seu entorno, tendo sua atividade de comércio pesqueiro reconectando-se com a praça do pôr-do-sol e aproveitando o potencial paisagístico das visuais do Rio Potengi.

Para tanto, propõe-se um edifício que se abra para o seu entorno e possua grande permeabilidade visual e física, permitindo fluxos e convites ao seu interior. O prédio deve favorecer que aqueles que estejam passando na rua possam visualizar as atividades que ali acontecem e que o contrário também seja válido. Trata-se de uma relação de diálogo entre a rua e o edifício que beneficia a lógica de comércio popular, onde é essencial este tipo de configuração para que possa haver aproximação das pessoas.

Ao observar o terreno do Mercado viu-se as diferentes potencialidades do seu entorno imediato com uma vocação para conduzir visitantes que são atraídos, seja pelo fluxo intenso do local – como já destacado intenso local de passagem –, seja pelos equipamentos e qualidades do lugar: A Praça do Pôr-do-sol, o futuro Museu da Rampa, a visual do Rio Potengi, entre outros. Foi considerado a necessidade de criar um elemento que conectasse esses espaços e a solução encontrada foi a criação de uma nova área pública que além desta função menciona, ajuda a abrigar parte do programa arquitetônico necessário.



IMPLANTAÇÃO

A implantação do novo mercado foi definida a partir da melhor posição para acessá-lo e também pensando-se em aproveitar o potencial de visual para o Rio Potengi. Dessa forma, como na situação atual, sua principal fachada volta-se para a Rua Coronel Flaminio, tanto por ser o maior lado do terreno, mas também por ser o principal acesso à via pública. Esse é também o lado de melhor visualização do Potengi. Como diferencial está o acesso estabelecido ao norte do terreno, o qual coloca-se à frente da nova área pública, por sua vez implantada na porção de lote incorporada pertencente à CODERN. O edifício principal localiza-se no meio do terreno de forma que possa servir ao que foi objetivado no conceito como um local de fluxos entre o entorno próximo e a nova área pública, fazendo assim com que haja novo movimento dentro do mercado.

[64] Planta de implantação da proposta.



LEGENDA

- | | | | | | | | |
|---|-----------------|---|------------------------|---|-------------------------|---|----------------------------------|
| 1 | ÁREA PÚBLICA | 3 | ESTACIONAMENTO PÚBLICO | 5 | ESTACIONAMENTO DE APOIO | 7 | HIGIENIZAÇÃO |
| 2 | ÁREA DO MERCADO | 4 | CARGA/DESCARGA | 6 | GUARITA | 8 | RESÍDUOS ORGÂNICOS E RECICLÁVEIS |
| | | | | | | 9 | CASTELO D'ÁGUA |

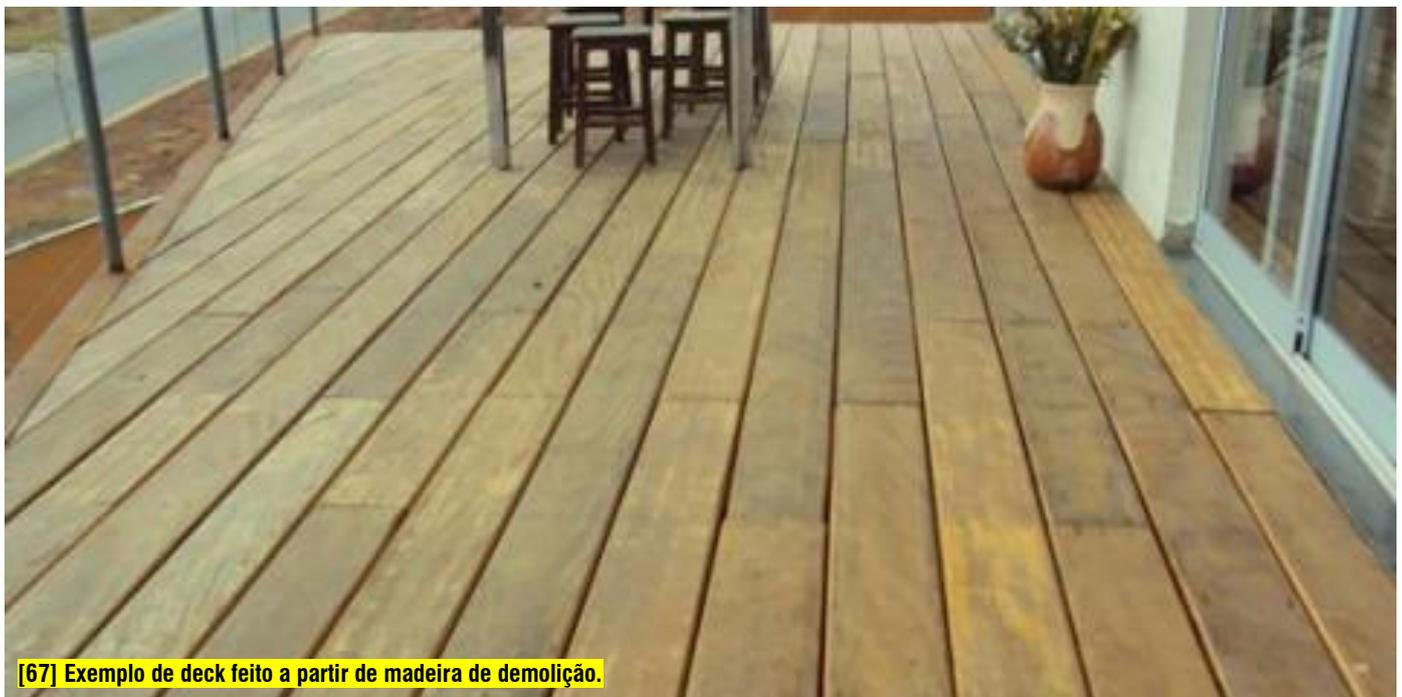
Com relação à pavimentação é indicado o uso de concreto polido para as áreas internas de circulação do mercado e o uso de cobogramas para as áreas externas tanto no pátio de carga e descarga como nas vagas de estacionamento. Essa medida é pertinente para que se possa garantir um bom nível de permeabilidade do solo no projeto. Para os decks propostos na área de bares e lanchonetes será utilizada madeira de demolição. Ainda, foram propostos áreas verdes e jardins que demarcam e destacam os limites dos principais espaços, além de garantir uma ambiência agradável.



[65] Exemplo de piso com concreto polido.



[66] Exemplo de cobograma usado em área externa.



[67] Exemplo de deck feito a partir de madeira de demolição.

DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE AMBIENTES

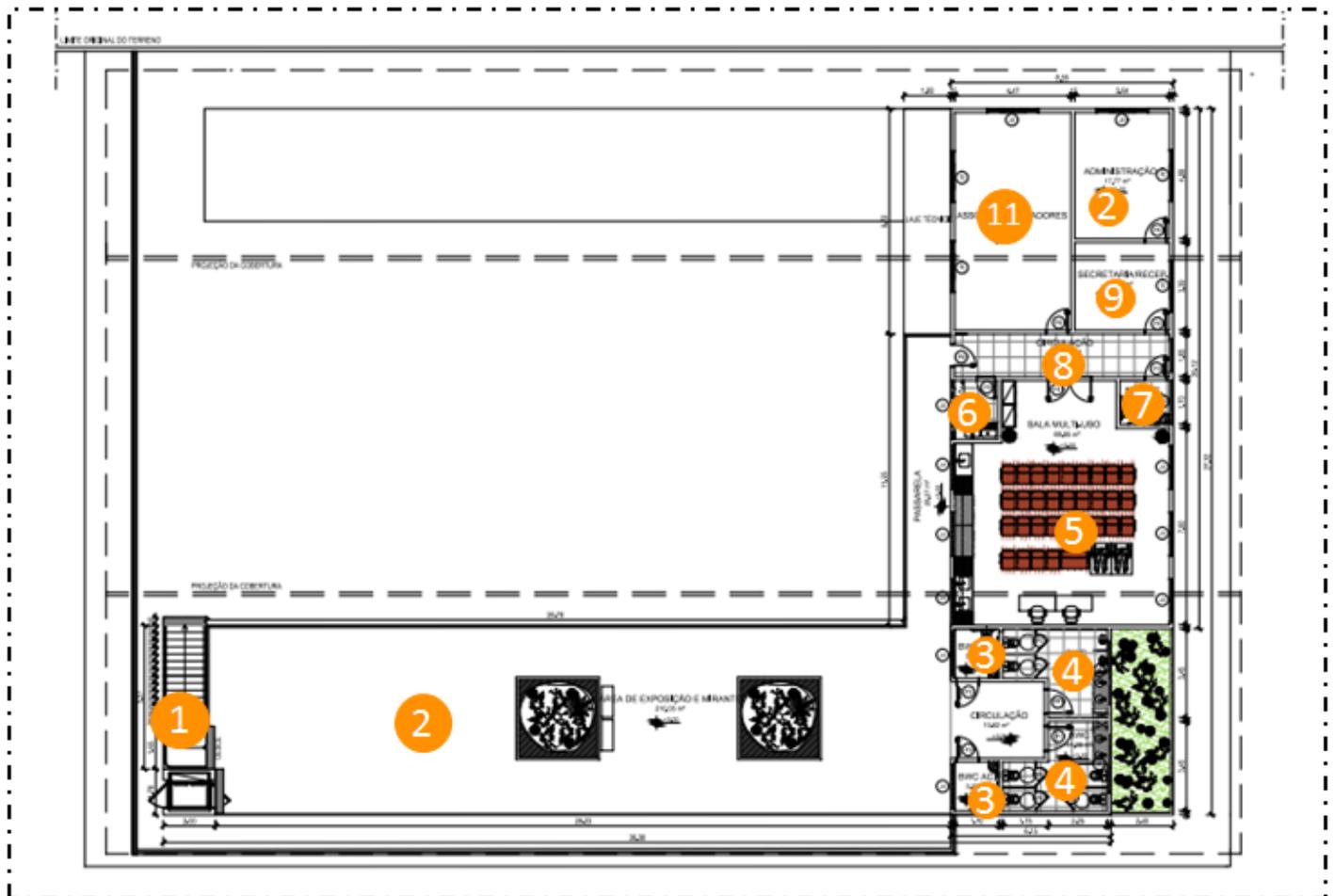
Os espaços internos foram pensados para ter uma configuração que pudessem dar o máximo de conforto ao usuário, por isso foram desenhados amplos, livres, acessíveis e confortáveis. A circulação vertical para transito entre os dois pavimentos existentes é resolvida por meio de escada e plataforma elevatória para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida.

No pavimento térreo se distribuem 16 lojas/boxes de venda para produtos pesqueiros, as quais foram dispostas ao redor de um grande pátio coberto pensado para que seja palco de múltiplas apropriações da comunidade: sejam feiras, bazares, eventos, reuniões, etc. No bloco edificado, ainda no térreo, foram acomodados os banheiros, a câmara fria para armazenamento coletivo dos produtos, vestiários de funcionários e as circulações de serviços necessárias.



[68] Planta com distribuição de ambientes no pavimento térreo.

No pavimento superior, criou-se um espaço de exposição temporária sobre a história local e que funciona também como mirante para o Rio Potengi. Ainda, há a área administrativa do edifício com sala destinada à direção do local e à Associação de Pescadores da comunidade. Por fim, foi criada uma sala multiuso no prédio, pensada para servir à eventos educativos relacionados à atividade comercial desenvolvida e/ou reunião interna dos comerciantes.



[69] Planta com distribuição de ambientes no piso superior.

LEGENDA

- | | | | |
|---|----------------------|----|---------------------------|
| 1 | CIRCULAÇÃO | 7 | LAVABO |
| 2 | MIRANTE/EXPOSIÇÃO | 8 | CIRCULAÇÃO |
| 3 | SANITÁRIOS M e F PNE | 9 | SECRETARIA |
| 4 | SANITÁRIOS M e F | 10 | ADMINISTRAÇÃO |
| 5 | SALA MULTIUSO | 11 | SALA ASSOC. DE PESCADORES |
| 6 | DML | | |

Complementa o

projeto ainda outras duas áreas: a) área de serviços (compreende o pátio de carga/descarga, estacionamento de apoio administrativo, guarita, área de lixo e higienização de produtos e equipamentos, o castelo d'água); e b) a nova área pública (abriga principalmente bares e lanchonetes e espaço para mesas), a qual será descrita a seguir.

A NOVA ÁREA PÚBLICA

Como já relatado, a incorporação de uma parte do lote da CODERN para o projeto foi de grande relevância para conseguir resolver o programa arquitetônico de forma integral sem prejudicar a forma aberta almejada no prédio principal e também possibilitou integrar o espaço ao entorno imediato, um dos objetivos deste trabalho.

O novo espaço possui uma área de aproximadamente 750m² e comporta um local destinado a alimentação de lazer naquele lugar. Foram implantadas 8 boxes de vendas com função de bar/lanchonete, uso já consolidado no local, e um banheiro público para que tenha uso independente do mercado. Essa nova configuração foi pensada para resolver um conflito anunciado pelos comerciantes locais que reclamavam que eram obrigados a seguir o horário de funcionamento do mercado. Por não ter um acesso independente donos dos bares/lanchonetes fechavam seus estabelecimentos mais cedo, limitando seu poder de atração e venda.



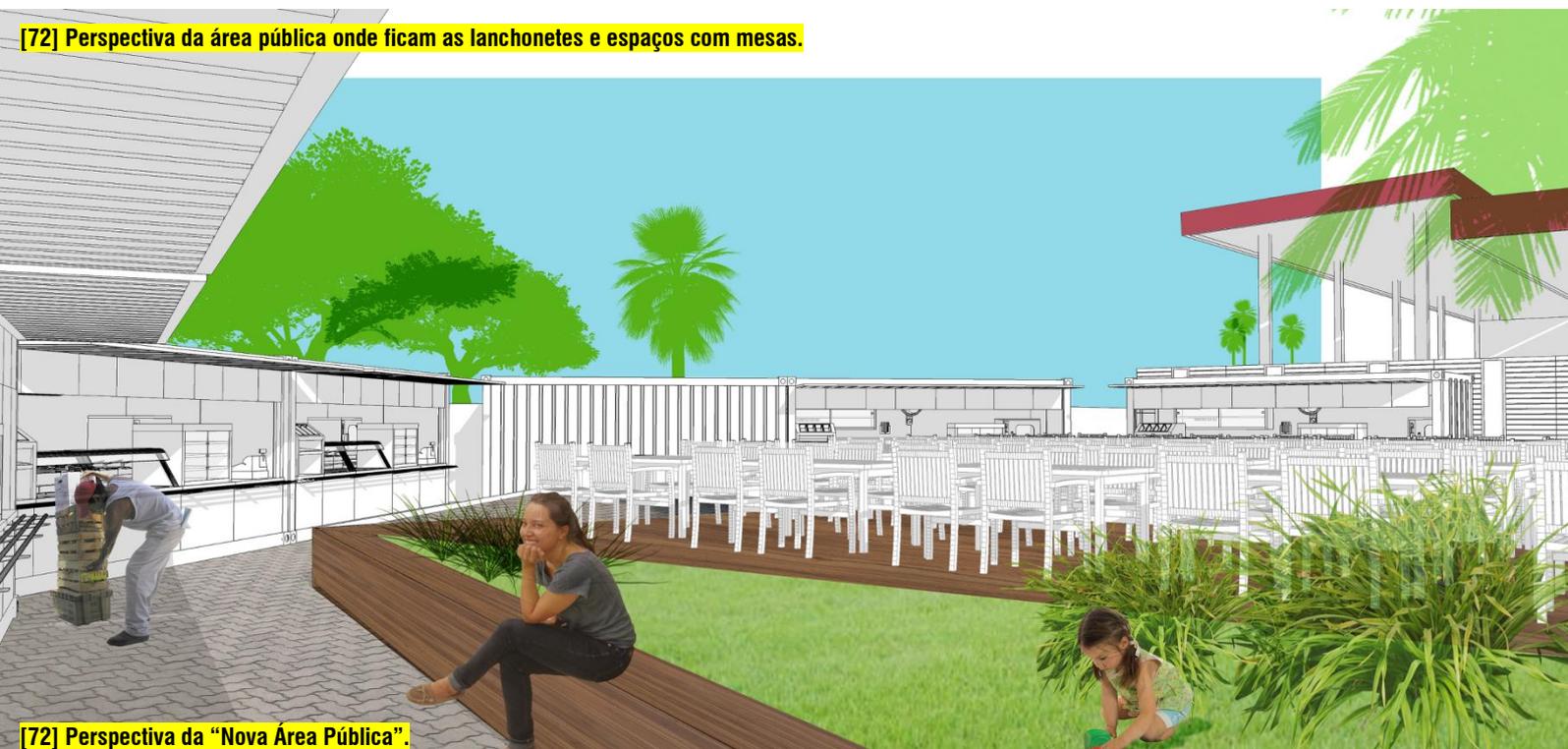
Os novos boxes foram organizados em módulos de contêineres com 15m² cada e possuem espaço suficiente para preparo de alimentações rápidas e atendimento. Além disso, foi concebido um espaço de mesas que ficaram organizadas sobre decks de madeiras elevados a 0,5m do chão, favorecendo a vista para o rio dos usuários naquele local. Espaços para sentar, jardins e playgrounds completam o programa específico da nova praça.

Para sombrear o local é proposto uma estrutura simples executada em estrutura de madeira ou metálica que sustente tramas de tecidos. Seria uma solução simples e de baixo custo que garante o sombreamento para o novo espaço.



[71] Exemplo de estrutura com tecidos para sombreamento da área pública onde ficam as lanchonetes e espaços com mesas.

[72] Perspectiva da área pública onde ficam as lanchonetes e espaços com mesas.



[72] Perspectiva da “Nova Área Pública”.

CONFORTO AMBIENTAL

O conforto ambiental foi um ponto importante a ser levado em consideração para a concepção da proposta. Desde a implantação, que privilegiou as áreas menos favorecidas para locação de banheiros, até a escolha pelo uso de lojas que são 'descoladas' da laje superior, fazendo com que haja permeabilidade dos ventos predominantes. O pátio aberto e a opção de fazer um mercado de forma clássica com uma alta cobertura e grandes vãos também auxilia a captação de luz natural, evitando assim o uso de alternativas artificiais. Ainda, o espaço amplo e aberto do novo mercado possibilita a ventilação cruzada e compõe o ambiente ideal para que haja intensa ventilação e renovação de ar, essencial para minimizar o efeito do forte odor dos produtos pesqueiros.

Na fachada menos favorecida, voltada ao oeste, estende-se um beiral de 2,40m o que ajuda a proteger o edifício da insolação direta e promove sombreamento durante o período do dia mais quente. Os beirais ajudam a evitar o sol direto na área interna do mercado, onde os usuários transitarão para ver e comprar as mercadorias.



[73] Exemplo de extensão de beiral no prédio da ECT – UFRN.

Na calçada, a indicação de uso de vegetações de pequeno porte como “Urucum” e “Pata-de-vaca” ajudam a criar o microclima agradável para o usuário que visita o local. Na nova área pública onde ficam localizados os bares e lanchonetes é sugerido o uso de estrutura simples onde sejam implantados coberturas com tecidos. Além de ser uma solução simples e de custo mais baixo, proporciona sombra e pode tornar o espaço mais lúdico e colorido indo de encontro às atividades de lazer que ali se propõem.



[74] Árvore do “Urucum”.



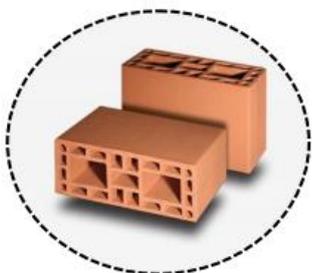
[75] Árvore de “Pata de Vaca”.

ESTRUTURA E MATERIAIS

Com a intenção de ajudar a ilustrar e imaginar o desenho final desta proposta foram indicados alguns materiais para serem utilizados em parte da estrutura e montagem do que seria o novo edifício. Pensando no baixo custo de implementação do projeto pensou-se que a estrutura do novo mercado deve ser executada com estrutura pré-moldada de concreto, a qual garante melhor custo benefício já que alia rapidez na obra e menos desperdícios de material. Para os fechamentos internos a indicação é o uso da alvenaria simples e tradicional com tijolos cerâmicos, material de fácil acesso e baixo custo na região. Com relação à cobertura, a ideia é trazer leveza ao prédio, ao mesmo tempo contribuir para sua eficiência em conforto ambiental, por isso a sugestão de uso de telha sanduíche para cobrir o Mercado do Peixe.

Para forros e pisos internos, a indicação é o uso do forro de PVC para áreas de lojas de pescado (às quais precisam ter materiais com superfícies laváveis), assim como o piso cerâmico. Em ambientes administrativos, principalmente os que ficam no piso superior, a sugestão passa a ser usar forro de gesso acartonado (além de melhor estética, garante eficiência acústica) e o piso vinílico.

TIJOLO CERÂMICO



PRE-MOLDADO DE CONCRETO



TELHA SANDUÍCHE



FORRO DE GESSO ACARTONADO E PVC



PISO VINILICO E CERAMICO



[76] Principais materiais indicados para uso na proposta

PERSPECTIVAS/VOLUMETRIA



[77] Perspectivas externas do Novo Mercado do Peixe das Rocas.





[78] Perspectiva interna do Novo Mercado do Peixe das Rocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo deste trabalho, o Mercado Público faz parte do cotidiano de diferentes sociedades desde muito tempo. Eram e são locais de coletividade e copresença que desenvolveram suas atividades de forma espontânea dentro do meio urbano. Ao longo da história da humanidade o espaço dos mercados, independente do produto ao qual se dispõe a comercializar, contribuiu para o desenvolvimento de bairros e cidades, fortalecendo seu comércio local e suas tradições e sendo forte ponto de trocas sociais das diferentes civilizações ao redor de todo o mundo.

O novo Mercado do Peixe das Rocas aqui apresentado pretende ser um espaço plural, o qual valoriza a economia local, dinamiza as diferentes atividades praticadas no entorno, valoriza a história e cultura do lugar e incentiva os usos mais coletivos dos espaços.

Para tanto, a proposta buscou dialogar com o entorno imediato e recuperar a relação dos comerciantes com o espaço público, característica tida como essencial para a lógica de comércio popular ali praticada. A ideia era reinventar o espaço para que ele se tornasse local ímã para diferentes usuários, estabelecendo dessa forma, novas possibilidades de uso e imprimindo um caráter mais democrático ao lugar.

Como já dito anteriormente, vale ressaltar que a proposta aqui exposta tomou como base variadas visitas e conversas realizadas pelo autor deste trabalho com os usuários e visitantes no local que hoje abriga o Mercado do Peixe atual. Estas entrevistas não estruturadas ajudaram a nortear as ideias expressas ao longo do trabalho. Considerou-se que, por se tratar de um estudo preliminar, as informações levantadas, seriam suficientes para ajudar a conceber um primeiro desenho. Acredita-se que a partir do final deste

exercício, seria oportuno expor as ideias finais deste trabalho à comunidade local para assim construir um projeto final.

Por fim, espera-se ter feito uma contribuição para a discussão desse tipo de equipamento urbano dentro das nossas cidades e a importância deste para a manutenção da vida social e valorização de culturas preestabelecidas. O principal objetivo era propor um espaço de arquitetura simples mas eficaz para atender as necessidades dos usuários daquele espaço, e dessa forma colaborar com a manutenção das suas atividades comerciais e sociais.

REFERÊNCIAS

BASSOLS, Manuel; BAÑALES, José Luís. **Los mercados públicos en la ciudad contemporánea**. El caso de Barcelona. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, ago. 2007, vol. XII, núm. 744. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-744.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BATISTA, Morgana. **Reinventando o espaço urbano: mercado público do Benfica**. 2016. 96 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - UNIFOR, Fortaleza.

BRASIL. **Lei n. 10.406/2002**, institui o Código Civil. Publicada no Diário Oficial da União, de 11 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Lei n. 6.766/1979**, Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Publicada em 19 de dezembro de 1979.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2000.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2a ed. 2009.

CARRION, Fernando. **Espacio publico: punto de partida para la alteridad**. Ed. Olga Segovia. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 2007. P. 79-97.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999. 496 p. (Coleção Natal 400 anos).

CASTRO, L. G. R. **O que é Espaço Público**. PINI AU, Edição 232, julho de 2013.

CAVALCANTE, Mateus. **Mercado público de General Sampaio: propulsor de renda e sociabilidade urbana**. 2017. 131 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - FANOR, Fortaleza.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

DANTAS, André Felipe de Medeiros et al. **Análise das condições ambientais dos bairros da Ribeira e Rocas: parte I**. (Trabalho de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) UFRN, 2018.

DIAS, Leonardo Fernandes. **ELO: Proposta de uma nova Área de Uso Público para o Parque das Dunas**. 2017. 154 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em arquitetura) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 20187.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Cidades para poucos ou para todos?** Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um "urbanismo às avessas". In OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2013.

FONSECA, Daniela Zavagli M. da. **Praça do mercado do cais do porto**. 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/danielazavagli/docs/digital>>. Acesso em: 16 out. 2019.

GEHL, Jan. **Life between buildings: using public spaces**. Ed. Van Nostrand Reinhold. Nova Iorque, 1987.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades: Ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

G1. **Com estrutura de qualidade, Mercado do Peixe atrai clientes na Semana Santa**. Portal G1, Natal: 11 abr. 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/especial-publicitario/prefeitura-do-natal/natal-a-nossa-cidade/noticia/2017/04/com-estrutura-de-qualidade-mercado-do-peixe-atrai-clientes-na-semana-santa.html>>. Acesso em 14 fev. 2019.

FONSECA, Daniela Zavagli M. **Praça do mercado do cais do porto**. 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/danielazavagli/docs/digital>>. Acesso em: 16 out. 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. WMF Martins Fontes, São Paulo. 2013.

LEITÃO, Wilma Marques; RODRIGUES, Carmem Isabel. **O Mercado do Ver-o-Peso**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, Universidade Federal da Bahia. 2011. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308321230_ARQUIVO_LusoafroOMercadodover-o-Peso-Belem1.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

LEITE, R. P. **Espaço público e política dos lugares**. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIMA, Dário de Araújo. **As relações sociais de produção dos pescadores de Canto do Mangue - Natal/RN**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

LOPES, Flávia Monaliza Nunes Secundo. **Como era na favela? Como é no conjunto?**: relações entre propriedades espaciais e modos de uso no caso do reassentamento da Favela do Maruim em Natal/RN. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LYRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal: EDUFRN, 2008.

MEDEIROS, Eliane de Albuquerque. **A (re)leitura de um documento**: o processo de tombamento do centro histórico de Natal (RN). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MEDEIROS, Fernando Antônio Carneiro. **Análise da Cobertura Vegetal em Natal**: Elementos para a Sustentabilidade Urbana. Parque da Cidade em Revista, Natal, v. 3, n. 3, p.21-26, ago. 2015. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/semurb/revistas/edicoes/artigos/agosto2015/6_analise_cob_vegetal.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos, 1599-1999**. Natal, RN: Prefeitura do Natal, 1999.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. **Revitalização e habitação em áreas históricas e a questão da gentrificação**. In: Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. CECI - Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. **A arquitetura dos mercados públicos**. Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

NATAL, Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004**. Institui o Código de Obras e Edificações do Municipal de Natal e dá outras providências. Natal, DOM Natal, 2004.

NATAL. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 079, de 04 de janeiro de 2007**. Dispõe sobre a Operação Urbana Ribeira, concede isenção e redução de tributos municipais e dá outras providências. Natal: DOM, 2007.

NATAL. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal: DOM, 2007.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Conheça melhor o seu bairro** - Ribeira. 2012.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Conheça melhor o seu bairro** - Rocas. 2012.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). (Org.). **Mapas e Fotos**. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-96.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário de Natal 2016**. Natal, RN, 2016. Disponível em: http://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/Anuarios/anuario_2016.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

NEUFERT, Ernst. **Arte de Projetar em Arquitetura**. Tradução Benelisa Franco – 18. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Natal monumental**. 3. ed. Natal: IPHAN-RN, 2013. 197 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Vanildo. **Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PANTOJA, Lilian. **Parâmetros urbanísticos para habitação de interesse social: uma análise crítica para as rocas em Natal/RN**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os mercados públicos**: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Cidades: revista científica*, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p.81-100, 2006. Semestral. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/505>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SANTOS, C. N. F. (coordenador) e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. **O mercado como um lugar social**: as contribuições de Braudel e Gertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. *Revista Faz Ciência*, v. 11, n.13 jan/jun 2009. p. 123-142.

SILVA, Geraldo Gomes. **Arquitetura do ferro no Brasil**. Nobel. São Paulo, 1985.

SILVA, Rodrigo. **D'outro lado do Potengi**: uma proposta de articulação dos espaços livres públicos da Redinha Velha. 2018. 171f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em arquitetura) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

TEIXEIRA, Rubenilson B. **O rio potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos**. aproximações e distanciamentos. *Confins [online]*, 23 | 2015, posto online no dia 12 Março 2015, consultado o 23 Outubro 2017. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10114>>

SILVA, Heitor de Andrade. **Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas**: a Ribeira como estudo de caso. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SILVA, Virgínia Laise. **O lugar da Ribeira, do peixe e da tapioca**: anteprojeto de requalificação do Canto do Mangue. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SOBARZO, O. **A Produção do Espaço Público**: A Dominação à Apropriação. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006.

TINÔCO, Marcelo B. M.; SOBRINHA, Maria Dulce P. B.; TRIGUEIRO, Edja B. F. **Ribeira**: Plano de reabilitação de áreas urbanas centrais. Natal: EDUFRN, 2008.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luísa Howard de (Org.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2009.

VASCONCELOS, Ana Cecília Serpa Braga. **Fragmentos de modelos?** Projetos e intervenções na orla da Avenida Beira-Mar em Fortaleza - CE (1962-2014). 2015. 389 f. Tese (Doutorado) Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

LISTA DE IMAGENS

- [01] BANHO NO POTENGI. Barcos atracados no Canto do Mangue.
[produzida por Jéssica dos Anjos, gentilmente cedida ao autor]
- [02] COMÉRCIO POPULAR. Centro comercial em cidade japonesa.
[autor desconhecido | <https://pxhere.com/en/photo/1004791>]
- [03] ÁGORA DE ATENAS. Ilustração de como seria a espacialização da Ágora na antiga Atenas.
[autor desconhecido | <https://www.athenskey.com/agora.html>]
- [04] BAZAAR DOS COMERCIANTES DA SEDA NO CAIRO. Pintura de David Roberts – 1855.
[David Roberts, Wellcome Collection | <https://wellcomecollection.org/works/duvdhned>]
- [05] O “GRAND BAZAAR”. Grande mercado localizado na parte histórica de Istanbul – Sua origem data do século XV.
[Czgur | <https://valueprop.com/wp-content/uploads/2019/04/grand-bazaar-image-1080x675.jpg>]
- [06] COMÉRCIO POPULAR. Centro comercial em cidade japonesa.
[autor desconhecido | <https://pxhere.com/en/photo/1004791>]
- [07] ÁGORA DE ATENAS. Ilustração de como seria a espacialização da Ágora na antiga Atenas.
[autor desconhecido | <https://www.athenskey.com/agora.html>]
- [08] MERCADO DO IMPÉRIO ROMANO. Gravura representativa do comércio popular em cidade do antigo Império Romano.
[autor desconhecido | VARGAS, 2001]
- [09] ÁGORA DE ATENAS. Ilustração de como seria a espacialização da Ágora na antiga Atenas.
[autor desconhecido | <https://www.athenskey.com/agora.html>]
- [10] AL-HAMIDIYAH. Imagem interna do Bazaar Al-Hamidiyah, Damasco – Síria.
[autor desconhecido | <https://bit.ly/200G6Jv>]
- [11] MERCADO DO FÓRUM DE TRAJANO. Vista do Mercado de Trajano, Roma – Itália
[Jebulon | <https://bit.ly/2qmaukl>]
- [12] COMÉRCIO POPULAR. Centro comercial em cidade japonesa.
[autor desconhecido | <https://pxhere.com/en/photo/1004791>]
- [13] ÁGORA DE ATENAS. Ilustração de como seria a espacialização da Ágora na antiga Atenas.
[istock | <https://static.independent.co.uk/s3fs-public/thumbnails/image/2018/06/26/14/fez-medina.jpg?w660>]
- [14] COMÉRCIO POPULAR. Centro comercial em cidade japonesa.
[autor desconhecido | <https://pxhere.com/en/photo/1004791>]
- [15] LES HALLES. Movimentação em um dos grandes vãos do Les Halles, Paris – França.
[autor desconhecido | <https://bit.ly/32lCbrz>]
- [16] MERCADO SÃO JOSÉ. Perspectiva do Mercado São José, Recife – PE.
[Acervo Museu da Cidade do Recife | <https://bit.ly/35FNMGi>]
- [17] MERCADO DE FERRO DE BELÉM. Mercado do Peixe construído em estrutura metálica em Belém do Pará.
[Revista Globo Rural | <https://glo.bo/33FNWV8>]
- [18] MERCADO DA CARNE. Fachada, corte e plantas baixas.
[Bonduki, 2010]
- [19] MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE, 1844. Vista área do Mercado Público de Porto Alegre – RS.

- [20]** LES HALLES, 1870. Vista área do Les Halles, Paris – França.
- [21]** LES HALLES. Movimentação em um dos grandes vãos do Les Halles, Paris – França
- [22]** MERCADO DE FERRO DE BELÉM, 1901. Mercado do Peixe construído em estrutura metálica em Belém.
- [23]** MERCADO DE SÃO JOSÉ, 1875. Mercado Público de São José, Recife – PE.
- [24]** MERCADO CENTRAL DE BERLIM, 1896. Vista do Mercado Central de Berlim – Alemanha.
- [25]** MERCADO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Antigo Mercado, maior edifício do gênero construído no país na época.
- [26]** MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1933. Vista do Mercado Central de São Paulo – SP.
- [27]** MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Fachada.
- [28]** MERCADO MUNICIPAL DE MANAUS, 1883. Vista do Mercado Municipal de Manaus – Amazonas.
- [29]** MERCADO MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1897. Vista do Mercado Municipal de Fortaleza – Ceará.
- [30]** MERCADO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 1851. Vista do Mercado Municipal de Florianópolis – SC.
- [31]** FEIRA LIVRE NO SERTÃO NORDESTINO. Feira na cidade de Palmeira dos Índios – AL.
- [32]** LOCALIZAÇÃO DA LOCALIDADE DO CANTO DO MANGUE EM NATAL-RN
[Elaborado pelo autor]
- [33]** BARCOS E ALGUMAS DAS PRIMEIRAS HABITAÇÕES NO CANTO DO MANGUE, DÉCADA DE 1930.
[blog natal de ontem | goo.gl/PwN579]
- [34]** CRIANÇAS NA FAIXA DE AREIA NA MARÉ BAIXA NO CANTO DO MANGUE, 1971.
[IBGE | goo.gl/PwN579]
- [35]** VISTA AÉREA DO CANTO DO MANGUE
[blog natal de ontem]
- [36]** ANTIGA ORLA DO CANTO DO MANGUE
[blog natal de ontem]
- [37]** A FOZ DO RIO GRANDE EM 1609
[Moreno 1609 apud Teixeira (2015)]
- [38]** POUSO DE HIDROAVIÕES SOBRE O POTENGI, DÉCADA DE 1940.
[A. IFR online, 2011]
- [39]** MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO.
[Elaborado pelo autor]
- [40]** MAPA DE ACESSIBILIDADE AO CANTO DO MANGUE
[Elaborado pelo autor]
- [41]** MAPA DE TRAÇADO E PARCELAMENTO
[Elaborado pelo autor]
- [42]** USO DE SERVIÇO DAS OFICINAS
[Google Street View, 2018]
- [43]** USO INSTITUCIONAL DA ESCOLA SÃO JOSÉ
[Acervo do Autor]

- [44]** USO DE COMÉRCIO RELACIONADO À PESCA
[Acervo do Autor]
- [45]** USO COMERCIAL DO MERCADO DO PEIXE
[Acervo do Autor]
- [46]** MAPA DE ELEMENTOS DO ENTORNO.
[Elaborado pelo autor]
- [47]** RAMPA DE ACESSO AO RIO POTENGI UTILIZADA PELOS PESCADORES.
[Acervo do Autor]
- [48]** VENDA DE PESCADO NO PERÍODO DA SEMANA SANTA NO CANTO DO MANGUE.
[Tribuna do Norte]
- [49]** ENTRADA PRINCIPAL DO MERCADO DO PEIXE DAS ROCAS.
[Andrade; Araujo, 2019]
- [50]** MERCADO DO PEIXE NUMA MANHÃ DE SÁBADO
[Andrade; Araujo, 2019]
- [51]** FACES INTERNAS DO MERCADO DO PEIXE
[Andrade; Araujo, 2019]
- [52]** LOCALIZAÇÃO DO MERCADO NA PRAIA DA REDINHA – NATAL-RN
[Google Maps, editado pelo autor]
- [53]** MERCADO DA REDINHA. Fachada principal e imagens dos espaços interiores do edifício do Mercado Público da Redinha.
[Andrade; Araujo, 2019]
- [54]** LOCALIZAÇÃO DO “VER-O-PESO” NA CIDADE DE BELÉM.
[Google Maps, editado pelo autor]
- [55]** MERCADO DO ‘VER-O-PESO’.
[Abril Viagem e Turismo | tinyurl.com/yy575e6v]
- [56]** BARRACAS NA ORLA E AO FUNDO O MERCADO DE FERRO.
[IPHAN-PA]
- [57]** PLANTA BAIXA, CORTE E FACHADA DO MERCADO DE FERRO.
[IPHAN-PA]
- [58]** LOCALIZAÇÃO MERCADO DE BERGEN.
[Google Maps, editado pelo autor]
- [59]** MERCADO DE BERGEN. NORUEGA.
[Archdaily]
- [60]** TERRENO DA PROPOSTA.
[Google Earth, editado pelo autor]
- [61]** CARTA SOLAR DE NATAL SOBREPOSTA AO TERRENO.
[LABCON e Google Earth, editado pelo autor]
- [62]** ROSA DOS VENTOS SOBREPOSTA AO TERRENO.
[PROJEETE e GOOGLE EARTH, editado pelo autor]

[63] ESPAÇO QUE SE ABRE E SE CONECTA AO ENTORNO, ASSIM COMO FUNCIONA COMO EXTENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.

[Elaborado pelo autor]

[64] PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA.

[Elaborado pelo autor]

[65] EXEMPLO DE PISO DE CONCRETO POLIDO.

[Pinterest]

[66] EXEMPLO DE COBOGRAMA USADO EM ÁREA EXTERNA.

[Pinterest]

[67] EXEMPLO DE DECK FEITO A PARTIR DE MADEIRA DE DEMOLIÇÃO.

[Pinterest]

[68] PLANTA COM DISTRIBUIÇÃO DE AMBIENTES NO PAVIMENTO TÉRREO.

[Elaborado pelo autor]

[69] PLANTA COM DISTRIBUIÇÃO DE AMBIENTES NO PISO SUPERIOR.

[Elaborado pelo autor]

[70] PLANTA COM DISTRIBUIÇÃO DE USOS DA “NOVA ÁREA PÚBLICA”.

[Elaborado pelo autor]

[71] EXEMPLO DE ESTRUTURA COM TECIDOS PARA SOMBREAMENTO DA ÁREA PÚBLICA ONDE FICAM AS LANCHONETES E ESPAÇOS COM MESAS.

[Pinterest]

[72] PERSPECTIVA DA ÁREA PÚBLICA ONDE FICAM AS LANCHONETES E ESPAÇOS COM MESAS.

[Elaborado pelo autor]

[73] EXEMPLO DE EXTENSÃO DE BEIRAL NO PRÉDIO DA ECT – UFRN.

[Elaborado pelo autor]

[74] ÁRVORE DO “URUCUM”.

[Pinterest]

[75] ÁRVORE DE “PATA DE VACA”.

[Pinterest]

[76] PRINCIPAIS MATERIAIS INDICADOS PARA USO NA PROPOSTA

[Pinterest]

[77] PERSPECTIVAS EXTERNAS DO NOVO MERCADO DO PEIXE DAS ROCAS.

[Elaborado pelo autor]

[78] PERSPECTIVA INTERNA DO NOVO MERCADO DO PEIXE DAS ROCAS.

[Elaborado pelo autor]

SITES VISITADOS:

<http://www.diarionacional.com.br/2018/07/governo-do-rn-determina-saida-de.html>

<https://www.expedia.com.br/Fisketorget-Bergen.d6080611.Guia-de-Viagem>

http://www.forumpatrimonio.com.br/view_full.php?articleID=92&modo=1

<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/rntv-1edicao/videos/t/edicoes/v/governo-quer-tirar-pescadores-do-canto-do-mangue-em-natal/6891048/>

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/porto-tera-de-esperar-mais-de-um-ano-para-crescer/247377>

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lixo-buracos-e-abandono-no-canto-do-mangue/227895>

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/consumidores-lotam-o-canto-domangue-em-busca-de-pescados/144666>

<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.034/700>